

# RED

REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Vol. 12 n. 1 (2020)  
E-ISSN: 1984-1736

**REVISTA  
ESPAÇO  
DE DIÁLOGO  
E DESCONEXÃO**

Os leitores têm, no presente número da Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, a oportunidade de ler, refletir e dialogar sobre temas, em sua pluralidade e qualidade científica, fundamentais ao universo das Ciências Sociais.

O artigo *Empreendedores do Camelódromo Municipal de Nova Andradina/MS*, de Fabiano Moreira, analisa aspectos econômicos e sociais e de gestão organizacional relacionados à mudança estrutural do antigo centro comercial da cidade. A pesquisa de campo, com ricos testemunhos, identificou os impactos ocorridos.

Em *Os Seringueiros do Acre e o Mercado de Madeiras Tropicais Certificadas: Notas Sobre Coerção e Resistência*, João Araújo analisa o mercado e suas relações com as populações amazônicas. O trabalho, baseado em pesquisa bibliográfica, documental e observação de casos de comunidades de seringueiros do Acre, nos fornece perspectiva interpretativa para compreensão e sistemas simbólicos que potencializam o ganho econômico em detrimento aos valores culturais.

No contexto de análise da força do capital, o trabalho do imigrante é uma variável fulcral. Em *O Papel dos Imigrantes no Trabalho*, Renata Maciel enfoca o processo de globalização e sua relação com a reprodução ampliada do capital. Uma realidade que impacta inúmeras realidades sociais, como aponta Emerson Rocha no artigo *Política do Simbólico e Mercados: Considerações a Partir do Caso Quilombola*. A análise do autor está relacionada à política quilombola do ponto de vista da formação de novos sujeitos econômicos.

Luzia Fernandes, por fim, traz à mostra o discurso sobre a educação financeira. Em seu artigo, *Entre o Ser e o Não Ser Educado Financeiramente: o Discurso sobre Educação Financeira no Espaço Escolar*, explicita os reais motivos da existência de uma socialização voltada para a construção de um sujeito consumidor.

Desejamos a toda a comunidade científica e demais interessados uma ótima leitura.

**Rodrigo Alberto Toledo - Editor**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>

**Larissa Aparecida Prevato Lopes - Editora Adjunta**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5586-5189>

**Rodolfo Bassani - Editor Adjunto**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2497-5761>

## EMPREENDEDORES DO CAMELÓDROMO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA/MS

Fabiano Greter Moreira<sup>1</sup>; Edvan Nascimento Pinto<sup>2</sup>; Lucas Ferreira da Silva<sup>3</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i1.13226>

### Palavras-chave

Comercialização  
Empreendedorismo  
Família  
Gestão de negócios

### Keywords

Marketing  
Entrepreneurship  
Family  
Business management

### Palabras clave

Marketing  
Emprendimiento  
Familia  
Gestión empresarial

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os aspectos econômicos e sociais e de gestão organizacional, relacionados à mudança estrutural ao local do antigo camelódromo que era localizado na praça central Querenciano Cecílio de Lima, localizado no Centro Comercial de Nova Andradina (CCNA). A pesquisa de campo foi realizada com três empreendedores selecionados de forma aleatória, por meio de dados qualitativos e entrevista semiestruturada junto aos entrevistados, observando seus testemunhos e demais fenômenos a serem analisados. Dentro deste campo social foram obtidas informações que mostraram suas dificuldades iniciais e seus anseios, pois tinham pouca expectativa de êxito relacionado com a transição econômica e local. A partir das observações e registros, pode-se analisar as transformações que ocorreram com a mudança de local, suas expectativas com os negócios, e as experiências adquiridas com os empreendimentos, oferecendo um melhor atendimento e segurança aos seus clientes.

### ABSTRACT

#### ENTREPRENEURS OF CAMELODROME MUNICIPAL NEW ANDRADINA/MS

The present study aimed to analyze the economic and social aspects and organizational management, related to the structural change to the site of the old camel race track that was located in the central square Querenciano Cecílio de Lima, located in the Nova Andradina Shopping Center (CCNA). The field research was conducted with three entrepreneurs selected at random, through qualitative data and semi-structured interview with the interviewees, observing their testimonies and other phenomena to be analyzed. Within this social field, information was obtained that showed their initial difficulties and anxieties, as they had little expectation of success related to the economic and local transition. From observations and records, we can analyze the changes that occurred with the change of location, their expectations with the business, and the experiences gained with the enterprises, providing better service and security to their customers.

### RESUMEN

#### EMPREENDEDORES DEL CAMELODROMO MUNICIPAL NUEVA ANDRADINA/MS

El presente estudio tuvo como objetivo analizar los aspectos económicos y sociales y la gestión organizacional, relacionados con el cambio estructural a la ubicación de la antigua pista de carreras de camellos que se encontraba en la plaza central Querenciano Cecílio de Lima, ubicada en el Centro Comercial Nova Andradina (CCNA). La investigación de campo se realizó con tres empresarios seleccionados al azar, a través de datos cualitativos y entrevistas semiestructuradas con los entrevistados, observando sus testimonios y otros fenómenos a analizar. Dentro de este campo social, se obtuvo información que mostraba sus dificultades y ansiedades iniciales, ya que tenían pocas expectativas de éxito relacionadas con la transición económica y local. A partir de observaciones y registros, podemos analizar los cambios que ocurrieron con el cambio de ubicación, sus expectativas con el negocio y las experiencias obtenidas con las empresas, brindando un mejor servicio y seguridad a sus clientes.

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2019). Mestre em Agonegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agonegócios, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2014). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6626-5250>. E-mail: [fabiano.gm12@hotmail.com](mailto:fabiano.gm12@hotmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0040-9995>. E-mail: [edvan\\_tecnicomecanico@hotmail.com](mailto:edvan_tecnicomecanico@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2312-3487>. E-mail: [sdferreira.760@gmail.com](mailto:sdferreira.760@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

As mudanças organizacionais e estruturais no camelódromo municipal de Nova Andradina, anteriormente localizado no centro urbano do município, agora no Centro Comercial (CCNA), impactaram diretamente na comunidade local. Com objetivo de analisar as mudanças ocorridas com o antigo camelódromo e sua atual estrutura, buscou-se analisar juntos aos empreendedores suas necessidades e oportunidades, mas sobretudo, a transformação nas relações financeiras e sociais, e ainda, os efeitos na comercialização de mercadorias e a gestão da organização.

Com as dificuldades do mercado de trabalho, o empreendedorismo surge como uma oportunidade de trabalho, produzindo uma solução parcial e/ou permanente de obtenção de renda e sustento familiar, bem como contribuindo para o desenvolvimento da economia local.

O empreendedorismo no Brasil, através de uma pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2018), analisando dentro de uma população adulta entre 18 e 64 anos de idades do país, mostra como sendo empreendedor certas informações: o seu perfil, algumas características de seu empreendimento, como público alvo, produto, assim como suas expectativas e sonhos. No ano de 2018, foi estimado um total de 51.972.100 empreendedores no Brasil (GEM, 2018). Segundo a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS, 2019), o número de empresas ativas no Estado são de 236.118, e no município de Nova Andradina são 4.037, que não inclui os Microempreendedores Individuais (MEIs).

A estrutura do prédio do Centro Comercial foi construída em alvenaria em cobertura metálica, com uma área de 1.097,20 m<sup>2</sup>. A obra possui um custo para o município de Nova Andradina no valor de R\$ 485.578,81. A organização de trabalho dos empreendedores se faz por um período de dez anos pelo regime de comodato, sendo alocados inicialmente, 48 boxes para atender os empreendedores do antigo camelódromo. A estrutura do CCNA dispõe de amplos sanitários e banheiros adaptados para portadores de deficiência e mobilidade reduzida (PMNA, 2008).

A pesquisa buscou analisar a trajetória empreendedora dos participantes da pesquisa, do camelódromo municipal de Nova Andradina/MS. Os dados coletados juntamente com as demais fontes da pesquisa, contribuíram para compreender diferentes fatores que pulsam na comercialização e a gestão dos empreendimentos explorados, mas, sobretudo, os desafios e as oportunidades que foram superados para permanecer em seus negócios.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **CONCEITOS DE EMPREENDEDORISMO**

O empreendedorismo nasce através de habilidades e características diferentes de cada pessoa, e já outras pessoas que não tem experiência profissional no ramo também consegue empreender novos negócios (BERNARDI, 2017).

O empreendimento surge quando se é analisado dentro da sociedade os atos sociais de consumo e as tendências para seu desenvolvimento. O empreendimento pode ser definido quando consegue levantar os aspectos das necessidades e as prováveis demandas e necessidades não atendidas.

O surgimento do empreendedorismo pode se dar através de contatos especializados em vários setores profissionais, conhecimento tecnológico, mercadológico, que auxilia a sua construção. Às vezes o empreendimento nasce de pessoas sem experiências pessoais habilidades e características.

De acordo com Bernardi (2017) existem cinco formas de se empreender:

- a) Montagem de um empreendimento.
- b) Compra de uma empresa em funcionamento.
- c) Sociedade num novo empreendimento.
- d) Sociedade num empreendimento em funcionamento.
- e) Franquia, muito utilizada quando não se conhece o ramo, o que economiza muitas etapas e estudos, além de diluição de riscos.

O empreendedorismo é um processo aonde as pessoas transformam suas ideias em negócios, empreendimentos. Para Schumpeter (1949, p. 260) “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”. Esta criação e/ou recriação no mercado capitalista nasce a cada evento existen-

cial, diante das manifestações sociais ou demandas organizacionais.

Segundo Say (1983, p; 313), o empreendedor é o intermediário entre todos os elos, as cadeias de produção e classes de produtores, e em especial os consumidores, administrando a demanda ou a tarefa de produção, constituindo bases das mais diversas relações sócio organizacionais. O autor afirma que, “é preciso comprar ou fazer comprar matérias-primas, reunir operários, procurar consumidores, ter espírito de ordem e de economia; é preciso ter talento para administrar”, com organização e controle.

De acordo com Dornelas (2008), o empreendedor dentro de um ambiente de caos consegue construir um equilíbrio encontrando e modificando uma forma de torná-lo positivo, gerando oportunidades e equilíbrio. Os empreendedores são ótimos oportunistas que usa de informações para basear seus conhecimentos melhorando suas chances de sucesso, pois sabe que dessa forma alcançaram melhores resultados.

Novos negócios são criados por empreendedores e também a inovação de produtos e serviços já existentes, então isso torna possível termos empreendedores dentro de empresas, este é o termo utilizado para descrever o empreendedorismo corporativo. Segundo Dornelas (2007), o termo empreendedorismo pode ser analisado em oito tipos possíveis de empreendedor: empreendedor nato, empreendedor que aprende, empreendedor serial, empreendedor corporativo, empreendedor social, empreendedor por necessidade, empreendedor herdeiro e o empreendedor planejado.

As conceituações e os tipos de empreendedores são relativos de acordo com o evento que está inserido, e suas decisões e manifestações do empreendedorismo podem surgir em níveis e escalas distintos, conforme a localidade e ramo de atividade. De acordo com Fillion (1999, p. 19) o empreendedorismo pode ser definido como “uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios”.

Aquele que cria um negócio e detecta uma boa oportunidade para capitalizar recurso sobre ela, é um empreendedor que assume riscos calculados. Os aspectos referentes ao empreendedorismo estão todos geralmente ligados a esses seguintes termos conforme Dornelas (2008), ter uma iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz utilizar os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive, aceitar e assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Nos processos empreendedores, as autoras Zampier e Takahashi (2011, p. 565) constataram que:

Os empreendedores são comumente identificados em relação a características de inovação, reconhecimento de oportunidades etc. e, para compreender o empreendedorismo nesta acepção, é importante entender como os empreendedores desenvolvem suas competências – para isso, é necessário, também, compreender como ocorre o processo de aprendizagem empreendedora, uma vez que a literatura já tem dado e comprovado evidências suficientes desta inter-relação.

Essas características são as mesmas para criação de uma nova empresa, a primeira diz a respeito que o empreendedorismo cria algo novo e de valor, em segundo exige comprometimento e grande esforço para que aja o crescimento da empresa e em terceiro os riscos analisados auxiliam nas tomadas de decisões difíceis a serem executadas, é preciso atitude e entusiasmado apesar de falhas e erros (DORNELAS, 2008).

### **CONCEITO DE NEGÓCIOS**

Os esforços que determinadas pessoas fazem para que uma atividade possa produzir bens e serviços e comercializá-los, é um negócio. Fazendo com que essa atividade possa atingir lucros financeiros que seria o resultado de seu esforço, trazendo a satisfação pessoal. Negócio é uma atividade de comercialização de mercadorias ou serviços que para isso envolve o comprador e o vendedor, gerando um processo de entradas e saídas de uma forma que busque suprir uma necessidade do cliente ou oportunidade de mercado. O negócio tem por objetivo produzir e vender aos consumidores, afim de, obter resultados lucrativos com produtos e serviços especializados que atendam às necessidades e desejos da sociedade, que podem ser em qualquer nicho de mercado, ou de um nicho de cliente específico (CHIAVENATO, 2012).

O empenho da empresa em um novo negócio gera a expectativa de vantagem competitiva e que possa ser sustentável, é importante que o empreendedor conheça as demandas, e que sejam suficientes para suprir a organização por longo período. Os recursos são fatores fundamentais para o funcionamento da empresa, são insumos que propiciarão os processos de produção, como funcionários capacitados e recursos financeiros/

materiais apropriados para o andamento das atividades (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014).

Um empreendedor quando passa pela cidade observa vários fatores, a movimentação das pessoas, as transações de compra e venda, e os cenários possíveis de oportunidades empreendedoras. A criação de valor faz com que a população compre o que a satisfaça, não necessariamente o produto que tiver o menor preço, como exemplo as longas filas de clientes em lojas para aquisição produtos tecnológicos de comunicação pessoal (celulares, tabletes, smartphones, etc). Essas observações fomentam ao empreendedor, ideias para formação de um novo negócio de produto ou serviço (MAXIMIANO, 2011).

### **A COMERCIALIZAÇÃO DE MERCADORIAS**

O que se pode ser notado em qualquer mercado que a competitividade por preços ou condições de pagamento, fazem com que os consumidores busquem por promoções, por isso, é necessário que os comerciantes descubram ou reinventem novas maneiras de atrair os clientes, seja com preços reduzidos ou outras estratégias, com o objetivo de manter a lucrativa com o negócio. Os canais de distribuição e a procura do comércio eletrônico impulsionam as transações varejistas na comercialização de mercadorias (LAS CASAS, 2004).

Segundo Kotler e Armstrong (2015, p. 412) “o varejo engloba todas as atividades envolvidas na venda de produtos ou serviços diretamente a consumidores finais para seu uso pessoal e não comercial.” O produto pode ser definido como qualquer coisa que serve para o consumo que satisfaça a necessidade do consumidor, na sua maioria os produtos são tangíveis, como Pen Drives, DVDs e brinquedos.

A cadeia de transações é ilimitada, produtos e serviços são passados e repassados de forma contínua de vendedores para compradores. Nessa cadeia, sempre haverá um processo em cada etapa, com um fornecedor e um cliente: o cliente do fornecedor, quando compra a mercadoria e posteriormente a revende, ele se torna um fornecedor, até acabar no cliente final, o consumidor compra o produto e encerra o ciclo produtivo. Uma transação do ponto de vista do mercado representa um intercâmbio ou uma transferência da propriedade de bens. A oferta, distribuída ou comercializada entre vendedores para oferecer bens disponíveis, refleti na necessidade, no desejo e no poder de compra dos consumidores, concluindo que, a transação é a combinação de compra e venda a um determinado preço, entre vendedores e consumidores (CHIAVENATO, 2012).

Para atender as necessidades do mercado, o marketing realiza vendas para gerar benefícios entre a transação sobre produtos ou serviços na hora da compra. O vendedor está ligado diretamente nos métodos de vendas direta ou, “por planejamento, direcionamento, indicações e outros meios, que atendem ao mercado, estimulam a demanda, além de constituir-se em fonte de informações e acompanhamento do mercado” (BERNARDI, 2017, p. 178).

Os métodos de vendas diretas desenvolvidos fizeram surgir novas abordagens dentre elas:

- a) Telemarketing
- b) Mala direta;
- c) Vendas por reembolso postal;
- d) Feiras e congressos;
- e) Comércio eletrônico, etc.

Esses métodos de marketing utilizam vários meios de comunicação, criando interação dentro do mercado. Para uma empresa, o preço das mercadorias é um dos fatores do composto de marketing de grande relevância para a geração de lucratividade. Com a consciência do consumidor aumentando a cada dia, aumenta-se também com isso a variação de oferta e concorrência, fazendo com que haja grandes mudanças no comportamento do consumidor, provocando modificações nas gestões estruturais de mercado. O preço geralmente é formulado de forma a diluir os custos e as despesas, e a margem de lucro. Esta formulação ocorre dentro da organização, mas com as flutuações do mercado, interferências externas fazem com que os preços sejam ditados, tornando a margem de lucro como a “consequência de um preço dado e de uma estrutura de custo e despesas competitiva” (BERNARDI, 2017, p. 180).

A política de preço para resultar em equilíbrio na organização, deve conter os objetivos da empresa em relação ao mercado, volume, lucratividade e retorno (BERNARDI, 2017). Para uma formulação de preço organizada de uma empresa, devem-se analisar pontos internos, econômicos e mercadológicos, da seguinte forma:

- a) As relações preço/procura;
- b) Níveis aceitáveis pelo mercado;
- c) Relações de preço/custo/volume/lucro;
- d) Política de descontos possíveis/praticáveis;
- e) Percepção de valor e utilidade para o cliente, entre outros.

No mercado brasileiro as mudanças na mão-de-obra e treinamento foram tardias, sendo necessário o melhoramento da qualidade dos serviços. A modificação na oferta de mão-de-obra na década de 80 e, a comercialização de mercadorias aconteceu com grande disputa de promoções. Por outro lado, na década de 90 foi diferente, não conseguiram permanecer nessa situação. Com isso os compradores que já acostumados com preços baixos e promoções, forçam o mercado a manter os preços acessíveis ou menores preços para a conclusão das compras (LAS CASAS, 2004).

### **GESTÃO FAMILIAR NAS ORGANIZAÇÕES**

Uma empresa familiar tem o objetivo de melhorar as condições familiares e socioeconômicas, dividindo as tarefas e/ou atividades ou processos produtivos entre os membros do núcleo familiar. A administração de uma empresa familiar com o tempo vai ficando complexa, desde a participação dos descendentes e seus cônjuges, sobretudo questões relacionadas à divisão dos lucros e a sucessão dentro da organização (MAXIMIANO, 2011).

Empresa familiar possui particularidade que podem gerar limitações e/ou conflitos em algum momento, podendo ser um limitador de decisões e desenvolvimento. As empresas familiares, seja em qualquer nível de participação ou familiaridade, sugere-se atenção ao iniciar o negócio, deixando claros os direitos e deveres, seja no contrato social ou contrato de trabalho. Estabelecendo um acordo através de princípios de Governança Societária e Familiar, com conjunto de regras claras aos membros, indicando as responsabilidades, tratando de maneira distinta a empresa da família, para que possa reduzir ou evitar futuros conflitos (BERNARDI, 2017).

O empreendedor quando inicia uma empresa familiar, proveniente de um projeto de vida, cria o negócio com objetivo de torná-lo uma forma de gerar renda e o futuro de seus familiares. As motivações que influenciaram o fundador da empresa será o que determinará o nível de comprometimento dos familiares na gestão da empresa. O empreendedor se preocupa em gerar lucros e tornar a empresa prospera para que assim ela tenha sucesso e possa ser passada dessa mesma forma para seu sucessor. O gestor da empresa familiar tem a necessidade de tornar distintos os interesses da família e do negócio, para mitigar os conflitos que são gerados entre a família e a empresa. Essa busca de tornar distintos os interesses da família e do negócio determinara um ponto de equilíbrio na administração (FREITAS; BARTH, 2012).

O empreendedorismo no Brasil segundo o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2018), o empreendedor é aquela pessoa que gera uma nova forma de empreendimento de qualquer natureza mesmo de simples aparência, por força de alguma necessidade subsistência. Os empreendedores que são pesquisados pelo GEM são entrevistados não levando em consideração a situação do empreendimento formal e informal, fazendo entrevista em seus domicílios e não nos comércios.

Esta pesquisa do GEM do ano 2018 entrevistaram empreendedores brasileiros de idades entre 18 a 64 anos, dentro de uma população amostral de 2000 pessoas dentro de várias regiões do Brasil.

Todos dados levantados representa a taxa de empreendedorismo no Brasil de 2018, as taxas gerais são divididas entre os tipos de empreendimento e seu estágio de maturidade, empreendedorismo inicial, novos, nascente e estabelecido. A taxa total (TTE) engloba um composto de empreendimentos iniciais e estabelecidos.

As taxas dos empreendedores iniciais (TEA) são aqueles que estão no empreendimento novo e nascente. Empreendedores iniciantes são aqueles que têm um novo negócio, que ainda não efetuaram pagamentos de pró-labores por mais de três meses, já os empreendedores novos são aqueles que já efetuaram pagamentos de pró-labore em um período superior a três meses e inferior a três anos e meio.

A taxa de empreendedorismo estabelecido (TEE), por sua vez, envolve os indivíduos que administram e são proprietários de negócios já consolidados que pagaram alguma remuneração aos seus proprietários por um período superior a 42 meses (Quadro 1).

O GEM mostra que os empreendedores iniciais, dentro da pesquisa de campo existem empreendedores por necessidade e oportunidade. Os empreendedores por oportunidade são aqueles que enxergam um novo

negócio inovador com possibilidade de sucesso, já os empreendedores por necessidade na pesquisa foram aqueles que declararam que montaram seus negócios por falta de oportunidade de emprego.

**Quadro 1** - Taxas e estimativa de empreendedores no Brasil.

<b>Estágio</b>	<b>Taxas</b>	<b>Estimativa</b>
Empreendedorismo Total	38,0	51.972.100
Empreendedorismo Inicial	17,9	24.456.016
Novos	16,4	22.473.982
Nascentes	1,7	2.264.472
Empreendedorismo Estabelecido	20,2	27.697.118

**Fonte:** Adaptado a partir de GEM Brasil (2018).

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi desenvolvida no período de maio a outubro do ano de 2019, com três empreendedores do camelódromo municipal de Nova Andradina/MS. O nome dos participantes da pesquisa não foi citado para preservar suas identidades. Foi realizada entrevista semiestruturada, amparada por um roteiro, e alinhada à aplicação de um questionário auto aplicado, sendo tratados na pesquisa os entrevistados como empreendedores A, B e C.

Levando em consideração o objetivo do estudo, escolheu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com base nas histórias de três empreendedores do município de Nova Andradina, no Estado do Mato Grosso do Sul. “A pesquisa qualitativa descreve com precisão fenômenos tais como atitudes, valores e representações e ideologias contidas nos textos analisados” (GIL, 2002, p. 13). A pesquisa também é bibliográfica, pois “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos publicados”.

A pesquisa qualitativa tem como instrumento chave o pesquisador que analisa o ambiente natural como fonte direta dos dados. O mundo empírico em seu ambiente natural é a preocupação básica da pesquisa. No trabalho de campo, o pesquisador não pode ser substituído por outra técnica, pois é ele que observa, seleciona, interpreta e registram os comentários e as informações do ambiente natural, o pesquisador é determinante no processo de coleta de dados. Esta análise qualitativa é descritiva, e se preocupa em demonstrar os fenômenos que se manifesta com coletas de dados através de transcrição de entrevista, em declarações, narrativas, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais, dentre outras formas de coletas (TRIVIÑOS, 1987).

As questões utilizadas para registros dos relatos foram baseadas de forma que não seguiram uma sequência lógica, unicamente serviram para direcionar a pesquisa e seus objetivos, com os seguintes tópicos: quais os motivos que os levaram a empreender, quanto foram seus investimentos iniciais, quais foram suas dificuldades no início do negócio, quais foram seus sentimentos ao saber que iriam sair da praça, o que puderam observar que houve com a mudança para o CCNA, quais seriam suas formas de negociação, gestão e crédito.

A coleta de informações no estudo de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas junto aos participantes pré-estabelecidos na pesquisa. A análise de dados foi conduzida de forma interpretativa e somente aplicada nas histórias vivenciadas dos empreendedores. Cada empreendedor levou em média duas horas para ser entrevistado, sendo em seus próprios boxes no CCNA, onde o entrevistador teve que retornar para retirar dúvidas sobre algumas questões, três vezes com cada entrevistado. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo, ainda, percursos metodológicos descritos por Poupart (2014, p. 212), que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abre “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores como ferramenta de informação na pesquisa qualitativa, neste caso, os empreendedores do camelódromo municipal de Nova Andradina/MS.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa apontou particularidades de informações com os empreendedores do Centro Comercial de

Nova Andradina – CCNA, também popularmente conhecido como “camelódromo”. O empreendedor **A** tem a idade de 61 anos, casado e pai de 4 filhos, escolaridade 3º ano primário e sua profissão anterior era de operador de máquinas agrícolas. O empreendedor **B** tem 60 anos, casado e pai de 3 filhos, escolaridade 5º ano primário e sua profissão anterior era de operador de máquinas agrícolas. O empreendedor **C** tem 32 anos, casado e pai de uma filha, escolaridade ensino médio completo, profissão anterior como auxiliar de marcenaria.

Este formato de geração de renda e de comercialização de mercadorias é também expressado por “economia popular” por pesquisadores, como bem retrata Ramos (2014, p. 183):

[...] a economia popular é a economia que tá aí, a economia do povo. Aos trancos e barrancos, se virando, ganhando uma mixaria aqui, gastando ali, né? Essa é a economia popular, por exemplo, os camelôs... é uma economia popular.

[...] é utilizada com frequência na literatura para fazer referência a algumas experiências de (auto) organização popular em torno de uma solução ou alternativa a certas dificuldades e obstáculos do mundo do trabalho e de reprodução da vida, a experiência mostra que nem sempre essa é uma realidade alcançada. Em geral, a economia popular passou a abrigar uma gama muito variada de atividades que não expressam, necessariamente, algum tipo de projeto político comum ou de organização coletiva. O caráter de resistência tão destacado na literatura como uma característica marcante em diferentes experiências e movimentos sociais tem se diluído em uma ampla miscelânea de atividades de produção e serviço.

O empreendedor **A** começou suas atividades no ano de 2002, o motivo que levou a empreender foram problemas de saúde que fez buscar um trabalho que exigisse menos esforço físico, ele empreendeu por necessidade. Segundo GEM (2018), o empreendedor por necessidade são aqueles que declararam que montaram seus negócios por falta de oportunidade de emprego. Por outro lado, o empreendedor **B** deu início sua atividade no camelódromo no ano de 1997, levado pela falta de oportunidade trabalho, desempregado e com família, foi lançado à comercialização de mercadorias, o mesmo que ocorrera com o empreendedor **A**. Ramos (2014) faz uma crítica ao modo de produção capitalista, que lança na sociedade atividades precária de sobrevivência nos centros urbanos, criando alternativas, como a economia popular, desafiando uma parcela considerável da população, que não encontram outras possibilidades, como os empreendedores da pesquisa. Contudo, existem casos que trabalhadores deixaram o emprego para adquirir um boxe no camelódromo.

As atividades do empreendedor **C** tiveram início no ano de 2007, por oportunidade que seus pais lhe ofereceram com a compra de uma barraca, pois eles já tinham suas próprias barracas no camelódromo. O empreendedor quando inicia uma empresa familiar cria um negócio com o objetivo de garantir o sustento e o futuro de sua família (FREITAS; BARTH, 2012). Os empreendedores por oportunidade são aqueles que enxergam um novo negócio inovador com possibilidade de sucesso.

Observando as taxas e estimativa para oportunidade e necessidade no Brasil, nos mostra que a taxa de empreendedores por oportunidade é maior do que por necessidade, contrariando a pesquisa feita com os três empreendedores do camelódromo, onde dois empreenderam por necessidade por falta de oportunidade de emprego (GEM, 2018).

Analisando o investimento de cada caso, podemos verificar os diferentes preços da negociação na aquisição das barracas. “Negociar significa basicamente comprar e vender algo a alguém” (CHIAVENATO, 2012, p. 33). O empreendedor **A** teve um investimento inicial para a compra do negócio de R\$ 2.200,00 reais, o empreendedor **B** investiu com uma troca de um terreno de 200 m<sup>2</sup> e mais a quantia de R\$ 500,00 reais, já o empreendedor **C** teve um investimento inicial de R\$ 5.000,00 reais. Diante destes capitais de investimentos, é notório que a competitividade organizacional está inserida no CCNA, pois, quando maiores aquisições, mais variedades de produtos e condições de negociação e renda. Por isso, ressaltamos o que Coraggio (2006) afirmou:

[...] não podemos idealizar a economia popular existente hoje. É verdade que, nela, podemos encontrar atores que são solidários, mas isso não quer dizer que ela seja solidária. Pois vamos encontrar também, no meio dela, vários atores que são altamente competitivos; podemos encontrar, dentro da própria economia popular, setores que são altamente destrutivos da vida dos outros (CORAGGIO, 2006, p. 2).

No início de seus trabalhos para gerir o negócio tiveram diferentes dificuldades, o empreendedor **A** tinha

dificuldade no atendimento ao público e nas negociações dos preços. O empreendedor **B** tinha experiência em negociação no passado com venda de sorvete e trabalhado como engraxate, se sentia seguro para atender os clientes. O empreendedor **C** sentiu que um dos pontos que mais o dificultava para gerir o negócio era o contato com o público, pois era muito tímido, e isso o tornava inseguro no atendimento. O vendedor tem que ter conhecimento de várias técnicas, “por planejamento, direcionamento, indicações e outros meios, atendem ao mercado, estimulam a demanda, além de constituir-se em fonte de informações e acompanhamento do mercado” (BERNARDI, 2017, p. 178).

Na pesquisa, podemos identificar alguns pontos em comum entre os três empreendedores, que era o desemprego, motivo que os levaram a investir naquele negócio. Tinham a dificuldade na compra de mercadorias no país vizinho, essas mercadorias eram buscadas de carros próprios ou ônibus, mais corriam o risco de serem apreendidas pela fiscalização, por se tratar de produtos importados do Paraguai. De acordo com Chiavenato (2012), a cadeia de transações é ilimitada, produtos e serviços são passados e repassados de forma contínua de vendedores para compradores.

As compras de mercadorias dos empreendedores pesquisados são realizadas através de fornecedores brasileiros, por meio de empresas especializadas em exportação, que trazem produtos nacionais e importados, de canais de distribuição dos estados de São Paulo e Goiânia. Todos utilizam de anotações em cadernos onde são registradas as mercadorias compradas e vendidas, assim como o controle de estoque e seu crediário. Realizam transações comerciais através de operadoras de cartão de crédito/débito. Mas, é possível afirmar que vários boxes adquirem produtos de outras regiões do país, inclusive do Paraguai, que faz divisa com o estado de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa evidenciou que ocorreu uma parceria em dado momento entre o município de Nova Andradina e o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresa - SEBRAE, onde ministraram cursos de capacitação para empreendedores do CCNA, onde somente os empreendedores **A** e **B** participaram. Este fato afirma o que Salvador (2017), encontrou na pesquisa sobre a economia urbana, onde os órgãos competentes não compreendem a importância dessas relações socioeconômicas para o município, renunciando à atenção fundamental a estes agentes hegemônicos do mercado capitalista de produção, tornando-se necessárias políticas públicas no atendimento desses atores sociais.

A gestão é muito importante para as tomadas de decisões nas empresas, direcionam os gestores para os desenvolvimentos de ações e assim buscar resultados, não existe uma forma única de gestão, pois os gestores dentro de suas ações acabam colocando seus sentimentos, crenças e valores. Cada empresa tem sua forma que será utilizada pelos gestores para planejar, executar e controlar a empresa em busca de resultados satisfatórios (FREZATTI *et al.*, 2009).

Destaca-se com os relatos dos três empreendedores o temor pelo fechamento de seus negócios com a intervenção da Prefeitura Municipal de Nova Andradina e o Ministério Público, no momento que decorreu a mudança de local de suas barracas para o então CCNA, pois, temiam a redução nas vendas e o afastamento de seus clientes. O empreendedor **A** considerou que a localização do seu boxe que fica de frente com o terminal rodoviário, fator de visibilidade no centro, contribuindo para o acesso dos clientes quando chegam ao CCNA (sua receita cresceu cerca de 40%). Entretanto, o empreendedor **B** constatou que o seu boxe fica localizado no corredor central do CCNA, e possui um menor fluxo de clientes e, por isso, sua receita não alterou após a mudança do camelódromo para o CCNA, mais nota que o fluxo de clientes aumenta significativamente nos períodos próximo as datas comemorativas. O empreendedor **C** não conseguiu mensurar a sua receita depois da alteração de endereço, pois permaneceu com sua barraca, apenas dois meses no antigo endereço, com isso não conseguiu perceber as diferenças entre os clientes anteriores e os atuais.

Dentre as consequências mais atenuantes provocadas pela mudança de endereço no camelódromo, foi à redução nas vendas de 80% de clientes de propriedades rurais do município, segundo empreendedores **A** e **B**. Os clientes rurais representam uma parcela expressiva das relações comerciais e, um dos motivos desse corte, é a localização do centro comercial, pois fica mais distante do ponto de ônibus que fica no centro da cidade (os pontos de ônibus no centro urbano do município de Nova Andradina são referências a trabalhadores rurais e assentados no transporte de passageiros). Como o empreendedor **C** exerceu um curto período no antigo endereço do camelódromo, não teve diminuição nas vendas como os demais.

Toda e qualquer ação gera novos eventos na construção de um novo território de relações, como ocorreu

no camelódromo municipal de Nova Andradina. Pontos positivos e negativos seguem juntos, principalmente no processo de uma economia popular, com recursos limitados e objetivos pautados na sobrevivência familiar e na permanência no negócio. Empreender é se reinventar, ser desafiado diariamente, buscar alternativas e métodos que organizem ou possibilitam a operação comercial e financeira, com a perspectiva de um passado marcado dentro de barracas de lonas e/ou ternite. Onde atualmente, em uma construção de alvenaria, ordenada em números e organizada em boxes, com cadastros municipais e políticas de controle, necessitam de um olhar mais humano, diante da relevância do papel desses empreendedores para o desenvolvimento socioeconômico da região.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa apresentou como papel de relevância, as dificuldades encontradas por empreendedores que buscam condições dignas de trabalho em seus boxes no camelódromo municipal de Nova Andradina/MS. As dificuldades vieram de vários fatores ambientais, mas principalmente no desemprego, que, posteriormente, através de uma visão de oportunidade de geração de renda, foi transformado em esforço na escolha do seu próprio sustento.

Nas entrevistas foram evidenciadas as trajetórias de vida desde as instalações das barracas na praça central do município, onde passavam por inúmeras dificuldades, se sentiam vulneráveis, pois não tinham o apoio da sociedade e nem do poder público, além de sentir a pressão que o comércio exercia para a saída deles daquele local. A infraestrutura local não era adequada, não se sentiam bem instalados, sofriam com as mudanças do clima, suas mercadorias não eram bem armazenadas, não tinham segurança e nem higiene adequada no banheiro, pois era compartilhado com a população e os moradores da praça.

Com a intervenção do Ministério Público e do poder executivo municipal, se fez necessário a mudança para as novas instalações no CCNA. Essa mudança não foi vista com bons olhos pelos comerciantes, pois temiam que suas atividades fossem encerradas, e não conseguiriam manter seus negócios, achavam que perderiam seus clientes, pela distância que o centro comercial teria da área central da cidade. A pesquisa possibilitou observar que, com a mudança e a melhoria da infraestrutura no centro comercial, as expectativas dos empreendedores estão sendo superadas diariamente, pois, não houve uma redução significativa de clientes, exceto a procura de clientes de propriedades rurais, que não retornaram como antes.

Enfim, a pesquisa contribuiu na compreensão por parte de empreendedores do camelódromo, que ocorreu melhorias em alguns aspectos mudança de instalação, pois agora localizado ao lado do terminal rodoviário de Nova Andradina, possibilita novas visibilidades na comercialização de mercadorias. A melhoria na estrutura promoveu acomodações mais apropriadas aos clientes e, armazenagem dos produtos, a ainda, um ambiente mais seguro para os empreendedores e consumidores.

### **REFERÊNCIAS**

BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, estratégia e dinâmicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri-SP: Manole, 2012.

CORAGGIO, Jose Luís. Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economia solidaria. **In: Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**, organizado por CAPINA (Cooperação de Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) – Universidade Católica de Salvador. Salvador - BA, 5 e 6 de dezembro de 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na Prática**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007, p. 11-16.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FILION, L. J. Empreendedorismo: Empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista**

**de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FREZATTI, Fábio et. al. **Controle gerencial**: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAS, Ernani Cesar; BARTH, Mauricio. De Pai para Filho: a complexidade e os desafios da gestão das empresas familiares. **Rev. Adm. UFMS**, Santa Maria, v. 5, n. 3, p. 549-568, set./dez. 2012.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. Relatório Executivo. 2018. Universidade Federal do Paraná. **Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

JUCEMS, Junta Comercial do Estado de Mato Grosso Do Sul. **Números de Empresa Ativas no MS**. 2019. Disponível em: [jucems.ms.gov.br/informacoes/estatisticas](http://jucems.ms.gov.br/informacoes/estatisticas). Acesso em: 22 nov. 2019.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Varejo**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Administração para Empreendedores**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PMNA, Prefeitura Municipal de Nova Andradina. **Centro Comercial de Nova Andradina (CCNA)**. 2008. Disponível em: <https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/geral/hashioka-inaugura-o-centro-comercial>. Acesso em: 09 out. 2019.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. *In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, 2014.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Economia Popular Urbana, Economia Solidária, Circuitos Econômicos Alternativos: bases para o desenvolvimento sócio-espacial?. **Geografia e Pesquisa**, v. 8, n. 1, 2014.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. Destaque do enfoque do setor informal nas análises sobre a economia dos pobres e importância da teoria dos circuitos da economia urbana para o avanço dessas análises. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 22, p. 136-163, 2017.

SAY, Jean-Baptiste. Tratado de Economia Política, *In: Os Economistas*, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph. Economic Theory and Entrepreneurial History. *In Change and the Entrepreneur: Postulates and Patterns for Entrepreneurial History*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1949. Cap. 1, p. 253-271

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAMPIER, Marcia Aparecida; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. **Cadernos Ebape**. BR, v. 9, n. SPE1, p. 564-585, 2011.

## OS SERINGUEIROS DO ACRE E O MERCADO DE MADEIRAS TROPICAIS CERTIFICADAS: NOTAS SOBRE COERÇÃO E RESISTÊNCIA

João Maciel Araújo<sup>1</sup>; Thiago Alencar Rocha<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i1.14009>

### Palavras-chave

Amazônia  
Populações Tradicionais  
Seringueiros  
Certificação Florestal  
Sociologia Econômica

### Keywords

Amazonia  
Traditional Populations  
Rubber tappers  
Forest Certification  
Economic Sociology

### Palabras clave

Amazonia  
Poblaciones Tradicionales  
Seringueiros  
Certificación Forestal  
Sociología Económica

### RESUMO

Nas últimas duas décadas foi relativamente expressivo o aumento de estudos sobre as relações entre populações amazônicas e o mercado. Várias pesquisas se dedicaram a problematizar os efeitos da expansão capitalista sobre territórios camponeses e indígenas, levada a cabo sob a ideologia do desenvolvimento sustentável. Este trabalho, baseado em pesquisa bibliográfica, documental e observação a casos de comunidades de seringueiros do Estado do Acre, procura oferecer elementos que ajudem na compreensão desta relação. Não obstante a complexa rede estabelecida entre agentes do campo econômico, burocrático e acadêmico, situados em diferentes países e representantes comunitários locais, conclui-se que a tentativa de criação de um mercado de madeira tropical certificada constituiu-se num processo no qual sistemas simbólicos confrontaram-se, não sendo possível afirmar categoricamente que houve superioridade da lógica do ganho meramente econômico em detrimento de valores culturais de outra ordem.

### ABSTRACT

#### THE ACRE'S RUBBER TAPPERS AND THE CERTIFIED TROPICAL TIMBER MARKET: NOTES ABOUT COACTION AND RESISTANCE

In the last two decades, there has been a relatively significant increase in studies on the relations between traditional Amazonian populations and the market. Many researches have been dedicated to problematize the effects of capitalist expansion on peasant and indigenous territories, carried out under the ideology of sustainable development. This work, based on bibliographical, documentary research and observation of cases of rubber tapper (Seringueiros) communities in the State of Acre, seeks to offer elements that help in understanding this relationship. Despite the complex network established between agents in the economic, bureaucratic and academic fields, located in different countries and local community representatives, it is concluded that the attempt to create a certified tropical wood market was a process in which symbolic systems confronted it is not possible to state categorically that there was a superiority of the logic of merely economic gain to the detriment of cultural values of another order.

### RESUMEN

#### LOS SERINGUEIROS DEL ACRE Y EL MERCADO DE MADERAS TROPICALES CERTIFICADAS: NOTAS SOBRE COACCIÓN Y RESISTENCIA

En las últimas dos décadas, ha habido un aumento relativamente significativo en los estudios sobre las relaciones entre las poblaciones amazónicas y el mercado. Se han dedicado varias investigaciones a problematizar los efectos de la expansión capitalista en los territorios campesinos e indígenas, llevados a cabo bajo la ideología del desarrollo sostenible. Este trabajo, basado en la investigación bibliográfica, documental y la observación de casos de comunidades de recolectores de caucho (Seringueiros) en el Estado de Acre, busca ofrecer elementos que ayuden a comprender esta relación. A pesar de la compleja red establecida entre los agentes en los campos económico, burocrático y académico, ubicados en diferentes países y representantes de la comunidad local, se concluye que el intento de crear un mercado certificado de madera tropical constituyó un proceso en el que los sistemas simbólicos eran confrontado, y no es posible afirmar categóricamente que hubo una superioridad de la lógica de la ganancia meramente económica sobre los valores culturales de otro orden.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com apoio do Programa de Bolsas de Pós-graduação fora do Estado do Amazonas - PROPG-CAPES/FAPEAM. Atualmente é professor de Sociologia no IFAM, Campus Humaitá (AM). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8180-9754>. E-mail: [joamaci@hotmail.com](mailto:joamaci@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6390-7628>. E-mail: [talencardr@gmail.com](mailto:talencardr@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Trabalhos sobre o envolvimento de comunidades tradicionais da Amazônia com a exploração madeireira, produzidos por técnicos de órgãos de governos ou ONGs, acadêmicos e etc., ou apresentam experiências consideradas positivas ou dão ênfase a aspectos negativos. O presente trabalho mostra que a partir do final do século passado, os seringueiros da região do Vale do Acre, Estado do Acre, foram levados a participar do mercado de madeiras tropicais certificadas, não porque tinham interesses estritamente econômicos, mas, sobretudo, devido a questões políticas. O trabalho mostra também que embora se mantenha um ambiente institucional de estímulo a essa atividade, há um enfraquecimento do envolvimento dos seringueiros com a exploração madeireira, não porque tenham se esgotado totalmente suas reservas florestais, nem por causa de interesse econômico ou maximização de benefícios, mas porque existem outras motivações de ordem cultural e simbólica.

O envolvimento ao qual nos referimos neste trabalho diz respeito àquelas comunidades de seringueiros que habitam áreas de Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs e a Reserva Extrativista Chico Mendes, na referida região. O estímulo governamental a atividade madeireira afetou não somente aos camponeses, posseiros antigos de áreas sem discriminação fundiária (como na região do Riozinho do Rola, em Rio Branco), mas também comunidades que de longa data habitam Unidades de Conservação que foram concedidas à empresas madeireiras. Deste último caso, destaquemos a Floresta Estadual do Antimary, no município de Bujari e as Florestas do chamado Complexo Estadual de Florestas do Gregório, situado nos municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Nestes casos, o chamado Manejo Florestal Sustentável – MFS atropelou tradições, frustrou planos familiares, ignorou territorialidades e despojou comunidades inteiras, a troco de migalhas compensatórias.

O primeiro passo da análise de um mercado de produtos diferenciados, provenientes de populações da Amazônia, consiste em situar-se minimamente quanto ao debate em torno do discurso do “desenvolvimento sustentável”, pois é a partir do contato, ou da inserção destas populações nesta temática que se percebe uma guinada dos instrumentos e relações sociais da atuação das instituições representativas destes grupos – sindicatos, associações, cooperativas, partidos políticos. Especificamente relacionado aos seringueiros, entendemos que o “desenvolvimento” aparece como pano de fundo de transformações e estabelecimento de estratégias para disputas em campos das políticas públicas e dos mercados.

Portanto, é recente o debate sobre a contribuição das chamadas “populações tradicionais” da Amazônia para o desenvolvimento socioeconômico da região. Historicamente, grupos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e extrativistas ficaram a margem do debate e foram negligenciados pelos grandes projetos desenvolvimentistas (BECKER, 2004; MARTINS, 2009). Alguns fatores são comumente utilizados por planejadores oficiais para justificar a exclusão destas populações: a falta de instrumento jurídico que garantisse a propriedade das terras destas populações; o baixo nível tecnológico comumente aplicado aos processos produtivos destes grupos; e até sua localização geográfica, geralmente situada em regiões distantes dos mercados.

Contudo, ao longo dos anos 1990, alguns eventos de natureza social, política e econômica, no plano nacional e internacional, alteraram este cenário e este público inseriu-se no debate (ALMEIDA, 2004; LITTLE, 2002). Sobretudo, porquetais populaçõespossuiriam perspectivas e formas de utilização e relacionamento com a natureza que inspiraram a formulação de novas noções e ações da civilização ocidental-industrial que ao longo dos anos fundou-se em práticas incompatíveis com o equilíbrio ecológico e, por conseguinte, humano (LEFF, 2009).

Além de levantamento bibliográfico e documental, nos baseamos em pesquisa de campo, em curso desde 2008, em áreas extrativistas da região do Alto Acre. Nossa abordagem visa a perspectiva de quem se posiciona a partir da esfera da produção, que por sua vez difere da de quem se encontra na esfera do consumo. Visando escapar a determinismos típicos da análise econômica dos mercados, lançamos mão de uma variada literatura, que vai dos postulados mais recentes de correntes críticas da economia política às concepções do desenvolvimento, até discussões ligadas à cultura e suas interfaces com o campo econômico. Visamos acrescentar à temática, argumentos teóricos no que tange a sociologia econômica, que contribuam de maneira efetiva para a interpretação do mercado de madeiras certificadas, buscando respostas que ultrapassem a questão técnica e racional, uma vez que a esfera subjetiva se faz presente e possui grande papel no delineamento das ações envolvidas.

Em razão da extração de madeira sob o regime de manejo comunitário estar diretamente ligada ao debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, na primeira seção buscamos apontar algumas correntes

que tentam compreender o surgimento desta perspectiva que tem mobilizado grande parte da academia, governos e sociedade. Na segunda seção, apresentamos algumas perspectivas da Sociologia Econômica quanto à construção social dos mercados, cuja ênfase é uma crítica aos postulados da economia clássica e neoclássica, no que se refere à dinâmica dos agentes neste processo. A terceira seção descreve criticamente o envolvimento dos seringueiros com o mercado de madeiras certificadas, enfatizando o contexto político-institucional que introduziu a atividade de exploração madeireira em territórios extrativistas do Acre, e como estes agentes ressignificam os planos dos governos, a partir do confronto com elementos de sua cultura.

Nas considerações finais destacamos que embora a certificação de madeira tropical, ofertada num mercado que sugere uma preocupação com os limites ambientais da atividade econômica, os seringueiros, até então alheios a exploração madeireira, e apesar das inúmeras forças que o levavam a participar, disponibilizando os recursos naturais de seus territórios a este mercado, não o fizeram, em razão do que, tudo indica, qualquer dependência material, não suplanta a dependência e apego a seus valores e projetos.

### **O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A AMAZÔNIA E SUAS POPULAÇÕES**

Uma revisão de literatura que procure identificar os conceitos e noções diversas sobre o “desenvolvimento” dará conta que nos últimos 40 anos surgiu e ganhou notoriedade, não raro centralidade, a problemática ambiental. A questão ambiental está diretamente inserida em diversos debates acerca da modernidade, tendo importância fundamental para uma perspectiva de futuro que contemple a manutenção da humanidade. Em grande parte dessa literatura, as concepções de mundo de inspiração antropocêntricas, em tese, seriam colocadas em segundo plano, pois acredita-se que o domínio da natureza, através do progresso da ciência e da tecnologia para o suprimento humano, com a industrialização capitalista, levou a estágios de degradação ambiental que estariam revertendo os resultados de tal domínio em prejuízos e ameaças a própria humanidade (LEFF, 2009). Segundo a análise de Beck (2011), o processo de modernização desencadeia forças destrutivas jamais imaginadas pela raça humana.

Esta perspectiva que se apresenta crítica ao que prevalece desde a emergência da racionalidade economicista, especialmente a capitalista, sugere uma alteração substancial nos fundamentos do termo “desenvolvimento” que embora apresente grande ambiguidade em seu uso, historicamente está associado ao aumento da produção e à garantia de bons níveis de nutrição, saúde e educação das populações (ESTEVA, 2000). Esta crítica estaria, sobretudo, voltada aos resultados da relação do processo produtivo com a natureza, seja pelo volume e composição dos rejeitos originados pela indústria e lançados no ambiente natural, seja pela limitação da disponibilidade de recursos naturais à produção industrial.

Reconhece-se que o termo “recursos naturais” difunde-se com base no pensamento ocidental europeu, que em sua vertente colonizadora, e capitalista, enxerga a natureza como mercadoria. Esta perspectiva está intrinsecamente ligada às noções de desenvolvimento que vigem de maneira obsessiva na cabeça das chamadas civilizações ocidentais. Alcoreza (2010), fala que tal perspectiva implica numa opção pela cultura moderna, que postula a ilustração como única possibilidade de razão, baseada na ciência, no positivismo. Esta cultura moderna, segundo o autor (2010), não contempla o conjunto da humanidade e está restrita a certos grupos, especialmente aqueles situados nos centros de acumulação do sistema mundo capitalista<sup>3</sup> e sua ideologia promotora da industrialização como forma completa de desenvolvimento.

A exacerbada valorização do plano econômico, numa perspectiva mundial, há algum tempo recebe críticas de estudiosos que alertam para a necessidade de diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento. Furtado (2000), afirma que por trás do que se chama progresso técnico está uma série de modificações sociais que engendraram o tipo de civilização material predominante em quase todo o planeta. A técnica, pautada na ciência, ganhou status de fim em si mesmo, sem representar o progresso das sociedades pós-Revolução Industrial (VEIGA, 2008). Ainda, a industrialização, o livre mercado e a globalização das economias alienaram consciências e vidas, depredaram ambientes naturais e seus significados para as culturas locais e privaram de oportunidades de sobrevivência um grande contingente da população mundial (SEN, 2000; VEIGA, 2008). A busca pelo processo de desenvolvimento industrial está ligada às diversas problemáticas ambientais que hoje a humanidade enfrenta e estuda opções para saná-las (BECK, 2011).

<sup>3</sup> Sobre sistema-mundo ver: WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In.: SADER, E.; SANTOS, T. (Coord.); MARTINS, C. E.; VA-LÊNÇIA, A. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

No campo acadêmico, questionamentos como os apresentados acima ganharam força e notoriedade a partir do início da década de 1970. De outro lado, ganhou notoriedade, no âmbito das Nações Unidas e outros fóruns internacionais, as ideias de muitos estudiosos sobre a análise das consequências ambientais decorrentes da noção vigente de desenvolvimento. Nesta direção estão as contribuições advindas da economia ecológica que enxerga o sistema econômico não como um sistema autossustentável, como defendido pelo mainstream econômico, mas como um subsistema condicionado aos limites do sistema ecológico (CAVALCANTI, 1996).

Daly (2002) acerca da necessidade de uma melhoria qualitativa no processo do desenvolvimento que diretamente diz respeito à solução da pobreza, defende que se deve maximizar a produtividade do capital natural no curto prazo e investir no crescimento de sua oferta no longo prazo. Estes argumentos são em grande medida rejeitados pela ortodoxia daqueles que defendem o mercado como entidade máxima da economia, capaz da resolução da problemática ambiental.

No contexto destas críticas, a partir da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente na cidade de Estocolmo (Suécia, 1972), surge a noção de “desenvolvimento sustentável”, ou, para utilizar o termo inicial ensinado por Sachs (2009) o “ecodesenvolvimento”. Ao longo de mais ou menos 40 anos, surge e difunde-se aquilo que no entender do autor se constituiria na “terceira margem” a despeito das correntes de pensamento que de maneira extremada propõem de um lado o máximo crescimento econômico ou, de outro, o crescimento zero.

Porém, na noção de desenvolvimento sustentável, difundida a partir do Relatório Nosso Futuro Comum<sup>4</sup>, documento orientador da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Rio de Janeiro, Brasil em 1992), produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, não há rupturas com os pilares do modo capitalista de produção que mantém a natureza sob a perspectiva dos “recursos naturais”. Ao contrário, Sachs (2009) relata que na alta cúpula de organismos internacionais, os grupos imbuídos de promover a expansão econômica, sempre funcionaram como freios a medidas mais radicais relacionadas à conservação da natureza.

Se considerarmos que o debate acerca do desenvolvimento sustentável provém, em grande medida, de argumentos internacionais que defendem a conservação da Amazônia por tratar-se da maior área de floresta tropical do planeta, faz-se necessário um breve resgate histórico da atuação do Estado e o tema do desenvolvimento na região.

Difunde-se a falsa ideia de que a Amazônia é uma região onde o Estado não se faz presente. Pode-se afirmar que desde a criação da Província do Amazonas, em 1850, e após o fim da anexação do Acre ao Brasil, a dinâmica econômica e populacional da região é basicamente determinada pela ação estatal (LOUREIRO, 2007). Entretanto, a formulação e implementação dos diversos projetos de desenvolvimento, relegaram as populações locais a segundo plano, ao mesmo tempo em que recaiu negativamente sobre sua estrutura sociocultural. Sobre este processo, Martins (2009, p. 26) diz que, “[...] o desenvolvimento capitalista recriou mecanismo de acumulação primitiva, confiscando terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e camponesas”.

Os efeitos destrutivos da cooperação internacional para o desenvolvimento de países tropicais geraram protestos em escala internacional que se intensificaram a partir do final dos anos 1980, cobrando das agências e Bancos mecanismos que pudessem frear ou reduzir a destruição das florestas. Governos e organizações internacionais criaram condicionantes ambientais na concessão de créditos para o desenvolvimento destes países. Partia-se de um discurso de que a cooperação internacional deveria não apenas provocar menos danos, mas também colaborar positivamente para a proteção das espécies animais, da população, da floresta e do clima. É neste contexto que se intensifica a criação de áreas protegidas na Amazônia brasileira (HEGEMANN, 1996).

Neste século permanece o caráter intervencionista e centralista do Estado na condução das políticas direcionadas a Amazônia. Mantiveram-se as parcerias e o cumprimento das diretivas de agências e bancos internacionais de desenvolvimento como o Banco Mundial, porém, houve uma mudança do discurso oficial que afirma ser possível conciliar crescimento econômico e conservação dos recursos naturais. Portanto, a ação estatal na região obedece às estratégias de apropriação dos recursos naturais do terceiro mundo, no quadro da globalização econômica, sob o discurso do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2009).

<sup>4</sup> O referido documento é também conhecido como Relatório Brundtland, em razão da Comissão ter sido chefiada pela então primeira-ministra da Noruega Groh Harlem Brundtland.

Sob o predomínio das receitas dos grupos dominantes do campo econômico, o governo brasileiro criou instrumentos que permitem precificar os bens comuns, que historicamente estiveram no centro da problemática ambiental, tais como florestas, água e ar. Neste sentido, a Amazônia constitui-se território emblemático. Criaram-se instrumentos que mantenham a natureza ao alcance dos mercados, tais como a Lei de Concessão de Florestas, a Lei de regularização fundiária de terras públicas em favor do privado (Terra Legal), a reforma do Código Florestal, formulação de políticas de serviços ambientais créditos por Redução de Emissão de Dióxido de Carbono – REDD, estabelecimento de critérios que em tese garantiriam o manejo ambientalmente adequado de recursos florestais, enfim, uma série de normativas e convenções que tem sido chamado por alguns autores como o capitalismo verde (OLIVEIRA, 2011; PAULA, 2012).

Isso não significa, entretanto, que o discurso do desenvolvimento, do industrialismo, da racionalidade técnica e da ciência moderna, seja irrestritamente todo-poderoso e que não haja resistência por parte das populações com outras culturas. Muito pelo contrário.

#### **APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS DE PRODUTOS QUALIFICADOS**

Se do ponto de vista do pensamento econômico, o “mercado” representa um lugar abstrato, capaz de trazer o equilíbrio aos interesses divergentes dos agentes, o pensamento crítico a esta leitura, não raro atribui ao “mercado”, também como lugar abstrato e previamente determinado, a autoria pelas mazelas que assolam os grupos mais vulneráveis, reproduzindo a estrutura desigual da sociedade capitalista.

Diferentemente do pensamento econômico clássico (e neoclássico), Granovetter (2007, p. 1) desenvolve a noção de *embeddedness*, segundo a qual a economia não é uma esfera autônoma da vida social e sim que esta é fundamentalmente determinada pelas relações sociais. Segundo o autor “os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido”.

As análises sobre os mercados oscilam entre as concepções super e subsocializadas da ação humana, como parâmetros extremos para a análise econômica. Na primeira, a supersocializada, os agentes atuam fundamentalmente em decorrência do que é convencional nos ambientes sociais em que se encontram. Na segunda, os indivíduos não se importam com as convenções, sendo a maximização de benefícios o principal estímulo para suas ações, segundo a tradição utilitarista, que em sua aplicação na esfera econômica, pressupõe uma situação de mercado competitivo. No entanto, Granovetter (2007) explica que estas duas concepções estão apoiadas na ideia de que as decisões são tomadas por agentes atomizados, onde não tomam decisões sem a interferência do contexto social.

Neste sentido, Abramovay (2004) em sua revisão sobre a aproximação entre a nova economia institucional e a nova sociologia econômica, esclarece que deste posicionamento de Granovetter (2007) deriva-se uma das principais correntes da nova sociologia econômica, que entende o funcionamento dos mercados como forma de organização de certos atores, notadamente os produtores, mas que ao alcançarem também os consumidores dão origem a acordos implícitos entre estas duas esferas, a fim de estabelecer certos padrões de qualidade, cujos atributos não podem ser percebidos imediatamente. Estes acordos implícitos são classificados sob a perspectiva da teoria das convenções e a própria certificação florestal pode ser tomada como um exemplo.

A segunda corrente da nova sociologia econômica é aquela que ao negar também o caráter automático e previsível da ação dos agentes, lança mão da antropologia cultural para mostrar que os esquemas culturais são determinantes na construção de instituições econômicas e negócios. Esta corrente, segundo Abramovay (2004), compreende as instituições não apenas como regras formais, ou informais, mas como configurações derivadas da interação entre diferentes interesses e relações sociais. Dessa forma, Abramovay (2004) pontua que os mercados passam a ser encarados como formas de coordenação social. Os conflitos, os interesses entre indivíduos, o lado subjetivo do negócio firmado e as influências diretamente proporcionadas por estas relações sociais possuem papel para a edificação de um novo mercado ou até mesmo para a sua dissolução. De modo geral, a visão da economia neoclássica deixa de atribuir aos mercados um funcionamento metafísico onde o arranjo parece se dar de maneira involuntária, porém racionalizada, para uma abordagem subjetiva capaz de trazer à tona novos argumentos que possam explicar oscilações da economia, fracassos e sucessos de mercados específicos.

Ao basear-se no papel da cultura, esta perspectiva busca romper com as análises que considerando os modelos mentais como influências na atividade econômica, apegam-se exacerbadamente nas ciências da cognição.

Como demonstraremos na terceira seção deste trabalho, a cultura é, pois, o elemento determinante para o cenário atual do mercado de madeiras tropicais certificadas, oriundas de comunidades camponesas do Acre.

A emergência do discurso do desenvolvimento sustentável tem operado modificações na relação entre atividade econômica e recursos naturais. Durante anos a predatória exploração de madeira tropical da Amazônia brasileira alimentou um mercado caracterizado pela informalidade, ilegalidade e impunidade. A formulação da legislação para reversão desta situação ao mesmo tempo em que deriva da reivindicação de setores da sociedade civil, é complementada por campanhas que visam a conscientização e responsabilidade dos consumidores quanto a observação da procedência da madeira que compram. Assim, a certificação florestal tanto contribuiria para que produtores sigam processos que levam ao baixo impacto ambiental, em reforço as exigências da legislação ambiental, quanto funcionaria como garantia de origem do produto.

O mercado de madeiras tropicais consiste num campo com grande quantidade de agentes sociais, distribuídos nas diversas atividades que se inicia com o processo de mapeamento de áreas disponíveis para o abate de árvores, e termina com o consumidor final de componentes da construção civil, móveis e adornos luxuosos, numa quase sempre extensa distância geográfica entre estes dois polos. No caso da madeira certificada proveniente de comunidades camponesas da Amazônia, este mercado é marcado por relações assimétricas entre produtores e empresas madeireiras, produtores e consumidores finais e assim por diante. Em boa medida as regras deste mercado deveriam ser orientadas pelos parâmetros sociais e ambientais da certificação de áreas de manejo (sob responsabilidade dos comunitários) e da cadeia de custódia (de responsabilidade das indústrias).

Embora não seja o único, o selo do Forest Stewardship Council – FSC (em português Conselho de Manejo Florestal), criado em 1993, é o mais abrangente em matéria de certificação florestal no mundo. O FSC não é uma certificadora, mas um organismo internacional, constituído de diferentes Câmaras, compostas por representantes de diferentes segmentos industriais, associações de consumidores, associações de produtores, profissionais que prestam serviços ao setor, centros de pesquisas, governos e etc., que definem parâmetros socioambientais a serem seguidos nos processos de exploração, cultivo e beneficiamento. O FSC credencia certificadoras para monitorarem e avaliarem os processos produtivos dos postulantes ao selo FSC. Na prática, as certificadoras, através de pessoal com formação acadêmica afeita aos parâmetros, visitam áreas de manejo, observam atividades de exploração florestal, entrevistam diferentes atores envolvidos, verificam documentos e emitem pareceres quanto à concessão e manutenção, ou não, da certificação. No caso da Amazônia brasileira, a certificadora credenciada pelo FSC é o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

Dados do IMAFLORA<sup>5</sup>, tomando o ano de 2011 como referência, indicavam que 68% da madeira certificada proveniente da floresta amazônica brasileira se destina ao mercado internacional, sendo somente 2% destinada ao mercado local. Cerca de 80% da madeira certificada exportada passa por um processamento mínimo e segue como produto de baixo valor agregado, na forma de madeira serrada. Ou seja, o consumidor deste produto compreende um público de renda mais elevada, que não está na Amazônia. Tanto é assim que a partir da primeira certificação de madeira de manejo comunitário, os camponeses foram levados a várias partes do mundo, para participarem de rodadas de negócio e exposições em Feiras Nacionais e Internacionais de produtos certificados. Apesar de indicar um cenário positivo para os governos e empresários, esta situação foi dramática para os donos de pequenas movelarias e marcenarias dos municípios da região do Alto Acre, que ficaram sem acesso a matéria-prima para a realização de seu trabalho (ARAÚJO, 2011).

A introdução do manejo madeireiro em territórios de reservas extrativistas (Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs e Reservas Extrativistas), conquistados pela resistência e organização dos seringueiros nas décadas de 1980 e 1990, possibilitou a discussão sobre o estabelecimento de um mercado diferenciado de madeira tropical certificada. Explicamos: conforme mencionado anteriormente, a certificação florestal, largamente incentivada por grupos profissionais vinculados a organismos com reconhecido know how nesta área, vai ao encontro de interesses de nichos de mercados, composto por consumidores preocupados com o impacto ambiental da produção de madeira. Por sua vez, a madeira proveniente de áreas “manejadas” por seringueiros, ou comunidades tradicionais, representaria uma fatia de mercado composta por consumidores ainda mais dotados de consciência ambiental e social, associando suas decisões de compra à responsabilidade ecológica e dispostos a pagar um sobrepreço por isso. Tanto é assim que em 2011 o FSC lançou um selo específico, chamado FSC Comunitário.

<sup>5</sup> Relatório “Acertando o Alvo 3: desvendando o mercado de madeira amazônica certificada FSC”.

Em consulta ao site da Bolsa de Madeira Responsável<sup>6</sup>, uma plataforma de negociação de madeiras legalizadas e certificadas da Bolsa de Valores Ambientais BVRio (criada em 2011), que propicia a comunicação entre vendedores e compradores de todo o mundo, observou-se que o volume de madeira provenientes de manejo comunitário tem baixa representatividade. Das 56 propostas de compras abertas em fevereiro de 2018, nenhuma colocava como pré-requisito que a madeira fosse oriunda de manejo comunitário. Da parte das propostas de venda, num total de 74 de todo o mundo, somente 6 eram de madeira de manejo comunitário, todas do Brasil. O volume das propostas de manejo comunitário é relativamente pequeno, sobretudo se considerarmos aquelas de produtos previamente beneficiados, que num total de 4, somam 150m<sup>3</sup>, em detrimento de 1 proposta de venda na forma de toras que seria de 40.000m<sup>3</sup>. Quanto ao preço, as propostas variam de R\$ 2.820,00 (dois mil, oitocentos e vinte reais) a US\$ 1,300.00 (hum mil e trezentos dólares) o metro cúbico, na forma de deck e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) o metro cúbico, em toras.

Ainda com base na Bolsa de Madeira Responsável, observa-se que as demandas dos compradores exigem certas características que dificultam a participação dos camponeses, segundo a forma com que se realizou o manejo comunitário no Acre, como por exemplo, a necessidade de regularidade mensal na oferta do produto e preferência por certas espécies. Por outro lado, número de empresas beneficiadoras de madeira e movelarias certificadas para cadeia de custódia, no Estado do Acre, indicam que houve uma campanha muito forte para certificação, que por sua vez, estaria baseada nas expectativas de que houvesse uma adesão maior de comunitários para o manejo florestal.

Portanto, os seringueiros ingressaram num ambiente no qual as regras estavam previamente definidas. No tocante ao mercado de madeiras e à certificação, os parâmetros socioambientais estavam dados, estipulados fora das comunidades. Os seringueiros deveriam ajustar-se às regras, que tanto no caso dos critérios e indicadores ambientais, quanto no das prescrições de ações corretivas para as “não-conformidades” detectadas pelos auditores da certificadora, apresentam certas imposições que contrariam suas expectativas de vida, formas de enxergar o mundo e relações sociais.

### **OS SERINGUEIROS E O MERCADO DE MADEIRAS: A QUEM SERVE A CERTIFICAÇÃO?**

A emergência da questão ambiental como condicionante da atividade econômica e mesmo o discurso e noção do que seria “desenvolvimento sustentável”, se dá pelo envolvimento e disputa entre diversos agentes sociais: políticos, grupos dominantes do campo econômico, populações tradicionais, acadêmicos e etc. Ao passo que se difundem as premissas do desenvolvimento sustentável estes agentes dão materialidade a novas perspectivas que recaem diretamente sobre a atividade econômica, notadamente na esfera da produção e consumo. Neste contexto são criadas as certificações, que no caso ora discutido, influencia diretamente a região amazônica e um dos grupos mais emblemáticos no que toca o debate sobre conservação dos recursos naturais.

Para Carneiro (2012), a certificação é uma proposta para a governança da atividade florestal na Amazônia e as populações tradicionais (notadamente os seringueiros) teriam um papel importante na expansão deste mecanismo. Logo, o ponto central de diferenciação entre certificação de certos produtos (como agricultura orgânica, por exemplo) e a certificação de madeira oriunda de manejo madeireiro de comunidades amazônicas é justamente o fato de a própria atividade não ser algo “tradicional”, por assim dizer. Nesse sentido, além de termos claro que ele se insere no âmbito do discurso do desenvolvimento sustentável, é importante destacar quais as origens e a forma com que este manejo de madeira aparece às comunidades de seringueiros. A relação entre empresas especializadas na classificação e extração de madeiras conforme “normas sustentáveis”, dotadas de um capital financeiro elevado (ou subsidiadas pelo Estado), e as comunidades de seringueiros denota interesses divergentes.

Concepções clássicas da análise econômica tendem a tratar os agentes econômicos como dotados de um comportamento homogêneo, determinado pelo utilitarismo e a busca de maximização de benefícios pessoais. A partir dessa perspectiva, o estudo tradicional da economia estuda como os mercados se regulam, como se dá a demanda, a distribuição de renda e a busca pela teoria do equilíbrio geral e do bem-estar econômico sobre um espectro autônomo e, principalmente, autorregulável (ABRAMOVAY, 2004). Porém, conforme assinala Sahlins (2003, p. 8), a respeito dos diferentes significados possíveis da ação relacionada ao suprimento das necessidades, “[...] o esquema racional e objetivo de qualquer grupo humano nunca é o único possível”.

<sup>6</sup> Para acessar o site da Bolsa de Madeira Responsável: <http://www.bvrrio.org/static/madeira.html>

A atividade econômica não é separada da vida dos agentes e neste sentido, cabe observar a diversidade de aspectos culturais que podem vir a modificar sistematicamente a esfera econômica.

Seringueiros possuem atributos que os inscreve cultural e socialmente como camponês e, neste sentido, deve-se atentar para as contribuições de Shanin (1966) quando lembra que dada às formas de organização e visão de mundo, o camponês reiteradamente age de maneira adversa a planos de desenvolvimento econômicos concebidos por governos. Tratando-se do mercado de madeiras certificadas, enquanto produtores (ou manejadores como propugnavam os interessados na exploração madeireira), os seringueiros têm manifestado estratégias que levam à frustração das expectativas dos governos e de outros agentes.

Recorrer à cultura como elemento a ser considerado nas análises sobre mercados, não significa, entretanto, que os costumes e comportamentos dos grupos mantenham-se inalterado ao longo do tempo e independente das circunstâncias. Sahlins (1997) lembra que alguns estudos demonstram as transformações e enriquecimento cultural de povos indígenas mediante seu processo de incorporação à economia global. Recorrer à cultura sob esta perspectiva afasta o “pessimismo sentimental”, que durante anos profetizou o fim das culturas que se contrapunham ao determinismo racionalizante e individualizante da civilização.

A utilização dos recursos naturais pelos seringueiros, certamente influenciada pelo prolongado contato com populações nativas da região, assentar-se-ia em técnicas desenvolvidas sob a lógica da subsistência familiar e reprodução social, e neste sentido estaria garantido o baixo impacto sobre a floresta. Tais argumentos serviram ao enfrentamento e crítica relacionados às medidas adotadas pelo governo brasileiro a partir da década de 1960, promovendo a ampliação da fronteira agropecuária através da substituição da floresta pela formação de pastagens para gado bovino. A resistência dos seringueiros a este processo culminou com a criação das Resex, no início dos anos 1990 (PAULA, 1991).

Anteriormente à frente pioneira da fronteira agropecuária, raramente era abatida uma árvore de grande porte para uso do seringueiro, ou sua comercialização. Algumas árvores eram retiradas quando da abertura de áreas de roçados para o cultivo agrícola e geralmente, dadas a inexistência de ferramentas ou equipamentos apropriados ao beneficiamento e a dificuldade de transporte, acabavam sendo consumidas pelo fogo. Até a abertura da rodovia BR-317 e simultânea chegada de madeireiros e serrarias, o seringueiro do Vale do Acre era indiferente ao valor econômico que possuía a madeira existente nas áreas de floresta de suas colocações.

Sendo assim, não se deve associar o denominado Manejo Florestal Madeireiro Sustentável - MFS, atualmente em curso em algumas comunidades de PAEs e Reservas Extrativistas, na região do Alto Acre, como decorrentes da original experiência seringueira, visto que as gerações das quais descendem estas comunidades, não utilizavam a madeira como mercadoria. O MFS consiste em práticas referenciadas pela lógica de acumulação capitalista, via mercados, e respaldado num arcabouço normativo criado pelos atores sociais historicamente envolvidos com o setor madeireiro e assegurado pelo Estado.

O envolvimento destas comunidades com a exploração madeireira deve-se a um intenso investimento realizado pelo governo do Estado do Acre, com a ajuda de algumas ONGs, projetando uma imagem que garante prestígio e financiamentos a estas instituições junto a agentes imbricados no discurso do desenvolvimento sustentável. O argumento central de incentivo (as vezes coerção) a exploração madeireira nestas áreas extrativistas é de que com esta atividade, os seringueiros poderiam obter uma renda sem ter que retirar a floresta para práticas agrícolas e sobretudo pecuária. Aliás, este argumento seduz muita gente que desconhece os incentivos fiscais que o governo concede ao avanço da pecuária bovina no Acre<sup>7</sup>.

No plano local (Acre), nacional ou internacional, apesar da responsabilidade ecológica ser cada vez mais uma preocupação dos consumidores, muitos não distinguem os diferentes instrumentos de garantia de origem de madeira: comumente são confundidas as exigências obrigatórias para licenciamento junto aos órgãos ambientais, com a adesão voluntária ao cumprimento de normas de certificação. Desde o ano 2000 toda madeira disponibilizada aos mercados (a menos que seja clandestino) provém de processos de exploração que respeitam regras que minimizam impactos ambientais, licenciados por órgãos ambientais. No caso da certificação, para além de adquirir um bem capaz de satisfazer sua necessidade, o consumidor leva em conta representações simbólicas associadas à procedência do produto – sua autoimagem.

No início dos anos 2000 a promoção da certificação florestal correu paralela ao intenso trabalho de criação de instrumentos jurídicos que permitissem a integração do potencial madeireiro da Amazônia ao mercado

<sup>7</sup> O governo do Acre mantém uma política tributária extremamente favorável à pecuária bovina, através da renúncia do ICMS.

mundial. As primeiras experiências de seringueiros com a exploração de madeira ocorreram no final dos anos 1990, nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas Porto Dias, Remanso e Chico Mendes, no Acre. Em 2002 através do apoio de ONGs e do Governo do Estado, a comunidade do PAE Remanso recebeu a primeira certificação FSC de manejo florestal comunitário madeireiro do Brasil. Este pioneirismo conferiu respeito a organizações ligadas a estas experiências de manejo comunitário no Acre, a ponto de o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA e a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA fazerem parte da Câmara Social do FSC Brasil, sendo que o primeiro faz parte também da Câmara Social do FSC Internacional.

Porém, desde o ano de 2014, a COOPERFLORESTA criada pela iniciativa do governo e ONGs em 2005, para comercialização da produção de madeira do manejo comunitário (portanto dos seringueiros) está praticamente inoperante. A cooperativa contabiliza um total de 52 mil metros cúbicos<sup>8</sup> de madeira comercializada no período em que efetivamente funcionou e avalia que não houve o sobrepreço esperado. Apesar de atribuir à inatividade atual ao moroso processo de licenciamento ambiental, resta claro que há um desgaste da proposta não somente entre os 177 seringueiros registrados como sócios da cooperativa (um número relativamente pequeno, se consideramos sua população total na região), mas entre a grande maioria dos camponeses da região, que ao fim e ao cabo, não demonstram qualquer interesse em continuar a retirar árvores de suas áreas nas condições dadas. Muitos concluem que a forma como se deu o manejo até o momento, destinando toda a madeira a uma só empresa madeireira e de uma só vez, é incompatível com suas necessidades e demanda do mercado local.

Em 2018, devido às “não-conformidades”, nenhuma área das comunidades ainda envolvidas mantinha a certificação FSC. Em 2012, observamos que o tempo despendido pelas comunidades e demais atores envolvidos, governos, técnicos de ONGs, cooperativa, não era destinado somente a viabilizar a manutenção do status de certificação pela comunidade, mas também para a produção de estudos sobre este tema. Isto significa reuniões, que se materializam mediante o gasto com combustíveis e recursos humanos. O estudo de Lima et al. (2008), denuncia os problemas de comercialização, sobretudo o recebimento dos valores da madeira vendida. Os custos de certificação eram arcados pelo Governo e ONGs e não pelos comunitários.

Neste sentido, por mais que a certificação possa ter alguma finalidade para os demais atores envolvidos no processo de extração da madeira<sup>9</sup>, para os camponeses ela apresenta-se mais como uma imposição de regras do que como um diferencial de preço ou indução de práticas de conservação. O preço pago ao seringueiro pelo metro cúbico da madeira em pé, ou tora, portanto de baixo valor agregado, certificada ou não, esteve entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00.

Por outro lado, contrariando algumas avaliações um tanto fatalistas, acreditamos não ter havido um processo simplista de aculturação, de abandono dos esquemas culturais tradicionais dos seringueiros. Por exemplo, embora apoiado por um refinado e intenso trabalho de construção ideológica, não houve a disseminação, ou adoção da terminologia “manejador”, como suposta nova identidade destes camponeses. É mais comum a referência ao termo seringueiro, como categoria que lhe afirma enquanto sujeito social, revelando que mesmo sob circunstâncias adversas e contrárias à sua lógica, sua figura ainda se faz presente neste cenário.

O início da certificação de bens da natureza se dá em meio à ambíguas normativas e várias incertezas de eficácia do ponto de vista ecológico. Se por um lado sua intenção demonstra amplo cuidado com a conservação do meio ambiente, involuntariamente, ou não, tais ações tornam-se potenciais para extinguir determinados meios de subsistência, pois como apontamos fica patente a tensão no caso dos seringueiros. Quando se inicia a formulação deste mercado, os benefícios da normatização da madeira certificada proporcionaria simultaneamente maior controle contra ações devastadoras do comércio ilegal destes produtos e consequentemente evitaria prejuízos ao campesinato envolvido. Quando observamos o caso do Acre, no entanto, constata-se que a certificação de madeiras serviu mais aos grupos historicamente envolvidos com a exploração capitalista de madeira. A tentativa do Estado e empresas do ramo de vincular esta atividade ao simbolismo dos seringueiros indica mais uma estratégia de marketing do que propriamente uma ação em defesa destas populações.

<sup>8</sup> Embora seja um volume alto, se considerarmos que os seringueiros não exploravam madeiras através de MFS, torna-se inexpressivo, quando tomado o estoque madeireiro em Reservas Extrativistas e, sobretudo, se considerar-se o volume total de madeira explorado no Acre durante este período.

<sup>9</sup> Um dos incentivos fiscais à atividade madeireira no Acre foi reduzir o preço mínimo da pauta de exportação para a tributação de ICMS sobre produtos certificados por organismos internacionais, oriundos de manejo florestal de origem comunitária. Por exemplo, a Portaria SEFAZ N° 408 de 14 de dezembro de 2004, fixa o preço mínimo de blocos em R\$ 150,00/m<sup>3</sup> e Blocos e Pranchas Serrados por Motosserra em R\$ 120,00/m<sup>3</sup>, portanto, sem a distinção de espécie e com valor bem abaixo dos preços mínimos de produtos não-certificados. Esta medida estimularia as empresas que compravam a madeira certificada dos PAEs Chico Mendes, Remanso e Porto Dias, a adquirirem um certificado de cadeia de custódia FSC.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui não visamos depreciar análises que ressaltaram com otimismo o mercado de madeiras certificadas oriundas de MFS em comunidades amazônicas, tampouco julgar as performances dos diferentes agentes imbricados neste mercado ou daqueles que participaram do envolvimento dos seringueiros com a exploração madeireira. Entretanto, constatamos que tal processo caracteriza-se por uma considerável tensão entre projetos distintos: de um lado, governos, técnicos, empresários e algumas lideranças que acreditam na necessidade de os seringueiros se organizarem para retirar e comercializar a madeira ainda existente em seus territórios, através dos MFS; de outro lado, grande parte dos seringueiros que por uma série de razões está envolvido neste processo, mas dá outro significado ao MFS e segue relativamente indiferente, ou mesmo rejeitou as intenções de retirada de madeira.

São processos recentes e qualquer afirmação conclusiva soaria despropositada e pretensiosa. Não podemos afirmar que os seringueiros não mais se envolverão com o mercado de madeira certificada, visto prosseguirem as articulações para ampliação do número de famílias moradoras da Resex Chico Mendes em MFS, nos municípios de Brasília e Assis Brasil. Constata-se que devido ao que aqui abordamos (baixo preço, sérias restrições ao uso do território, comprometimento de costumes e etc...) neste momento há uma tendência de enfraquecimento desta discussão, contrariando consumidores, governo estadual e outros agentes envolvidos. Conforme assinala Sahlins (2003, p. 261-262), “a produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. Ela é uma intenção cultural. [...] A produção é um momento funcional de uma estrutura cultural”.

Uma grande diferença observada na exploração de madeira em comunidades de seringueiros, sob o ponto de vista do seringueiro, é que o processo em si lhe é demasiado estranho. Em 2005 o titular da Secretaria de Estado de Florestas do Acre, fazendo uso da lógica de mercados financeiros asseverava: “[...] o seringueiro que entrasse no manejo madeireiro, poderia ficar deitado na rede, enquanto anualmente receberia uma quantia em dinheiro por algumas árvores que fossem abatidas de sua colocação”. Ora, isso contrariaria totalmente a lógica camponesa, cuja reprodução social é marcada pelo trabalho familiar. Por mais que para o Secretário de Estado este discurso tivesse alta capacidade de convencimento (afinal ele operava com a noção de maximização de benefícios pessoais), para os seringueiros e seu esquema cultural isso implicaria no deslocamento de sua identidade, que passaria a uma condição de mercador da natureza.

A atividade de exploração madeireira no MFS enseja perturbação cultural de duas ordens sobre estes camponeses. Por um lado, o processo mesmo de planejamento, exploração e comercialização: a dependência de peritos (engenheiros e técnicos florestais, por exemplo), a burocracia do licenciamento, o uso intensivo de combustível fóssil, máquinas pesadas, equipes numerosas de trabalhadores recrutados em outros lugares, sem vínculo com comunitários, um trânsito frenético de caminhões e máquinas durante o período de exploração, a falta de governabilidade nas negociações comerciais; por outro lado a dimensão mais simbólica (ligado a natureza e a relação de suas tradições familiares e místicas com esta natureza): o abate de árvores centenárias, o arrasamento da floresta ao redor das árvores abatidas, o afugentamento de animais, o soterramento dos cursos d'água, a interdição de áreas destinadas ao manejo, restringindo e impedindo certos usos tradicionais. Pode-se objetar frente a estes argumentos, o avanço da pecuária bovina, que não obstante caracterizar-se como atividade não extrativista e predatória da floresta, se emoldura na lógica camponesa.

Todavia, não estamos sugerindo que o seringueiro não faz uso de madeira como mercadoria. Buscamos enfatizar que o formato do MFS, totalmente atrelado a interesses de empresários, governos e outros agentes, não só não lhes manipula diretamente, como também não lhes atrai. Alguns preferem explorar madeira em baixas quantidades, de maneira clandestina, sem licenciamento pelos órgãos e muito menos certificação. Esta madeira, além de viabilizar a construção da casa de um parente, no local, ou na cidade, ajuda a abastecer as pequenas movelarias e marcenarias, que caso não fosse assim, teriam maiores dificuldades de manterem-se funcionando, já que não têm acesso a madeira proveniente de MFS.

Esta problemática requer uma análise cuja perspectiva extrapole o cálculo racional e economicista, mas também supere a ortodoxia ambientalista. Deve-se partir de uma perspectiva que perceba a diversidade de fatores do arranjo social, político e econômico do contexto no qual se dão as interações dos agentes, ou seja, uma abordagem que, como a sociologia econômica, permita trazer à tona uma interpretação mais equilibrada da influência entrecruzada dos diferentes interesses e perspectivas subjacentes ao cenário problematizado.

Viabilizar a extração de madeira dos territórios dos seringueiros e o próprio mercado de madeiras certificadas, ou qualquer outro relacionado a comunidades camponesas, antes de visar um mercado externo, deve buscar institucionalidades para o estabelecimento de procedimentos que considerem práticas e simbolismos estruturantes da sociabilidade de diferentes agentes locais, tal como sua autodeterminação econômica.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercado e interações humanas nas Ciências Sociais. **Tempo Social** – revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 16 (2), novembro de 2004.
- ALCOREZA, R. C. P. **La alternativa al desarrollo**. Disponível em: <http://www.creadess.org/ellos-dicen/la-alternativa-al-desarrollo-raul-prada-alcoreza>, 2010. Acesso em: agosto de 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. In: **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**. Ano 4, n. 1(2004). – Manaus: Edua/FAPEAM, 2004.
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, nº 55. Junho de 2004. pp. 33-53 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso em 15/01/2018.
- ARAÚJO, J. M. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro de Xapuri. In.: **Anais da II Conferência do Desenvolvimento – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – II CODE/IPEA**. Brasília: IPEA, 2011.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade** – São Paulo: Editora 34, 2011.
- CARNEIRO, M. Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. In: **Cadernos CHR**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 73-86. Jan/Abr, 2012.
- CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicas da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. In.: ROMEIRO. A. R. et al. **Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.
- DALY, H. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In.: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In.: SACHS. W. (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1. Art. 9, jan-jun. 2007.
- HEGEMANN, H. **Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE; IBASE; ISA, 1996.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, A. C. B.; KEPPE, A. L. N., et. al. **Impactos da certificação florestal FSC em comunidades agroextrativistas do Acre/Imaflora**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/ImafloraComun.pdf>. Acesso em 20/02/2013.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In.: **Universidade de Brasília – UNB – Série Antropologia**, 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf> - Acesso em 01/07/2011.

LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas da época imperial**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, A. U. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In. CANUTO, A. et al. (orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2010/CPT**. Goiânia: CPT, 2011.

PAULA, E. A. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, RJ: Mimeo, 1991.

PAULA, E. A. La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales em Latinoamérica Y el Caribe: las revelaciones de la economía verde en Acre. In. ALIANZA BIODIVERSIDA. **Economía verde: el asalto final a los bienes comunes**. Una publicación especial de Biodiversidad, sustento y cultura com el Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales Y Amigos de la Tierra América Latina Y Caribe: <http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>, 2012. Acesso em jul. 2012.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que acultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte I). **MANA**, vol. 3 (1). pp. 41-73, 1997.

SAHLINS, M. O. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, T. El campesinado como factor político. **Sociological Review**, vol. 14, 1966.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

## O PAPEL DOS IMIGRANTES NO TRABALHO

Renata Maciel<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i2.13159>

### Palavras-chave

Globalização  
Migração  
Trabalho

### Keywords

Globalization  
Migration  
Workplace

### Palabras clave

Globalización  
Migración  
Trabajo

### RESUMO

O artigo destina-se a analisar globalização e sua relação com a migração, a fim de estabelecer uma análise acerca das formas pelas quais o trabalho se apresenta para os imigrantes. Para tanto, questiona-se: qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas? A hipótese levantada é de que os imigrantes ocupam os cargos mais precários da cadeia produtiva e que são uma categoria revestida de provisoriamente. A pesquisa tem natureza teórica e os dados gerados são analisados qualitativamente, por documentação indireta, bibliográfica e documental, com a utilização de métodos procedimentais histórico e comparativo. O texto divide-se em dois pontos, tratando inicialmente da relação entre migração e globalização. Na sequência, analisa especificamente como se desenvolvem as relações de trabalho dos imigrantes. Conclui-se que os imigrantes são especialmente atingidos pela reprodução ampliada do capital, uma vez que a mão de obra imigrante traz consigo a ideia de que somente deve apresentar vantagens ao capital, além, ainda, da característica de provisoriamente, uma vez que o trabalho é inerente a categoria imigrante.

### ABSTRACT

#### THE ROLE OF IMMIGRANTS IN THE WORPLACE

The article aims to analyze globalization and its relationship with migration, in order to establish an analysis of the ways in which work presents itself to immigrants. Therefore, the question is: what is the role that immigrants play in globalized labor relations? The hypothesis is that immigrants occupy the most precarious positions in the production chain and that they are a category with provisionality. The research is theoretical in nature and the data generated are qualitatively analyzed by indirect, bibliographic and documentary documentation, using historical and comparative procedural methods. The text is divided into two points, initially dealing with the relationship between migration and globalization. It then looks specifically at how immigrant labor relations develop. It is concluded that immigrants are especially hard hit by the expanded reproduction of capital, since the immigrant workforce brings with it the idea that it should only present advantages to capital, besides the characteristic of provisionality, since labor inherent in the immigrant category.

### RESUMEN

#### EL PAPEL DE LOS INMIGRANTES EN EL TRABAJO

El artículo tiene como objetivo analizar la globalización y su relación con la migración, a fin de establecer un análisis de las formas en que el trabajo se presenta a los inmigrantes. Por lo tanto, la pregunta es: ¿cuál es el papel que juegan los inmigrantes en las relaciones laborales globalizadas? La hipótesis es que los inmigrantes ocupan los puestos más precarios en la cadena de producción y que son una categoría con provisionalidad. La investigación es de naturaleza teórica y los datos generados se analizan cualitativamente mediante documentación indirecta, bibliográfica y documental, utilizando métodos de procedimiento históricos y comparativos. El texto se divide en dos puntos, que inicialmente tratan la relación entre migración y globalización. Luego analiza específicamente cómo se desarrollan las relaciones laborales de los inmigrantes. Se concluye que los inmigrantes son especialmente afectados por la reproducción ampliada del capital, ya que la fuerza laboral inmigrante trae consigo la idea de que solo debe presentar ventajas al capital, además de la característica de provisionalidad, ya que la mano de obra inherente a la categoría de inmigrante.

<sup>1</sup>Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2255-5536>. E-mail: [advogada.rmaciell@gmail.com](mailto:advogada.rmaciell@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por temática analisar a globalização e sua relação com a migração contemporânea a fim de estabelecer uma análise acerca das formas pelas quais o trabalho se apresenta para os imigrantes, uma vez que, a partir do regime de acumulação flexível, as relações de trabalho são alteradas e tornam-se mais precarizadas. Tais alterações atingem os trabalhadores em geral e, de forma mais profunda, os trabalhadores imigrantes, que são especialmente atingidos pela reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo esclarecer qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho atuais. Como hipótese, tem-se que os imigrantes ocupam os cargos mais precários da cadeia produtiva e que são uma categoria revestida de um caráter de provisoriade. A pesquisa tem natureza teórica e os dados gerados são analisados qualitativamente, por documentação indireta, bibliográfica e documental, com a utilização de métodos procedimentais histórico e comparativo.

Para o desenvolvimento da temática, o artigo foi subdividido em duas seções, sendo que a primeira seção se pauta na reflexão sobre migração, ao apresentar o desenvolvimento do conceito de migração, bem como de suas terminologias mais utilizadas. Busca compreender, ainda, as motivações dos movimentos migratórios, de forma ampla e geral, bem como tais processos enquanto constitutivos da dinâmica social mundial, para, em seguida, ocupar-se de caracterizar a migração no contexto da globalização, como sendo um processo universal e global, que se realiza em todos os lugares simultaneamente, decorre da expansão do capitalismo e que contribui para uma reprodução ampliada do capital.

Por fim, a partir da discussão e da análise de que o trabalho é inerente aos processos migratórios, a segunda seção busca estabelecer qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas. Para tanto, a partir da análise apresentada por Sayad (1998), acerca da imigração senegalesa na França, o artigo apresenta o detalhamento de que a força produtiva dos imigrantes somente tem sentido dentro do sistema capitalista quando a balança que envolve custos e lucro apresenta um resultado positivo, ou seja, apresente somente vantagens ao capital.

## A MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A migração corresponde a um inter cruzamento de todas as ciências sociais, uma vez que abrange o encontro de disciplinas como história, geografia, demografia, sociologia, economia, direito, psicologia, antropologia, ciências sociais, isto porquê, o migrar compreende além do processo humano de deslocamento entre diferentes lugares, também um processo social, econômico, político e cultural.

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, *grosso modo*, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela – não é por nada que a demografia é uma questão, em parte, dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é somente um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...], etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular. (SAYAD, 1998, p. 15).

Inicialmente, é importante compreender as terminologias relacionadas ao termo migração, uma vez que este contempla várias possibilidades relacionadas ao deslocamento humano. Nesse sentido, o termo apresenta tamanha complexidade que segundo a Organização das Nações Unidas (2017), não existe uma definição em nível internacional para o termo migrante. A migração, em sentido amplo, corresponde a mobilidade territorial da sociedade, diz respeito àqueles que buscam fixar residência em local diverso daquele que antes se estabeleciam, podendo ser dentro do país de origem (migração interna) ou em países diversos ao de sua origem (migração internacional). Inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. No mesmo sentido, Giralda Seyferth (2008, p. 3), ao estabelecer um conceito do imigrante refere que o “imigrante, num sentido mais geral, é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência”.

Já a migração, em sentido estrito, “é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas” (ONU, 2017). Importante se faz, ainda, destacar a diferenciação entre os termos migrante (em sentido estrito) e refugiado, visto que a situação do refugiado está ligada à necessidade de saída do país de origem fundada em conflitos armados ou perseguições políticas, conforme definição da ONU “Refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de ‘proteção internacional’” (ONU, 2017).

Todo processo de migração inclui, como a ele inerente, os processos de emigração e imigração, que são, respectivamente, a saída de um lugar e a chegada em outro lugar (BRZOZOWSKI, 2012) que pode ter caráter temporário ou definitivo. Ou seja, todo migrante sempre será emigrante e imigrante ao mesmo tempo; emigrante na análise de que deixou seu país de origem, e imigrante pois adentrou em um outro Estado que não o de sua própria nacionalidade.

Sobre a decisão de emigrar, esta é geralmente difícil em vários aspectos, visto que implica riscos e medos que vão desde a adaptação aquele ambiente social diverso ao local de origem do migrante até as dúvidas quanto a reinserção no mercado de trabalho, mesmo porque, tal decisão envolve investimentos, tanto pessoal, quanto financeiro, e também psicológico. A migração, quando voluntária, envolve planejamento. Nesse sentido, Carneiro (2017, p. 342-343):

O emigrante necessita de recursos financeiros suficientes para a viagem, instalação no país de destino e para suas despesas cotidianas até a inserção no mercado de trabalho. Isso implica em um investimento no seu projeto migratório, em uma poupança feita antes da saída do seu país de origem para se instalar em outro. A livre decisão de emigrar e o seu planejamento mais demorado são elementos que diferenciam o imigrante, propriamente dito, do refugiado [...]. No entanto, precisamos considerar que, com muita frequência, por trás de uma decisão supostamente livre de emigrar, temos, de fato, uma situação de insustentável precariedade econômico-produtiva, o que pode motivar uma massiva fuga da miséria, e isso também implica em luta pela sobrevivência.

Assim, as motivações dos migrantes na tomada de decisão de emigrar que se estabelecem como condições de convencimento no processo migratório são, a própria necessidade decorrente da situação de insustentável precariedade em se manter no país de origem, também o caráter de provisoriedade concedido ao imigrante, tanto para quem migra, quanto para o Estado que recebe este migrante. Nesse sentido:

Só se aceita abandonar o universo familiar (universo social, econômico, político, cultural ou moral, quando não mental etc.), ao qual se pertence “naturalmente” ou do qual se é “natural” [...], com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação, passageira por definição, uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução. Correlativamente, só se aceita que haja imigração e que haja imigrantes, ou seja, só se aceita entrar num universo do qual não se é “natural” naturalmente com as reservas das mesmas condições (SAYAD, 1998, p. 58).

Percebe-se que, seja travestida sobre a ideia de voluntariedade, seja por total necessidade, a migração sempre carrega em si o caráter de provisoriedade. Salvo as migrações que decorrem de momentos históricos muito específicos, como as migrações de povoamento ou em períodos pós-guerra, a condição jurídico-legal e também psíquica do migrante sempre é de provisoriedade, e que encontra o mesmo respaldo na - e enquanto existir - a necessidade pelo Estado no qual se imigra.

Destaca-se que fenômeno na migração sempre esteve existiu na história da civilização, sendo a mobilidade humana um processo presente desde os primórdios nas características da sociedade e vida humana. Ou seja, as pessoas sempre se deslocaram de um local para outro, pelas mais diversas razões.

[...] falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...], e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma de duas partes integrantes, a parte relativa à

emigração. De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território: o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa (SAYAD, 1998, p. 16).

Ao analisar a história das migrações no início da modernidade, Bauman (2005) assegura que em tempos passados, as trajetórias se davam de áreas mais desenvolvidas do planeta para as menos desenvolvidas:

Desde o princípio, a era moderna foi uma época de grandes migrações. Massas populacionais até agora não calculadas, e talvez incalculáveis, moveram-se pelo planeta, deixando seus países nativos, que não ofereciam condições de sobrevivência, por terras estrangeiras que lhes prometiam melhor sorte. As trajetórias populares e prevalentes mudaram com o tempo, dependendo das pressões dos “pontos quentes” da modernização, mas, no todo, os imigrantes vagaram das partes “mais desenvolvidas” (mais intensamente modernizantes) do planeta para as “subdesenvolvidas” (ainda não atiradas para fora da balança socioeconômica sob o impacto da modernização). (BAUMAN, 2005, p. 50).

Nesse período, os migrantes eram aqueles que, em seus países de origem, não conseguiam manter um emprego que os compensasse economicamente ou os que não herdaram qualquer status social. Assim, em posse de superioridade tecnológica e militar (decorrentes de seus países de origem) deslocavam-se para países menos desenvolvidos, que não haviam passado por processos modernizantes (BAUMAN, 2005).

Desse modo, colonizaram tais áreas “vazias”, até torná-las vazias, porém, literalmente, dos nativos que as ocupavam. Conforme preceitua Bauman (2005, p. 51) “cerca de 30 a 50 milhões de nativos de terras ‘pré-modernas’, cerca de 80% de sua população total, foram aniquilados entre a chegada e estabelecimento dos primeiros soldados e comerciantes europeus e o início do século XX”.

Assim, a migração, até o século XX, caracterizou-se pela aniquilação dos nativos que ocupavam as terras, seja por meio das doenças que atingiram esses povos, seja pela ausência de recursos dos nativos para adaptarem-se às novas condições sociais impostas por esses que chegavam, impondo sua própria organização socioeconômica e cultural como modelo a ser seguido. Isso ocorreu em várias áreas do globo terrestre, incluindo o Brasil.

No entanto, com a globalização, as características da migração foram alteradas. Ou seja,

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista. (PATARRA, 2006)

Nesse sentido, destaca-se que a migração enquanto um processo universal e global, que se realiza em todos os lugares simultaneamente, decorre da expansão do capitalismo pelo mundo que, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, passa pelo processo de internacionalização do capital conhecido como globalização.

Giovanni Alves (2001, p. 01) estabelece que:

Na perspectiva de Octávio Ianni, a globalização pode ser compreendida como uma nova condição e possibilidade de reprodução do capital surgida principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando começaram a predominar os movimentos e as formas de reprodução do capital em escalas internacionais. A princípio, por capital se entende um signo do capitalismo, o emblema dos grupos e classes dominantes em escala nacional, regional e mundial. Isto é, o capital de que se fala aqui é uma categoria social complexa, baseada na produção de mercadoria e lucro, ou mais-valia, o que supõe todo o tempo a compra da força de trabalho; e sempre envolvendo instituições, padrões sócio-culturais de vários tipos, em especial os jurídico políticos que constituem as relações de produção.

Deste modo, na medida em que a globalização contribui para a reprodução do capital a nível mundial, em decorrência da concentração e centralização, produção e reprodução do desenvolvimento desigual e combinado, os processos de trabalho se alteram. Ao analisar a globalização sob a ótica da teoria marxista, Octavio Ianni (2001, p. 179), estabelece que - a globalização - “provoca necessariamente a reiteração de algo estruturalmente semelhante à acumulação originária, como uma espécie de ‘revolução’ que periodicamente

transforma ou moderniza as mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho e da produção”.

Isto porquê, a própria lógica do capitalismo, sobre a reprodução ampliada do capital, que se estabelece a partir da expansão das forças produtivas – possível a partir da globalização – corrobora para o entendimento de que o capitalismo possuía, desde os primórdios, tendências mundiais, possíveis de influenciar de forma decisiva, em maior ou menor escala, todas as formas de organização do trabalho e da vida social (IANNI, 2001).

Ou seja, a partir da globalização, ocorre uma reestruturação de toda a dinâmica de organização política, econômica e social mundial, que passa, sob certo aspecto, a ser entendida como um todo conjunto.

Tudo se desterritorializa. Coisas, gentes e idéias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraízam-se dos lugares, esquecem os pretéritos, presentificam-se nos quatro cantos do mundo. A sociedade global transforma-se em um vasto mercado de coisas, gentes e idéias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades (IANNI, 2001, p. 211).

No entanto, todas essas alterações não se desenvolvem de modo tranquilo, visto que, por um lado ocorre uma homogeneização, equalização e integração, por outro, ocorrem vários tipos de fragmentações, rupturas e contradições. Nesse sentido, Hall (2006, p. 78) destaca que a globalização, “é muito desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões”, enquanto que Martine, em uma análise que considera globalização como parcial e inacabada, sob a justificativa da necessidade de incrementar os aspectos positivos da migração internacional para que esta se complete, a define como parcial e inacabada:

[...] a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras. O dinamismo e a força principal da globalização residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo. Essas regras, porém, são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades contribuem para aumentar o desejo, e até mesmo a necessidade, de migrar para outros países. (MARTINE, 2005, p. 3).

Como consequência da desigualdade, especialmente social e econômica, acontecem em nível local, nacional e mundial, cada vez mais, desencontros que se relacionam aos processos e estruturas, tanto sociais, quanto econômicos, políticos e culturais.

A partir deste momento, “o capital perdia parcialmente sua característica nacional [...], e adquiria uma conotação internacional” (IANNI, 2001, p. 56), com isso, a força produtiva também se internacionaliza. Se, antes, o processo migratório ocorria somente das áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, a partir da globalização, o processo se altera, invertendo-se. Isto porque, a partir da globalização, é possível estabelecer, dentre outras consequências, a alteração da forma como se realizavam as relações de trabalho. Nesse sentido, Ianni (2001, p. 76) estabelece que:

A rigor, a sociedade mundial pode ser vista como um sistema social complexo, no âmbito do qual encontram-se outros sistemas mais ou menos simples e complexos, tanto autônomos e relativamente autônomos como subordinados, ou subsistemas. No âmbito da sociedade mundial, logo se destacam o sistema econômico e o político, mas também outros podem tornar-se relevantes, em termos da organização e dinâmica da mundialização. Tomado como um sistema de alta complexidade, a sociedade mundial pode ser vista como um produto da diferenciação crescente decorrente da evolução dos sistemas que a antecedem e compõem (IANNI, 2001, p. 76).

Assim, dentro deste sistema social complexo ocorrem as alterações das forças produtivas, conferindo novos significados às formas do capital em geral.

A medida que se liberam e agilizam as forças produtivas, juntamente com as relações de produção demarcando as condições de liberdade e da igualdade dos proprietários de capital e força de trabalho, organizados em forma contratual, intensifica-se e generaliza-se a reprodução ampliada do capital. (IANNI, 2001, p. 173-174)

Assim, entende-se que é de suma importância se estabelecer a relação entre a migração e o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho dentro de um contexto de globalização.

### **O PAPEL DOS IMIGRANTES NA RELAÇÃO DE TRABALHO**

A partir da discussão e da análise de que o trabalho é inerente aos processos migratórios, busca-se estabelecer qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas, visto que “a mesma racionalização que prioriza o tempo, o ritmo, a velocidade e a produtividade produz a subordinação do indivíduo à máquina, ao sistema, às estruturas de dominação e apropriação prevalentes, promovendo sua alienação” (IANNI, 2001, p. 232). Nesse sentido, a necessária alienação do trabalhador, que se condiciona à relação de trabalho específica aparece de forma mais acentuada quando se trata do imigrante. Pois, como a possibilidade de permanência do imigrante no Estado para o qual imigrou se justifica pelo trabalho, este aparece como elemento essencial de manutenção da relação de imigração.

Ao relacionar migração e trabalho, Sayad (1998) estabelece que o imigrante é essencialmente uma força de trabalho. Refere que déficits demográficos como aqueles decorrentes de baixa taxa de natalidade ou de períodos de guerra, que fizeram com que a necessidade de homens na economia fosse aumentada, ou, decorrentes da expansão da economia em determinados períodos, com o conseqüente aumento dos postos de trabalho, especialmente aqueles que exigem trabalhadores subqualificados ou com ausência total de qualificação, para o exercício de tarefas desagradáveis ou socialmente desvalorizadas, explicam algumas das causas da imigração. Isto porquê, “imigração e imigrantes só têm sentido e razão de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os “custos” e os “lucros” apresentam um saldo positivo – idealmente, a imigração deveria comportar apenas “vantagens” e, no limite, nenhum “custo”” (SAYAD, 1998, p. 50).

Ademais, esta posição específica que é ocupada pelos imigrantes nas relações de trabalho, sem oportunidades de crescimento ou melhora, apresenta relação com a própria vulnerabilidade endêmica, bem como com a fragilidade do bem-estar arduamente conquistado pelos nacionais. Ou seja, a sociedade subjuga os imigrantes às ocupações dos papéis mais precários da cadeia produtiva pelo temor de os próprios nacionais perderem seus benefícios ou postos de trabalho (BAUMAN, 2016). Nesse sentido, ao analisar o movimento migratório senegalês para a França, explica que:

Ser francês (ou francesa) é uma característica (a única viável?) que situa seus compatriotas na mesma categoria das pessoas boas, nobres, imaculadas, e poderosas situadas no topo, simultaneamente situando-os acima de estrangeiros também miseráveis, os sem pátria recém-chegados. Os imigrantes representam aquele fundo desejado que se situa mais abaixo ainda – abaixo do fundo a que os *miserables* nativos foram destinados e relegados; um fundo que pode tornar a sorte de uma pessoa um pouco menos que totalmente humilhante, insustentável e intolerável. Aos migrantes se deve dizer que estão vivendo e sendo mantidos para que os franceses e francesas se sintam pelo menos *chez soi*, para o bem ou para o mal (BAUMAN, 2016).

Em sentido semelhante, ao analisar o capitalismo moderno e a hierarquia da divisão do trabalho entre os países ricos e pobres, Ulrich Beck (2010), destaca o papel dos imigrantes, especialmente os que ingressam ilegalmente, considerados pelo autor como “sem papéis”, que correspondem dentro do sistema produtivo as “personas que, [...], hacen trabajos que en general nadie quiere asumir en estos países: trabajos de limpieza de todo tipo, de asistencia a ancianos y de cuidado de niños en los hogares de la pujante clase media mundial”. Ou seja, o imigrante existe meramente como força de trabalho e, ainda, para o exercício de tarefas específicas que compreendem os trabalhos mais precarizados existentes. Tal condição é ainda mais precária se este imigrante for ilegal, visto que estará, ainda mais, suscetível à exploração, pois:

La *ilegalidad* provoca que estos ciudadanos nómadas sean objeto de chantaje y de explotación. No tienen

ningún tipo de derecho, pero sus actividades y prestaciones son funcionalmente indispensables, por supuesto para la propia supervivencia y la de sus familiares que viven al otro lado de la frontera, pero también, ante todo, para la supervivencia de las sociedades del bienestar occidentales y de los países emergentes (BECK, 2010).

Ianni (2001) estabelece que tal característica é típica da reprodução ampliada do capital, uma vez que esta compreende a economia mundial como um todo e desenvolve-se a partir das distintas formas de organização de trabalho e produção.

Ainda que o capital não possa nunca atuar de maneira independente e, além disso, dependa em essência da capacidade da força de trabalho produzir valor, é inegável que pode determinar as direções e os ritmos da reprodução ampliada. Para que se realize a reprodução ampliada do capital, compreendendo setores econômicos, economias nacionais, economias internacionais e a economia mundial como um todo, o capital desenvolve-se, desdobra-se e articula-se em distintas formas de organização do trabalho e da produção. Adquire configurações singulares, particulares e gerais, reciprocamente referidas e determinadas, mas cada vez mais sob a influência do capital em geral, simultaneamente abstrato e real. No âmbito da economia global, desenvolve-se ainda mais a forma geral do capital, uma espécie de síntese e matriz do singular e do particular, todos reciprocamente referidos, mas determinados pelo geral (IANNI, 2001, p. 176)

Desse modo, a expansão econômica decorrente da globalização foi uma grande consumidora da imigração e, enquanto necessitava da mão-de-obra imigrante de forma permanente e numerosa, criou a ilusão da imigração como um processo necessário e indispensável econômico e politicamente, a partir do qual todos passaram a acreditar que os imigrantes tinham um lugar duradouro (SAYAD, 1998). Ou seja, enquanto necessários em decorrência da expansão econômica, os imigrantes eram reconhecidos por sua utilidade social e econômica, que advinham dos elementos decorrentes da relação de trabalho específica, quais sejam, quantidade e precariedade. Tais características reforçam que esta relação de trabalho sempre apresentou características muito bem delineadas, visto que os imigrantes são um grupo sempre marginalizado e à margem da hierarquia social.

A fim de caracterizar a ilusão que foi criada em todo o coletivo social a respeito da imigração, destaca, em uma análise da imigração senegalesa para a França, Sayad (1998, p. 46-47), destaca que:

Com efeito, emanando de todos os horizontes políticos e sociais (o patronato em primeiro lugar, os homens no poder, mas também, e por razões certamente diferentes daquelas dos principais beneficiários da imigração, os partidos políticos e os sindicatos de esquerda), só se viam então – e isso durante décadas – proclamações e declarações que, todas, desejavam ser tranquilizadoras; fossem quais fossem os sentimentos que se pudesse alimentar e as opiniões que se pudesse ter em relação aos imigrantes, não se parava de afirmar que eles eram necessários, quando não indispensáveis para a demografia francesa.

A partir de tal situação, seja pelo reconhecimento de sua utilidade econômica e social, decorrentes das vantagens que ofereciam para o capital, seja pelo reconhecimento do direito de continuar como imigrante, seja até mesmo ao ser taxados como parasitas, criou-se no imaginário dos imigrantes a sensação de que tinham um lugar permanente, ainda que à margem e na parte inferior da sociedade nacional, mas um lugar duradouro (SAYAD, 1998).

Em geral, o que ocorre na prática é que, quanto mais recente a imigração mais vantajosa, no sentido do capital, é a mão-de-obra que ela traz. No entanto, conforme a imigração torna-se permanente “produz-se, entre os imigrantes, uma inevitável reconversão de suas atitudes em relação a si mesmos, em relação a seu país e em relação à sociedade na qual eles vivem cada vez mais por mais tempo e de forma mais contínua e, principalmente, frente às condições de trabalho que essa sociedade lhes impõe” (SAYAD, 1998, p. 65). Entende-se que o imigrante, ao permanecer em um novo país e sociedade, passa a querer ser aceito e a fazer parte dessa.

No entanto, quando os imigrantes passam a tomar por hábito reivindicar seus direitos a existência plena, e não mais se conformarem com os direitos parciais dos trabalhadores imigrantes, tal relação torna-se insustentável. Quando a imigração começa a apresentar indícios de permanência, passa a provocar a sensação de pânico generalizado por parte dos Estados que sustentam suas afirmações no “imperativo categórico da moral que

entra em confronto direto com o medo do ‘grande desconhecido’ simbolizado pelas massas de estranhos à nossa porta” (BAUMAN, 2016). Ou seja, os imigrantes são tolerados pelos nacionais apenas porque se encontram em uma situação de total exclusão do âmbito social e provisória de direito. Nesse sentido:

Como o imigrante deve continuar sendo sempre um imigrante – o que significa que a dimensão econômica da condição do imigrante é sempre o elemento que determina todos os outros aspectos do status do imigrante; um estrangeiro cuja estadia, totalmente subordinada ao trabalho, permanece provisória de direito (SAYAD, 1998, p. 63).

Percebe-se que o trabalho, conforme já estabelecido, é inerente ao processo migratório, uma vez que sem trabalho o imigrante não possui condições de fixar-se no novo território para o qual se deslocou. E mais, o imigrante é uma força de trabalho que nunca deixa de carregar como característica a provisoriidade.

Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração), na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54)

Isto porque, os aspectos jurídicos-legais que garantem a permanência de um imigrante no Estado diferente de sua origem, para o qual se deslocou, sempre subordinam a sua estadia à relação de trabalho. Sayad (1998, p. 54), destaca que “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser”. Sem o trabalho, a presença do imigrante não mais se justifica para o Estado de acolhida.

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 1998, p. 55).

Ao considerar que o trabalho e, em geral o trabalho a ser desenvolvido por imigrantes, é o que justifica a permanência do mesmo, surge um paradoxo no momento em que desaparece o trabalho, ou seja, no momento em que o imigrante fica desempregado. O trabalho é a condição de permanência do imigrante e, conforme preceitua Sayad (1998, p. 54-55), a condição de desemprego do imigrante é praticamente impensável, visto que, “em primeiro lugar, mesmo que de um ponto de vista puramente intelectual, a dificuldade está, aqui, em conciliar objetos inconciliáveis: desempregado e imigrante ou, o que dá no mesmo, o não-trabalho com o que só se conhece e só existe pelo trabalho”.

Os imigrantes, sem o trabalho, são percebidos como pessoas que contribuem, tão somente, para o excedente populacional, uma vez que não possuem as qualificações que a sociedade de produtores entende como fundamentais para um emprego de qualidade. Nem ocupam os desejados postos de consumidores, visto serem, em sua maioria, pessoas carentes de condição financeira que lhes permita a inserção social como consumidores em potencial. Em decorrência dessas variáveis, tornam-se uma população indesejada aos olhos do capitalismo, uma espécie de refugio humano (BAUMAN, 2005).

Outra justificativa, é a de que os imigrantes acabam contribuindo para o fenômeno da “superpopulação”, descrito como:

[...] um codinome para a aparição de um número de pessoas que, em vez de ajudarem a economia a funcionar com tranquilidade, tornam muito mais difícil a obtenção, para não falar na elevação, dos índices pelos quais se mede e avalia o funcionamento adequado. A quantidade desses indivíduos parece crescer de maneira incontrolável, aumentando continuamente as despesas, mas não os ganhos. Numa sociedade de produtores, essas são as pessoas cuja mão de obra não pode ser empregada com utilidade, já que todos os bens que a demanda atual e futura é capaz de absorver podem ser produzidos [...] sem que elas sejam mantidas em seus empregos. Numa sociedade de consumidores, elas são os “consumidores falhos” pessoas

carentes de dinheiro que lhes permitiria ampliar a capacidade do mercado consumidor, e que criam um novo tipo de demanda a que a indústria de consumo, orientada para o lucro, não pode responder nem “colonizar” de maneira produtiva. Os consumidores são os principais ativos da sociedade de consumo, enquanto que os consumidores falhos são os seus passivos mais irritantes e custosos (BAUMAN, 2005, p. 52 - 53).

Assim, os imigrantes podem passar por longos períodos históricos de aparente permanência no local de acolhida, No entanto,

[...] basta que as circunstâncias que se encontravam na origem da imigração (ou seja, as condições econômicas) mudem e, ao mudar, que imponham uma nova avaliação dos lucros que se pode tirar dos imigrantes, para que ressurgam naturalmente, contra a ilusão coletiva que permitia que a imigração se perpetuasse, a primeira definição do imigrante como trabalhador provisório e da imigração como estadia literalmente provisória (SAYAD, 1998, p. 48).

Assim, quando as condições econômicas e políticas garantem circunstâncias positivas aos nacionais, a imigração tende a ser tolerada. É possível destacar, dentre as circunstâncias, aquelas relacionadas a empregos de qualidade, bem como as relacionadas a confiança e a estabilidade da condição social que busca a proteção efetiva contra a degradação social, em geral garantidos pela Previdência Social dos Estados.

No entanto, basta que ocorram períodos de recessão, para que as condições que garantiam a permanência dos imigrantes se alterem. Em tais períodos, poucos são os políticos em exercício capazes de resistir ao quadro de ansiedade causada pelo ingresso de imigrantes que, conforme se justifica, além de caracterizarem-se como estranhos àquele país e cultura, podem empurrar para mais baixo ainda os salários dos trabalhadores nacionais e agravar, ainda mais, a situação de desemprego e subemprego (BAUMAN, 2016, l. 174). Em decorrência de tais circunstâncias, o ingresso e permanência dos imigrantes tornam-se indesejados em grande parte dos Estados ao redor do globo terrestre.

Na prática o que acontece é que, ao ocorrerem alterações econômicas e ou políticas, os direitos pelos imigrantes conquistados podem ser revisados. Assim, a sensação de medo e insegurança dos nacionais, contribui para o que se reconhece como securitização, instrumento que contribui, constantemente, para que alguns Estados, diminuam ou retirem - os poucos - direitos concedidos aos imigrantes por alguns Estados (BAUMAN, 2016). Nesse sentido:

O sentido generalizado a insegurança existencial é um fato categórico, uma genuína desgraça de nossa sociedade, que se orgulha, pela boca de seus líderes políticos, da progressiva desregulamentação dos mercados de trabalho e da flexibilização da mão-de-obra, e assim, por conseguinte, reconhecida por propagar a crescente fragilidade das posições sociais e instabilidade das identidades socialmente reconhecidas - e pela expansão incontrolável das fileiras do precariado. (BAUMAN, 2016).

Em suma, a imigração configura uma eterna contradição entre “um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, [...] um estado mais duradouro que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998, p. 45), visto que do aspecto do direito ela seria fenômeno provisório, enquanto que nos fatos ela costuma se dar de forma permanente. Esta contradição da imigração, encontra total ligação com a globalização do capitalismo, uma vez que:

Na medida em que se dá a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, desenvolve-se simultaneamente a sociedade global, uma espécie de sociedade civil global em que se constituem as condições e as possibilidades de contratos sociais, formas de cidadania e estruturas de poder de alcance global. Nessa mesma medida, desenvolvem-se as relações e os processos característicos da globalização, formam-se as estruturas do poder econômico e político também característicos da globalização (IANNI, 2001, p. 205)

Assim como a imigração apresenta dentre suas características a contradição, a globalização também compreende faces contraditórias, pois compreende tanto a integração quanto fragmentação, os nacionalismos

e regionalismos, o racismo e fundamentalismo, a geoeconomia e a geopolítica. A partir da globalização multiplicam-se todos os tipos de desencontros em nível local, nacional e mundial, os quais envolvem relações, processos e estruturas (sociais, econômicos, políticos e culturais) e, a partir de tais condições “as configurações e movimentos da sociedade global descortinam outras possibilidades da geografia e história, novas formas de espaço e tempo, às vezes límpidos e transparentes, outras vezes caleidoscópicos e labirínticos” (IANNI, 2001, p. 221), que atingem, sobremaneira, os imigrantes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo centrou-se na temática dos migrantes e de como se apresentam as características das relações de trabalho dessa categoria dentro do atual contexto da globalização. Ao longo da análise, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas?

A partir da análise estabelecida ao longo das duas seções do artigo, é possível concluir que a migração sempre fez parte da história mundial, apresentando, ao longo dos diferentes tempos históricos, diferentes características. Percebe-se que o atual contexto de globalização foi responsável por um aumento nos fluxos migratórios, decorrentes da facilidade nas trocas de informações, mercadorias e pessoas pelo globo terrestre. No entanto, apesar da facilitação nas trocas de informações e mercadorias, as fronteiras, na maioria das vezes, se fecham para os imigrantes, isto porque, a globalização é muito desigualmente distribuída no globo terrestre. Assim, acontecem simultaneamente e cada vez mais desencontros, fragmentações, rupturas e contradições que se relacionam aos processos e estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais, que contribuem para que ocorram alterações das forças produtivas, conferindo novos significados às formas do capital em geral.

Nesse sentido, os imigrantes são especialmente atingidos pela reprodução ampliada do capital, uma vez que a mão de obra imigrante traz consigo a ideia de que somente deve apresentar vantagens ao capital, além, ainda, da característica de provisoriedade, uma vez que tal categoria somente existe e se mantém em função do trabalho. Ou seja, o trabalho é condição de permanência do imigrante, que somente existe em função do vínculo que o trabalho lhe possibilita, uma vez que a permanência de um imigrante, em um país diverso ao de sua origem, somente é tolerada em decorrência de sua provisoriedade, isto porque, a condição de desemprego do imigrante é praticamente impensável.

Por fim, na prática ocorre que os imigrantes geralmente ocupam postos que não apresentam qualquer possibilidade de crescimento ou melhora, bem como se submetem aos trabalhos que não interessam a população nacional, ou seja, os imigrantes são contratados para o exercício de tarefas específicas que compreendem os trabalhos mais precarizados existentes, contribuindo para uma reprodução ampliada do capital.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**. Londrina: Editora Práxis, 2001. Disponível em [http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Marx\\_e\\_a\\_Globalizacao.pdf](http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Marx_e_a_Globalizacao.pdf). Acesso em 15.abr.2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017. Versão digital.

BECK, Ulrich. **¿Qué hay detrás de los ‘sin papeles’?** In. El País. Disponível em <[https://elpais.com/diario/2010/01/04/opinion/1262559611\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/01/04/opinion/1262559611_850215.html)>. Acesso em 13 ago. 2019.

BRZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137-156, aug., 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CARNEIRO, Cynthia Soares. Migrações Internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do Mercosul e os imigrantes sul-americanos no Brasil. **Revista Argumenta**, n. 26, p. 337, 2017. Disponível em < <https://search.proquest.com/openview/732cfca3a10d462bb35075ffc595c1c1/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031966> >. Acesso em 15.mai.2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, sept., 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’?** Nações Unidas no Brasil, 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>>. Acesso em: 08 mai. 2019.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, aug., 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996.



Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

## POLÍTICA DO SIMBÓLICO E MERCADOS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO QUILOMBOLA

Emerson Ferreira Rocha<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i1.14102>

### Palavras-chave

Quilombos  
sociologia econômica  
sociologia da cultura

### Keywords

Quilombos  
Economic sociology  
sociology of culture

### Palabras clave

Quilombos  
Sociología  
Económica  
Sociología de la cultura

### RESUMO

Esse artigo traz uma discussão sobre a política quilombola sob a ângulo dos processos de formação de novos sujeitos econômicos. Para tanto, discute-se primeiramente o tipo de descolamento entre registros normativos envolvido na própria concepção da política de reconhecimento e demarcação de territórios quilombolas. Em segundo lugar, descreve-se o que será chamado de circuito de produção da política quilombola, que envolve o Estado, a sociedade civil e sistemas peritos. Finalmente, discute-se a articulação entre etnicidade e mercados e a correlata conversão de marcadores étnicos em “marca”.

### ABSTRACT

#### THE POLITICS OF SYMBOLIC AND THE MARKETS: THE CASE FOR QUILOMBOS IN BRAZIL

This article discusses the politics of recognition of “quilombo” communities in Brazil with regards to the formation of new economic subjects. The shifts in normative criteria which inheres the very conception of the policy of recognition of these communities is first discussed. Secondly, we describe the policy production circuit, which involves the State, the civil society as well as expert systems. Finally, we discuss the relations between ethnicity and markets, considering the conversion of ethnic signs into “brands”.

### RESUMEN

#### POLÍTICAS SIMBÓLICAS Y MERCADOS: CONSIDERACIONES DESDE EL CASO QUILOMBOLA

Este artículo analiza la política quilombola desde la perspectiva de los procesos de formación de nuevos sujetos económicos. Por tanto, discute en primer lugar el tipo de desapego entre registros normativos implicados en la concepción de la política de reconocimiento y demarcación de territorios quilombolas. En segundo lugar, describe lo que se llamará el circuito de producción de la política quilombo, que involucra al Estado, la sociedad civil y los sistemas expertos. Por último, analiza el vínculo entre la etnia y los mercados y la conversión relacionada de las señales étnicas en “marca”.

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Sociologia pela UnB. Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8007-367X>. E-mail: [erocado@gmail.com](mailto:erocado@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, no Brasil, existem diversos grupos sociais que se identificam com a condição de “comunidade tradicional”. Nesse texto, aborda-se especificamente a questão quilombola. Espera-se, contudo, que alguns aspectos mais abstratos da discussão possam contribuir para a compreensão de outras situações específicas, assim como para debates de caráter teórico. A próxima seção discute o tipo de normatividade envolvida na própria concepção da política de reconhecimento de territórios quilombolas. Em seguida, uma seção descreve o que será chamado de circuito de produção da política quilombola, destacando o papel de três vértices institucionais distintos: o Estado, a sociedade civil e o sistema perito (acadêmico). Finalmente, discute-se a articulação da política quilombola com a formação de novos sujeitos econômicos, sob o prisma das relações entre etnicidade e mercados e a correlata conversão de marcadores étnicos em “marca” (COMAROFF; COMAROFF, 2009). Na conclusão, destaca-se a importância da Sociologia Econômica para pesquisas sobre o tema.

## O DIREITO À TERRA COMO DIREITO À DIVERSIDADE

O primeiro aspecto que chama atenção na política quilombola é a definição do direito à posse e ao usufruto da terra como direito à realização de uma diversidade cultural. Talvez trivial a um primeiro olhar, este enquadramento situa o conflito de interesses em torno da terra em um campo peculiar de disputas prático-semânticas e de construção de legitimidade. O trabalho de produção da política quilombola pode ser visto, pelo menos sob um ângulo, como um trabalho de deslocamento de certos conflitos pela terra do registro semântico, político e jurídico da regulamentação fundiária para o registro da “regulação cultural” (HALL, 2017).

O registro da regulamentação fundiária orienta-se pelo princípio da função social da propriedade e por uma noção de justiça distributiva. Um exemplo que ilustra esse espírito é o Estatuto da Terra, lei de 1964, que, sem ter tido muito alcance prático, previa, no seu artigo primeiro, a reforma agrária como “um conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964). Cabe notar que um dos primeiros casos de titulação de território quilombola, o da Comunidade Remanescente de Quilombo da Boa Vista, mobilizou para sua fundamentação a Lei nº 4.947/66, que estabelece normas de direito agrário visando à implementação da reforma agrária prevista pelo Estatuto da Terra (SUNDFELD, 2002). À época, o ano de 1995, havia um vácuo normativo no que concerne à aplicação da previsão constitucional, de 1988, da política de titulação quilombola. Assim, o descolamento para uma política da diversidade, já anunciado pela constituição mais recente, iniciava-se provisoriamente com recurso a dispositivos normativos anteriores, orientados pelo registro da regulamentação fundiária.

O poder executivo federal, no mandato de 1998 a 2002, levaria a cabo a tarefa de produzir normativas específicas para a implementação de uma política de demarcação de terras a nível nacional, tendendo a consolidar a afirmação de direitos fundiários com base no marcador identitário quilombola. Houve, ao longo dos anos 1990, iniciativas no âmbito do legislativo nesse sentido, envolvendo a formação de frentes parlamentares, mas estas não ganharam articulação e corpo e, portanto, não resultaram em produção legislativa específica sobre o tema (MATSUOKA, 2012). Ao final dessa década, quando avançou projeto de lei acumulando a massa crítica de anos de debate sobre o delineamento de uma política quilombola, o poder executivo tomou a frente do processo, que passou a ser conduzido mediante instrumentos como decretos e portarias, cujo *status* jurídico é inferior ao de legislação, mas que permitem ao executivo concentrar decisões sobre o desenho e a implementação da política (ARRUTI, 2009). Pode-se dizer que as movimentações no congresso nacional eram sintoma de que a demanda pela efetivação da política ganhava *momentum* e, um pouco mais de uma década depois da previsão constitucional, o Decreto Nº 3.912/2001 vinha dispor sobre o processo administrativo referente ao reconhecimento, à definição, à demarcação e à titulação de terras às comunidades remanescentes de quilombos.

Uma marca importante desse decreto foi o apelo estratégico a uma acepção substancialista de cultura e de grupo étnico, expressa na exigência, para o reconhecimento de uma comunidade como remanescente de quilombo, da comprovação material de que as terras em litígio estavam ocupadas por quilombos em 1888, data da abolição oficial da escravidão no Brasil. Está nítida a noção implícita de grupo étnico enquanto uma ubiquidade cultural, geográfica e mesmo biológica (um mesmo grupo no nível de sua reprodução física). Tal concepção, obviamente, tem como efeito prático restringir as possibilidades de demarcação de terras sob a in-

sígnia de quilombola. A própria situação de insegurança social e jurídica que a política pública intenciona corrigir torna difícil e, muitas vezes, impossível para as comunidades coligirem provas materiais dessa ocupação em períodos tão remotos. Ainda e para além disso, essa noção substancialista de grupo étnico vai de encontro a uma zona de consenso nas Ciências Sociais, consolidada ao longo do século XX, em torno de um conceito técnico tanto de cultura quanto de fronteiras étnicas enquanto um construto dinâmico, atualizável, fato que fez com que a Antropologia cumprisse um papel importante na revisão desse desenho de política (ARRUTI, 2009; O'DWYER, 2009)<sup>2</sup>.

Durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foram editados novos instrumentos normativos, decretos e portarias, com o objetivo de reformular a política para comunidades quilombolas. Os textos agora faziam apelo a uma noção dinâmica de cultura e de formação de grupos étnicos, tendo como efeito estratégico viabilizar, de maneira mais ampla, o reconhecimento de comunidades quilombolas e a posterior titulação de terras. Com isso consolidou-se, ainda que sempre sob disputa nos campos político e jurídico, um ciclo de implementação da política quilombola sob o registro do reconhecimento da diversidade cultural.

Embora possa soar como excesso de abstração, podemos dizer que, de maneira geral, uma política pública assume uma ontologia humana de fundo. No nível mais concreto, essa ontologia se expressa em certos pré-requisitos, em termos de habilidades de ação, para o acesso bem-sucedido aos dispositivos de implementação dessa política. Um exemplo bem claro consiste na exigência implícita, feita pelas burocracias, de capacidades mínimas de organização e de planejamento nos moldes da racionalidade legal. Já no nível mais abstrato, a ontologia de fundo das políticas públicas remete ao próprio substrato normativo que fundamenta seus propósitos e seus procedimentos. A ideia de justiça redistributiva, por exemplo, faz referência a um ser humano genérico, universal, portador de um direito natural à dignidade. Ao mesmo tempo, ela percebe esse ser humano genérico como socialmente situado e entende que, em determinadas situações, é preciso intervir de maneira a reparar condições que, potencialmente ou de fato, indeferem o acesso à vida digna. Há assim, na ontologia humana que faz pano de fundo à noção de justiça redistributiva, a combinação entre universalismo de princípio e particularismo situacional. O que impera como valor é um universal, mas há situações em que um tratamento particularista se faz necessário para a garantia do acesso a essa universalidade.

A situação não é exatamente a mesma quando a ontologia de fundo trabalha com um particularismo de princípio. Na justiça redistributiva, o universalismo de princípio coexistente ao particularismo situacional permite ou, melhor dizendo, tende a um tratamento regularmente implícito com a ontologia humana subjacente. Trata-se, ali, do que assumimos como “naturalmente” constitutivo do *humano* em geral. A explicitação dos conteúdos implícitos se dá somente quando se torna necessário extrair dessa noção de humanidade os fundamentos que definem determinada situação como degradante ou indigna. Já quando o particularismo é um princípio, há necessariamente uma explicitação sistemática das referências simbólicas que se arvoram constitutivas de um particular, de um diverso. Isso porque a política da diversidade não toma simplesmente uma ontologia humana como pano de fundo, ela tem por base a própria proposição de ontologias, base daquilo a que Hall (2017) se refere como produção de novos sujeitos.

Assim, na investigação sobre como se estruturam essas políticas, não cabe primeiramente investigar o conjunto dos discursos que disputaram e disputam a definição legítima de um diverso. Mais especificamente, escrutinar diferentes definições concorrentes sobre o que é um quilombo não é constitui o ponto central. Antes, é preciso olhar para “circuito cultural” (HALL, 2017, p. 34) que regula os processos de legitimação das diversidades. Em outras palavras, cabe investigar aquilo que torna praticável a proposição de diversidades culturais como fundamento de direito à posse de recursos materiais por grupos específicos.

### **O CIRCUITO DE PRODUÇÃO DA POLÍTICA QUILOMBOLA**

A semântica da diversidade está inserida num contexto de lutas práticas por reconhecimento que, em sua expressão institucional, significam lutas por direitos. Com isso, se constrói um campo de arbítrio sobre as diversidades legítimas a pleitearem afirmação e proteção jurídicas. O Estado, instituição titular do poder de nomeação, ganha centralidade na estruturação desse campo. No âmbito dele se desdobrarão as disputas semânticas e a arbitragem sobre a legitimidade das demandas por reconhecimento. Para bem compreender o

<sup>2</sup> Curioso notar que o argumento, mais recentemente utilizado contra o atual desenho da política, da inconstitucionalidade da regulamentação de artigo constitucional por decreto, sem mediação de produção legislativa, também foi invocado, àquela altura, para questionar aquele desenho (O'DWYER, 2009, p. 281).

exercício desse arbítrio, contudo, é preciso compreender o Estado não como um bloco monolítico, mas como uma rede de arranjos institucionais. Isso não significa questionar o caráter centralizado do Estado e, por conseguinte, o fato de que repousa sobre as autoridades públicas o poder de instituir os instrumentos normativos que dão corpo à política. Significa apenas perceber que, no processo mais longo e contínuo de produção desses instrumentos, as esferas estatais constituem um ambiente institucional heterogêneo, no qual ocorrem disputas e articulações por interesses que, no caso, projetam-se num plano de concorrências semânticas.

O objeto central do circuito de produção da política quilombola tem a ver com a própria definição do que é *ser* quilombola, quer dizer, com o desafio de formular essa noção como dotada de referentes concretos, especificáveis. Como visto na seção anterior, a forma adquirida por essa definição é repleta de implicações práticas. Uma definição substancialista de grupo étnico, por exemplo, tem efeitos estratégicos restritivos sobre a distribuição de direitos. Já uma definição mais sensível ao caráter dinâmico das formações de identidades pode ter efeitos dilatadores. De qualquer modo, a operacionalização da noção de quilombo implica um esforço de formalização e de redução da polissemia do termo e, como o termo é, a princípio, polissêmico, o esquadrinha-mento das diferentes propostas de especificação constituiria em si mesmo um objeto de pesquisa.

Não é este, contudo, o que objetiva o presente texto. Não se trata de uma discussão sobre a validade do status de etnicidade deste ou daquele grupo. Antes, o interesse está em como diferentes instâncias de discurso se articularam na produção dessa política. É nesse contexto que se propõe a falar aqui em um circuito de produção da política quilombola, noção parte de uma articulação entre as ideias de “circuito cultural” (HALL, 2017) e de “trabalho cultural” (PALMIÉ, 2007; PEEL, 1989).

A ideia de trabalho cultural está fortemente relacionada a uma abordagem histórico-antropológica. Ela se refere a processos de formação de grupos étnicos (PEEL, 1989) ou de redefinição nas suas fronteiras e nos seus mecanismos sociais de suporte e continuidade (PALMIÉ, 2007). A ideia é chamar a atenção para o caráter multidimensional desses processos, que envolvem tanto a política quanto a cultura. Com foco em contextos coloniais e de diáspora, esses estudos vasculham as articulações e conflitos entre agentes do Estado, da Academia, de Igrejas, assim como lideranças comunitárias, consolidadas ou emergentes, nas dinâmicas de emersão e de reconfiguração de identidades culturais. Particularmente, chamam atenção para atores estratégicos que, transitando por espaços de poder e desempenhando papéis institucionais, exercem protagonismo nessas dinâmicas. O método historiográfico é mobilizado para permitir uma leitura processual a partir de dois níveis: de um lado as transformações macrossociais como aquelas vinculadas ao colonialismo e à globalização e, de outro, a agência de atores relevantes envolvidos com a formação das identidades, com o primeiro nível de análise servindo, de modo geral, como pano de fundo para o segundo. Nessa abordagem, as etnias são consideradas muito mais como processos ou projetos do que como estruturas culturais, conforme o seriam segundo acepções antropológicas mais clássicas (PEEL, 1989, p. 200). Isso não significa considera-las simples invenções arbitrárias de atores estratégicos em contextos singulares, já que os grupos e populações que passam por esses processos não constituem tábulas rasas sobre as quais se inscrevem os marcadores diacríticos de uma identidade específica (PEEL, 1989, p. 201). Trata-se apenas de descolar o tópico da etnicidade do plano de análise das estruturas simbólicas, sincrônicas, para o plano socio-histórico.

A ideia de circuito de produção parte do pressuposto de que essa maneira de compreender as etnias é aplicável ao contexto da política quilombola. Assume-se que os quilombos constituem processos ou projetos, mais do que estruturas em sentido estritamente sincrônico. O objetivo, contudo, não é uma investigação histórico-antropológica sobre esses processos de formação, mas uma descrição do ambiente institucional em que esses atualmente ocorrem. É nesse sentido que se evoca a ideia de “circuito cultural”, que procura designar de maneira ampla a convergência de diferentes dispositivos sociais para dinâmicas de regulação, dentre as quais se contam processos de “constituição de novos sujeitos” (HALL, 2017). Aplicada ao contexto específico da política quilombola, tal ideia sugere uma descrição do arranjo de diferentes atores e mecanismos institucionais envolvidos, em dado momento, com os processos de enquadramento dos quilombos no escopo dessa política.

O circuito de produção da política quilombola se forma por três nós principais: o sistema perito (a Antropologia, no caso), os aparelhos burocrático-jurídicos do Estado (para os quais confluem ações tanto do poder executivo, quanto do legislativo e do judiciário) e a sociedade civil. Agendas de pesquisa distintas podem ser estabelecidos conforme se coloque em foco um ou outro desses nós e, certamente, o esforço de delimitação de um objeto de investigação pode levar a desdobramentos mais específicos. Por exemplo: se a investigação recai

sobre o ambiente burocrático-jurídico, pode-se, entre outras possibilidades, optar por investigar as ações de apenas um dos três poderes ou então colocar o foco sobre a maneira pela qual demandas da sociedade civil são acolhidas e processadas por atores do legislativo e do executivo, ou ainda, sobre o modo como essas mesmas demandas recebem tratamento judicial.

No caso do presente texto, procura-se descrever o circuito de produção da política quilombola a partir da atuação do sistema perito. Essa opção é heurística porque esse sistema parece ter sido o principal responsável pelos esforços de mediação conceitual necessários em um processo que envolve atores e ambientes bastante heterogêneos entre si. Destacadamente, a noção de territorialidade operou como um dispositivo de mediação entre três mundos semânticos distintos, que correspondem exatamente aos nós mencionados logo acima<sup>3</sup>.

Com efeito, a noção de territorialidade se coloca na interseção entre três registros envolvendo a política quilombola. Ela é mobilizada para oferecer uma elaboração que cumpra com exigências distintas: (1) ser válida do ponto de vista acadêmico, respondendo, portanto, ao sistema perito, (2) ser operacional do ponto de vista burocrático-jurídico e (3) ser politicamente viável, isto é, eficaz enquanto referência aglutinadora para os grupos quilombolas no âmbito da sociedade civil. Essa tripla exigência converge para uma mesma intenção de definição: definir as comunidades remanescentes de quilombo é, ao mesmo tempo, um primado acadêmico, um imperativo jurídico e uma necessidade política. A questão é que as lógicas institucionais e as convenções formais na base de cada uma dessas exigências são distintas. O interesse na ideia de territorialidade reside precisamente na sua capacidade de transitar entre esses diferentes regimes de validade. A ideia, em si, de abordar o espaço físico enquanto socialmente apropriado pelo ser humano não constitui novidade teórica no âmbito das Ciências Sociais. Trata-se, no mínimo, de uma intuição implícita em toda a trajetória dessas disciplinas, e que ganha, há décadas, formulação explícita e sistemática pelo menos nos âmbitos da Geografia Política e da Geografia Cultural (AGNEW; MUSCARÀ, 2012; COSGROVE; JACKSON, 1987). O que há de especial na noção de territorialidade, quando mobilizada no contexto da política quilombola, reside em sua capacidade de mediação.

No que diz respeito à validade intelectual, a noção de territorialidade é permeável a desenvolvimentos contemporâneos na teoria antropológica sobre formação de etnicidades, os quais destacam o caráter dinâmico das fronteiras étnicas por oposição a acepções mais substancialistas, comuns a teorias clássicas (Barth, 1998). Nem a vida simbólica dos indivíduos que formam uma “cultura” se circunscreve a um conjunto de significados e de modos de expressão com coerência lógica interna (BARTH, 1989), nem a duração dos grupos étnicos está relacionada à ausência de trânsitos e de transformações ao longo do tempo (BARTH, 1998). Com isso, a noção de territorialidade se presta à descrição e à análise adequadas dos diferentes processos de formação das comunidades quilombolas. Torna-se possível compreender que essa formação não está necessariamente ligada à existência de ubiquidade entre um grupo socialmente fechado, uma organização política e econômica específica e um conjunto particular e internamente coerente de símbolos e de significados. Em termos bem práticos, compreende-se que o isolamento com relação ao contexto social mais amplo não constitui condição necessária para que se identifiquem grupos como comunidades remanescentes de quilombo. Antes, tal isolamento constitui, no caso, uma circunstância pouco provável, uma vez que, de modo geral, os quilombos se formam precisamente em processos de diferenciação que ocorrem *mediante* a interação com o contexto mais amplo. Em suma, ao coadunar-se com a constatação de que fronteiras étnicas não apenas coexistem como também se formam e perduram no tempo através de dinamismos sociais, a noção de territorialidade se habilita como chave para o trato com as comunidades quilombolas pelo sistema perito.

A exigência de operacionalidade do ponto de vista burocrático-jurídico coloca, por sua vez, questões diferentes. Estabelecer as “comunidades quilombolas” enquanto recipientes de direitos equivale a um primado sistêmico pela positivação do grupo étnico enquanto uma entidade discreta, bem delimitada do ponto de vista espaço-temporal. Recursos, válidos do ponto de vista do sistema perito, como descrever identidades grupais em termos de “correntes de tradições culturais” (BARTH, 1989, p. 130), prestam aqui pouco serviço. Dada a

<sup>3</sup> Destaque-se que Arruti (1997) e Little (2002) chamaram atenção para a centralidade dessas mediações nas políticas que interseccionam a questão fundiária com a questão das identidades. Little (2002, p. 271) nota que o “reconhecimento fundiário” nos processos de formação dessas comunidades envolvem as dimensões etnográfica, burocrática e política, aspecto que ganhe destaque no presente texto pela descrição do circuito de produção da política quilombola a partir de três nós: o sistema perito, o ambiente burocrático-jurídico e a sociedade civil. O caso é que a noção de territorialidade veio a desempenhar de modo mais pleno, situando-se no núcleo mesmo da implementação da política pública, as funções de mediação que o autor via sendo cumpridas pelo termo “povos tradicionais”. Arruti (1997, p. 21-23) percebia a mesma importância das mediações semânticas na formação de “novos sujeitos políticos” através dessas políticas, chamando atenção para como a ideia de “remanescente” operou como dispositivo de compatibilização entre as aspirações substancialistas intrínsecas à noção de identidade, sobretudo quando mobiliza socio-politicamente, e a realidade dinâmica da formação dos grupos concretos.

compreensão do *modus operandi* da etnicidade, torna-se imperativo agora designar um *opus operatum*, tarefa a que a noção de territorialidade também se habilita. Se a referência ao território permite abordar a dinâmica das formações de grupos a partir de sua relação com o espaço, ela permite também identificar um determinado padrão de interpenetração entre espaço simbólico e espaço físico. Sem perder de vista a perspectiva histórica, mas, antes, contando com ela, é possível identificar, a partir de dados empíricos tanto etnográficos como documentais, padrões no que se refere ao regime de propriedade, às práticas de transformação da natureza e aos vínculos afetivos com o lugar. Em outras palavras, aquilo que Little (2002, p. 254) designa explicitamente por “cosmografia” e submete a uma elaboração conceitual sistemática constitui, como nota o mesmo autor, uma noção solidária ao próprio conceito de territorialidade. Mesmo se mobilizada apenas implicitamente, essa noção permite relacionar um grupo a um espaço físico determinado, a partir da cultura. Com isso, estabelece-se a mediação entre a abordagem histórico-antropológica do sistema perito e os imperativos sistêmicos de positivação dos aparelhos burocrático-jurídicos do Estado.

Quanto à necessidade de oferecer uma referência aglutinadora para os grupos quilombolas no âmbito da sociedade civil, a noção de territorialidade é eficaz por um sentido mais óbvio e, também, por outro, um pouco mais sutil. O sentido óbvio reside no fato mesmo dela identificar um grupo como detendo o usufruto legítimo de um território. Isso, por si só, constitui um fator de aglutinação ao dar formulação a um grupo de interesse com relação a um objeto definido. Contudo, a relação entre o interesse objetivo e o comportamento subjetivamente orientado àquele interesse não é direta. O fato de um grupo ter, objetivamente, um interesse em comum, não garante que as ações no interior desse grupo serão efetivamente coordenadas em torno desse mesmo interesse<sup>4</sup>. Existe um entremeio entre, por um lado, o interesse objetivo que se possa imputar a um grupo a partir de sua posição numa dada estrutura de distribuição de recursos e de direitos e, por outro, as orientações subjetivas para a ação em conjunto. Neste entremeio, revela-se contingente se haverá ou não coordenação efetiva das ações. Tudo depende das dinâmicas políticas que tenham em vistas levar o grupo a uma ação estratégica concertada. Resulta daí a faceta mais sutil pela qual a noção de territorialidade pode operar como referência aglutinadora no âmbito da sociedade civil. Ela oferece um argumento de legitimação para o que Avritzer (2008) define como representantes por afinidade. Dadas as condições sociais iniciais de que partem, em geral, os grupos quilombolas, a instituição formal de associações tende a ser um estágio relativamente tardio em todo o processo de formação mediante o circuito da política pública. Portanto, os ritos formais de legitimação de lideranças também só têm lugar mais ou menos tardiamente. Muitas vezes, a própria instituição desses ritos formais depende da atuação enérgica de lideranças nativas junto ao grupo. A instituição desses ritos formais não se estabelece, de maneira geral, como um ponto de partida, mas sim como um dos processos desencadeados pela política pública, no contexto da própria formalização da comunidade enquanto pessoa jurídica perante o Estado. Antes disso, contudo, lideranças precisam ter outra fonte de legitimidade para representarem suas comunidades em interações com atores relevantes no circuito de produção, inclusive outros atores chave no próprio âmbito da sociedade civil, como organizações não governamentais que desenvolvem iniciativas de apoio ou de assistência técnica e jurídica. Essa fonte é o seu “pertencimento” ao território, como se operasse a máxima: aquele a quem pertence a terra, também é terra, a terra o possui.

Antes de terminar essa seção, cabe destacar que há dois níveis de reconhecimento na política quilombola: o reconhecimento nominal e o distributivo, quer dizer, a titulação de terras. Embora articulados conceitual e praticamente, estes níveis se distinguem, e isso se reflete na intensidade com a qual o circuito de produção da política é acionado. Atualmente, cabe à Fundação Palmares reconhecer nominalmente, mediante autodeclaração dos grupos, a sua identidade enquanto comunidade quilombola. Por outro lado, o reconhecimento distributivo, que pressupõe o nominal, envolve procedimentos mais complexos, com exigências mais duras de positivação das comunidades e seus territórios. É nesse momento que o imperativo de positivação pelos aparelhos burocrático-jurídicos e as demandas ao sistema perito se intensificam. A descrição do circuito de produção feita nessa seção tem em vistas sobretudo o reconhecimento distributivo, compreendendo-se, implicitamente, o reconhecimento nominal como apenas uma de suas etapas. Na próxima seção, são abordadas as relações entre as comunidades quilombolas e o mercado. Nesse caso, o reconhecimento nominal pode ter relevância para além de uma etapa para o reconhecimento distributivo.

<sup>4</sup> Trata-se de um consenso na teoria da ação que, em discussões clássicas, se apresenta, por exemplo, pela diferenciação, feita por Max Weber, entre posição de classe, dadas pela localização objetiva na estrutura de distribuição dos recursos relevantes, e formação de classes, referente à ação concertada.

## QUILOMBOS E MERCADOS

A reflexão sobre a questão dos quilombos no âmbito das Ciências Sociais tem estado fortemente condicionada pela sua participação, enquanto conhecimento perito, no circuito de produção da política quilombola. As reflexões e pesquisas têm se concentrado nas questões da origem e do estatuto de etnicidade dos quilombos, assim como do próprio desenvolvimento institucional da política de demarcação e titulação de terras. O objetivo central desse texto é chamar atenção para um tema promissor e ainda pouco abordado: a relação dos quilombos com a atividade econômica naquilo que concerne à comercialização de bens simbólicos. O objetivo principal é firmar, como objeto de reflexão e de pesquisa para a Sociologia Econômica, a demarcação e titulação dos quilombos como processo de produção de novos sujeitos econômicos, dando especial atenção às particularidades dos mercados em que esses novos agentes estão, potencialmente ou de fato, inseridos.

É importante notar que se trata, aqui, de considerar um tipo particular de atividade econômica. Num sentido amplo, a dimensão econômica na política quilombola é, sobretudo no caso dos quilombos rurais, óbvia: a titulação de terras significa a apropriação de direito sobre um ativo econômico fundamental na atividade agropecuária: a terra. A segurança jurídica da posse de terras protege, portanto, uma atividade econômica das comunidades que pode ir da produção de subsistência à produção capitalista, passando pela produção mais ou menos regular de excedentes para a comercialização. Essas variações em escala e racionalidade da produção dependem de fatores econômicos e socio-antropológicos, e a investigação desses fatores constitui, sem dúvidas, importante matéria. Todavia, o tipo de inserção econômica em foco nesse texto diz respeito a atividades que existem mediante a produção de uma identidade quilombola, quer dizer, relacionadas especificamente à dimensão cultural dos processos de regulação e de emergência de novos sujeitos, abordada nas seções anteriores. Embora ainda pouco estudado, o tema tem chamado a atenção de alguns pesquisadores cujas contribuições servem aqui de contraponto para o debate.

Particularmente, os trabalhos de Bowen (2017) e de Penna-Firme e Brondizio (2007) abordam a questão dos quilombos pelo prisma das relações entre política do simbólico e economia. Ambos tematizam como atividades econômicas relacionadas ao marcador identitário quilombola conectam as pessoas e grupos a mercados locais e globais. Considerando o caso do turismo étnico, os autores observam a formação de novos sujeitos econômicos a partir da possibilidade de obtenção de renda mediante a comercialização de símbolos, práticas e ambientes relacionados à identidade cultural quilombola. A atração pelo consumo dessa experiência, ou melhor, pela experiência enquanto modo de consumir símbolos, práticas e ambientes, é característica de um mercado amplíssimo, integrado a nível global por circuitos turísticos e organizado em nichos pelo compartilhamento de certas valorações, referentes não apenas à autenticidade cultural como também, em suas interseções com o turismo ecológico, ao campo semântico da sustentabilidade (COMAROFF; COMAROFF, 2009).

A produção desses sujeitos econômicos e sua atuação envolve uma rede de atores institucionais. A atuação do Estado se estende para além do reconhecimento nominal e da titulação de terras. O próprio reconhecimento nominal ganha maior significação prática, tornando-se uma espécie de selo que agrega legitimidade à etnicidade enquanto marca. Além disso, por meio de iniciativas como a política dos Pontos de Cultura, por exemplo, são feitos investimentos na capacitação dos quilombolas para exploração do turismo étnico (PENNA-FIRME; BRONDIZIO, 2007). O trabalho de regulação cultural ultrapassa assim o circuito de produção da política quilombola, procurando induzir novas formas de integração ao mercado. Organizações da sociedade civil também dilatam sua ação para fora do escopo da assistência jurídica para a proteção dos direitos sobre a terra, agindo também, a partir de fluxos transnacionais de capital e de convênios com o Estado, para a capacitação e para a assistência aos quilombos em suas atividades econômicas. Empresas que integram a cadeia produtiva do turismo (agenciamento, transporte, hotelaria, alimentação) também passam a observar as atividades dos quilombos como eventos relevantes no seu ambiente estratégico, traçando então planos para conectar novos circuitos turísticos, de modo a auferirem receitas do acréscimo na circulação de pessoas e de mercadorias (PENNA-FIRME; BRONDIZIO, 2007).

Mas se esses estudos permitem traçar esse cenário de possibilidades, eles tecem, por outro lado, questionamentos com relação a tais prospectos. Penna-Firme e Brondizio (2007) percebem, a partir de estudos de caso, um estrangulamento das possibilidades estratégicas desses novos agentes econômicos, dado pela intersecção entre os campos semânticos e prático-institucionais da identidade cultural e da sustentabilidade. Os autores notam uma contradição entre, por um lado, os incentivos à exploração da atividade turística pelos quilombos

e, por outro lado, as regulamentações de proteção ambiental que restringem o manejo dos biomas. Essas restrições tenderiam a coibir demasiadamente atividades produtivas. Orientadas pela vinculação da etnicidade “tradicional” à preservação ambiental, as ações que fundem o ecoturismo com o turismo étnico poderiam acabar produzindo uma camisa de força a impedir atividades capazes de gerar maiores receitas para as comunidades quilombolas. Em contextos em que a atividade turística não constitui mais do que uma fonte de renda complementar para as comunidades, corre-se o risco de transformar a mercantilização da tradição numa “mercantilização da pobreza” (PENNA-FIRME; BRONDIZIO, 2007, p. 369).

A crítica chama atenção, portanto, para um possível resultado infausto, não premeditado, da produção desses novos agentes econômicos. Esse resultado, contudo, não é necessário. Mesmo em situações em que o aproveitamento econômico dos marcos identitários gere apenas uma renda complementar, muito ainda depende de como os mecanismos de regulação e de restrição são concebidos e aplicados, permitindo ou não a pluriatividade. Assim, a degeneração de mercantilização da identidade cultural em mercantilização da pobreza constitui uma hipótese a ser avaliada em cada caso. De qualquer modo, a preocupação dos autores chama atenção para uma questão geral. Num primeiro momento, a articulação entre turismo étnico e ecoturismo pode aparecer como uma simples soma de forças, uma convergência entre dois campos semânticos distintos, favorável do ponto de vista estratégico ao agregar legitimidade e, possivelmente, recursos. Contudo, colocam-se em jogo processos de regulação diferentes, que podem tanto convergir quanto conflitar, tanto articular dispositivos para um mesmo fim quanto dar força de norma a finalidades concorrentes.

Bowen (2017), por sua vez, chama atenção para duas questões, ambas relacionadas às situações de vulnerabilidade econômica experimentadas por comunidades quilombolas. A primeira questão parte de um estudo de caso no estado da Bahia, em que a autora nota que a construção da identidade nacional brasileira impõe dificuldades para que os quilombos atinjam um requisito importante para o sucesso no turismo étnico: a conversão da identidade étnica em marca. Em sua perspectiva, a narrativa de uma identidade nacional brasileira sincrética absorve os potenciais elementos diacríticos de uma identidade especificamente quilombola no caldo da cultura nacional. Como o que se vende no turismo étnico é justamente uma atividade codificada enquanto experiência única e exclusiva, a experiência de um modo de vida étnico ou de alguns de seus símbolos e práticas, tal dificuldade representaria um sério obstáculo ao turismo étnico quilombola. Inserido num arranjo local de atividade turística fortemente orientado pelo marcador da cultura “afro-brasileira” (BOWEN, 2017, p. 21), o quilombo em estudo ficaria restrito à condição de um anexo ao circuito turístico estabelecido, fortemente controlado por agências do Estado e por empresas de médio porte. Essa condição estrangulária as possibilidades de ganho de escala pelo turismo étnico, mantendo-o, mais uma vez, como mera fonte de renda complementar.

O que se deve objetar aqui é se essa condição se deve, de fato, à subsunção da identidade étnica quilombola à identidade nacional. Comaroff e Comaroff (2009, p. 123) já chamavam a atenção para a comercialização da nacionalidade como um processo análogo ao turismo étnico, notando que a marca nacional é compatível com a ideia de uma nacionalidade internamente diversificada, “policultural”. Assim, nada leva a crer que o sincretismo característico da “brasilidade” e, especialmente, da “afro-brasilidade” constitua um empecilho, no campo prático semântico, para o pleno desenvolvimento da etnicidade quilombola como marca. O estrangulamento observado pela autora deve estar antes associado à síndrome de carências da comunidade. Síndrome que envolve, além do baixo poder aquisitivo, privações no que se refere às capacidades para se inserirem como atores com algum protagonismo na organização dos circuitos turísticos. Essa objeção à parte das conclusões da autora é relevante porque descola a debate do tema da (improvável) contradição intrínseca entre os marcadores “afro-brasileiro” e quilombola e o situa no tópico da construção de capacidades. A inserção de quilombos em circuitos turísticos centrados na marca da nacionalidade pode constituir não um entrave, mas uma janela de oportunidade para ganhos de escala. Os pontos de estrangulamento se encontram nas capacidades dos atores e nas composições de interesse estabelecidas por atores estratégicos no circuito turístico. A questão não é de uma contradição intrínseca entre as conversões do étnico e do nacional em marca, mas de correlações de força, articulações e coalisões entre atores nesse circuito<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Isso não quer dizer que não existam dificuldades postas no plano simbólico para a valorização da identidade quilombola enquanto marca. Destaque-se o preconceito do qual essas comunidades são alvo, manifestação localizada e específica de estereótipos raciais mais amplamente difundidos. Nesse sentido, a agenda de pesquisa sobre turismo étnico no Brasil deveria levar em conta, por exemplo, os circuitos concentrados na região sul, onde se convertem em marca identidades associadas a fluxos de imigração europeia. Pelo menos em uma cidade visita pelo presente autor, uma atração exhibe réplicas em miniatura de lugares e de prédios turísticos das mais diferentes regiões do país, articulando a especificidade local a uma nacionalidade ao mesmo tempo diversa e englobante. Comparar como se relacionam o étnico e o nacional em diferentes situações, a dos quilombos e a das colônias, por exemplo, pode proporcionar uma visão sobre como o plano das valorações que remetem à

A segunda questão salientada por Bowen (2017, p. 123) é a de que seus estudos de caso mostram não haver a substituição da venda do trabalho pela venda da cultura, uma tendência que seria apontada por Comaroff e Comaroff (2009) como traço dos processos de comercialização da etnicidade. Aqui, para além de ser questionável que esses autores teorizem que essa substituição constitua, para além de uma possibilidade, uma consequência necessária do turismo étnico, cabe considerar que a pluriatividade não está definitivamente associada à pobreza, podendo constituir um eixo importante em estratégias de desenvolvimento, mesmo em contextos rurais (SHNEIDER, 2004). Mais uma vez, é na síndrome de carências, em termos de recursos e de capacidades institucionalizadas, que se localiza o obstáculo. A dedicação ao turismo étnico como fonte não exclusiva de receitas não constitui, em si, um problema. Se em muitas situações a pluriatividade é um reflexo da insuficiência de qualquer das atividades para garantir o sustento e o bem-estar de comunidades e famílias, por outro lado, os novos agenciamentos econômicos pela exploração do turismo étnico não devem ter como objetivo, pelo menos não a princípio, a sua eliminação pela substituição da venda do trabalho pela venda da cultura ou, melhor dizendo, pela venda do trabalho cultural. O investimento, pelos quilombos, no turismo étnico dentro de uma agenda mais ampla de pluriatividade pode ser, inclusive, uma estratégia adequada ao contexto brasileiro.

### CONCLUSÃO

Uma das maiores expectativas com relação à economia étnica é a de que ele ofereça uma oportunidade para a melhoria nas condições de vida, auferindo renda e contribuindo para a construção de capacidades. Essa expectativa, aliás, está no fundo de boa parte do que foi discutido na seção anterior sobre o turismo étnico quilombola. Nessa conclusão, procura-se salientar alguns aspectos de risco, na busca de um diagnóstico mais equilibrado. Observe-se que um conjunto de limites para a melhoria das condições de vida através da economia quilombola está associado às próprias condições iniciais dessas comunidades, que, em geral, estão em situação de “dupla desvantagem competitiva” (LIGHT, 2005, p. 653): desvantagem de mercado de trabalho, associada a dinâmicas de discriminação, e desvantagem de recursos produtivos (quer materiais quer incorporados sob a forma de capacidades), ocasionada por um acúmulo histórico de privações. O que se considera agora é se há limites ou riscos relacionados às características intrínsecas da comercialização da etnicidade.

Para avançar nessa direção, cabe uma observação preambular sobre juízos acerca da comercialização da cultura inspirados pela teoria crítica. Basicamente, a ideia é a de que quando passam a contar como itens de circulação no mercado, os construtos culturais perdem sua aura, sua autenticidade. O aspecto crítico dessa crítica é o de que tal consequência não é de maneira alguma necessária, podendo a mercantilização estar associada mesmo à “redescoberta” e ao “reavivamento” do valor expressivo dos produtos culturais (COMAROFF; COMAROFF, 2009, p. 20). De maneira mais geral, a ideia de aura remete as interpretações a uma ecologia específica calcada na relação entre indivíduo (quer na posição de criação quer na de fruição) e obra, perdendo-se de vista precisamente o fato de que o entrecruzamento entre produtos culturais e mercados ocorre por processos de conformação de novas ecologias (FARIAS, 2005).

Se for possível compreender os problemas com a abordagem tradicional da teoria crítica em termos de um “déficit sociológico” (HONNETH, 1993), descobre-se de imediato a contribuição necessária da sociologia econômica para esse debate. A ideia de perda de autenticidade como consequência necessária da comercialização de produtos culturais se assenta na hipótese do mercado enquanto sistema de racionalidade puramente instrumental e na correlata dedução de efeitos imediatos, de perda de autonomia, sobre a experiência subjetiva. Nesse sentido, a sociologia econômica proporciona um contraponto basilar não apenas por chamar atenção para a contingência histórica dos mercados, mas por extrair desse fato elementar uma abordagem dos fatos econômicos preocupada com as relações sociais mais amplas em que esses fatos estão inseridos (Polanyi, 2000). No caso em questão nesse texto, chama-se atenção para o conjunto de mediações que se colocam entre os mercados, compreendidos como sistemas formais, e a experiência subjetiva; mediações que envolvem dispositivos, redes atores e instituições diversas como as que compõem o circuito de produção da política quilombola, assim como os próprios circuitos de produção e de trocas de bens culturais.

O que precede quer dizer que as preocupações colocadas pela teoria crítica são de todo descartáveis? A questão é que elas precisam ser redimensionadas. Com efeito, reconhece-se como um dos dilemas característicos da comercialização de produtos culturais, e da comercialização da etnicidade em particular, “o difícil

---

hifênização entre cultura e “raça” afetam os horizontes do turismo étnico no Brasil.

equilíbrio entre exotismo e banalização” (COMAROFF; COMAROFF, 2009, p. 142). Contudo, embora seja de certa maneira análoga à oposição entre o autêntico e o inautêntico, a oposição entre exotismo e banalização remete mais propriamente ao plano societário, destacando que a comercialização pode, pelas necessidades de customização e ampliação de escala, desestabilizar a função de símbolos e de práticas como quadros de referência para a sociabilidade dos grupos em questão. A articulação entre identidade e mercadoria reside exatamente na possibilidade de que a alienação do produto cultural enquanto marca esteja na contraface da sua apropriação como referência de autorrelação prática pela coletividade. O risco é o rompimento unilateral, pelos imperativos da comercialização, dessa dialética entre função de marca e função de sociabilidade.

Finalmente, uma nota sobre o objetivo mais geral desse texto. Se a literatura recente sobre quilombos no Brasil tem dado mais atenção à formação de novos sujeitos políticos, em muito em consequência da própria posição que as Ciências Sociais ocupam no circuito de produção da política quilombola, o que se procurou salientar aqui é a articulação desse tema com o da formação de novos sujeitos econômicos. Trata-se de uma agenda promissora de pesquisas para a Sociologia Econômica que, ao que tudo indica, se beneficiaria de um estrito diálogo com a Antropologia, diálogo já preconizado por Karl Polanyi (2000) em seu estudo clássico para a área.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, J.; MUSCARÀ, L. **Making Political Geography**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.
- ARRUTI, J. M. Quilombos. **Jangwa Pana; Santa Marta**, v. 8, n. 1, p. 102–121, dez. 2009.
- ARRUTI, J. M. A. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7–38, out. 1997.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: Da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 4, n. se, p. 0–0, 2008.
- BARTH, F. The analysis of culture in complex societies. **Ethnos**, v. 54, n. 3–4, p. 120–142, 1 jan. 1989.
- BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. [s.l.] Waveland Press, 1998.
- BOWEN, M. L. Who owns paradise? Afro-Brazilians and ethnic tourism in Brazil's quilombos. **African and Black Diaspora: An International Journal**, v. 10, n. 2, p. 179–202, 2017.
- COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. **Ethnicity, Inc.** 1ª ed. [s.l.] University of Chicago Press, 2009.
- COSGROVE, D.; JACKSON, P. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v. 19, n. 2, p. 95–101, 1987.
- FARIAS, E. Faces de uma festa-espetáculo: redes e diversidades na montagem do ciclo junino em Caruaru. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 1, 2005.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, 21 fev. 2017.
- HONNETH, A. **The Critique of Power: Reflective Stages in a Critical Social Theory**. London: MIT Press, 1993.
- LIGHT, I. The Ethnic Economy. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The Handbook of Economic Sociology**. Second ed. New York: Princeton University Press, 2005.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. p.

40, 2002.

MATSUOKA, E. A. DE C. **Discurso e representação política: estudo do comportamento político dos parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e Defesa dos Quilombolas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

O'DWYER, E. C. Quilombos: os caminhos do reconhecimento em uma perspectiva contrastiva entre o Direito e a Antropologia. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 11, n. 19, p. 165–178, 13 nov. 2009.

PALMIÉ, S. O trabalho cultural da globalização iorubá. **Religião & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 77–113, jul. 2007.

PEEL, J. D. Y. The cultural work of Yoruba ethnogenesis. *In*: TONKIN, E.; MCDONALD, M.; CHAPMAN, M. (Eds.). . **History and ethnicity**. London: Routledge, 1989. p. 198–215.

PENNA-FIRME, R.; BRONDIZIO, E. The Risks of Commodifying Poverty: rural communities, quilombola identity, and nature conservation in Brazil. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 355–373, 2007.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.  
SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88–125, jun. 2004.

## ENTRE O SER E O NÃO SER EDUCADO FINANCEIRAMENTE: O DISCURSO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Luzia de Fatima Barbosa Fernandes<sup>1</sup>; Pedro Henrique da Silva<sup>2</sup>

DOI: <https://orcid.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i1.14011>

### Palavras-chave

Educação Financeira  
Educação Básica  
Sociologia Econômica  
Antropologia Econômica

### Keywords

Financial Education  
Basic Education  
Economic Sociology  
Economic Anthropology

### Palabras clave

Educación Financiera  
Educación básica  
Sociología Económica  
Antropología Económica

### RESUMO

Este artigo objetiva discutir a educação financeira por meio de materiais didáticos produzidos para o desenvolvimento do tema nas escolas de educação básica brasileira. Desencadeada a partir da instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira em 2010, a temática vem sendo debatida no país e gerando um número crescente de publicações específicas. Metodologicamente, apresentamos uma análise documental baseada em autores da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica, e, como material empírico, os livros intitulados *Educação Financeira e Valores*. Com a análise, verificou-se que, quando a temática é vista sob aspectos racionais, os aspectos culturais e sociais são negligenciados, criando, a partir dessa ótica, pessoas educadas ou não financeiramente. Essa educação financeira que vem sendo produzida para a escola básica parece representar um mecanismo de transposição das crenças do capitalismo das finanças em capital cultural. O que essa educação financeira pretende, na prática, é construir socialmente um sujeito consumidor apto a imergir em assuntos financeiros, e, quando esse conhecimento se desenvolve na escola, pode favorecer a promoção de um crescimento econômico do país restrito ao enriquecimento de grandes produtores, no qual os estudantes seriam, a priori, apenas consumidores.

### ABSTRACT

#### AMID BEING AND NOT BEING FINANCIALLY EDUCATED: THE TALK ON FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOL ENVIRONMENT

This article discusses financial education through educational materials produced to the development of its theme in Brazilian basic schools. Triggered by the National Strategy for Financial Education in 2010, the discussed theme has generated in the country an increasing of specific publications. Methodologically, we present a documentary analysis based on authors from Economic Sociology and Economic Anthropology, and, as empirical material, the books entitled *Financial Education and Values*. With the analysis, it found that, when the theme is under rational aspects, cultural and social aspects are neglected, producing, from this perspective, people financially educated or not. Financial education has presented to the basic school a mechanism to overpass the beliefs of finance capitalism to cultural capital. What this financial education intends, is form consumers able to immerse in financial matters, and when this skill develops at school, it can support the promotion of economic growth in the country restricted to the enrichment of big producers, in which students would be, at first, just consumers.

### RESUMEN

#### AMID BEING AND NOT BEING FINANCIALLY EDUCATED: THE TALK ON FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOL ENVIRONMENT

This article discusses financial education through educational materials produced to the development of its theme in Brazilian basic schools. Triggered by the National Strategy for Financial Education in 2010, the discussed theme has generated in the country an increasing of specific publications. Methodologically, we present a documentary analysis based on authors from Economic Sociology and Economic Anthropology, and, as empirical material, the books entitled *Financial Education and Values*. With the analysis, it found that, when the theme is under rational aspects, cultural and social aspects are neglected, producing, from this perspective, people financially educated or not. Financial education has presented to the basic school a mechanism to overpass the beliefs of finance capitalism to cultural capital. What this financial education intends, is form consumers able to immerse in financial matters, and when this skill develops at school, it can support the promotion of economic growth in the country restricted to the enrichment of big producers, in which students would be, at first, just consumers.

<sup>1</sup> Doutora em educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - São Carlos, SP e Professora Substituta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM - Uberaba, MG. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7931-4886>. E-mail: [luziafbfernandes@gmail.com](mailto:luziafbfernandes@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: [pedrohdsil@gmail.com](mailto:pedrohdsil@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos, permeado pelo capitalismo das finanças, assistimos o processo de legitimação do discurso de um tema, colocado como essencial, ser tratado na escola básica: o da educação financeira. No Brasil, após a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef –, desencadeou-se a publicação de uma coleção de materiais didáticos sobre o tema para o trabalho nas escolas brasileiras. De acordo com a Enef, a educação financeira é vista como um tema a ser considerado na escola, em que assuntos envolvendo consumo, trabalho, empreendedorismo e cuidado com os produtos e o meio ambiente ganham foco e prioridade.

Em pesquisa publicada pela Revista Exame<sup>3</sup>, divulgou-se que o Brasil ocupa a 74ª posição em um *ranking* global sobre educação financeira. De acordo com a notícia, a informação foi obtida a partir de entrevistas feitas com adultos, mediante questões que buscavam investigar a respeito de quatro conceitos financeiros básicos, a saber: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos. Foram feitas cinco questões. Para ser considerado educado financeiramente, avaliou-se o acerto em pelo menos três questões e o domínio em pelo menos três dos quatro conceitos admitidos. De acordo com a pesquisa, no Brasil o índice de indivíduos educados financeiramente foi de 35%. Além disso, notou-se uma diferença de percentual entre os gêneros. A porcentagem dos homens foi de 41% e, das mulheres, 29%. A pesquisa registrou também que, entre os indivíduos de baixa renda, o percentual de pessoas educadas financeiramente é menor.

Para versar sobre esta temática, eleita para ser trabalhada em sala de aula, atentamo-nos para o discurso de autores da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica para tentarmos interpretar a educação financeira e suas intenções na escola.

Essa educação financeira, a nosso ver, busca inculcar nas crianças e jovens hábitos de consumo saudáveis e uma boa relação com o dinheiro, incluindo atitudes de consumidor consciente (CONEF, 2013). Interpretando-a, com base na teoria de Pierre Bourdieu (1930-2002), é como se essa educação financeira buscasse criar um *habitus*, legitimado por atitudes tidas como pertinentes e eficientes para serem ensinadas às crianças e jovens, com o uso de prescrições e regras a serem seguidas buscando subjetivar os sujeitos às objetividades colocadas como corretas e que, ao se valerem da escola, tornam-se legítimas para educá-los financeiramente.

Para Bourdieu (1983, p. 61), o *habitus* é considerado como um sistema de

[...] disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

Desse modo, tomando o *habitus* como disposições duráveis, o indivíduo educado financeiramente seria portador de atitudes com relação ao dinheiro consideradas saudáveis.

Nossa intenção neste artigo é discutir, por meio dos discursos sobre educação financeira para a escola, assuntos como o consumo e suas interpretações pela Sociologia Econômica e Antropologia Econômica. Os autores dessas áreas de conhecimento, de acordo com as teorias que empreenderam, nos fornecem um modo de ver a educação financeira que não está presente nos materiais disponíveis, e com o qual buscaremos dialogar. Pretendemos também versar sobre a educação financeira como um capital cultural (BOURDIEU, 2015), entendendo-a a partir dos três estados desse capital, bem como ler os materiais didáticos como artefato histórico (STRATHERN, 2014).

Considerando as produções didáticas sobre o tema, elegemos para a discussão os livros *Educação Financeira e Valores*, volumes I e II (HORNOS, 2015), os quais, à luz dos teóricos contemplados, podem evidenciar os aspectos da educação financeira produzida para a escola brasileira. De acordo com esses materiais didáticos, é como se a racionalidade e a objetividade empregadas em assuntos financeiros fossem primordiais para ser educado financeiramente. No entanto, entrevemos que, com os pressupostos da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica, a educação financeira possa ser estudada também como um tema imerso no contexto social, no qual as atitudes, perante o consumo ou a administração das finanças, passem a ser consideradas como resultante das interações sociais entre os agentes, e não como uma decisão racional entre comprar por necessidade ou desejo.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

A hipótese que sustentamos é a de que o modelo de educação financeira como tema a ser abordado na escola básica, com suas prescrições e regras de consumo que pretendem ser disseminadas por meio dos materiais didáticos, podem proporcionar, ao longo do tempo, atitudes nos estudantes sobre a forma correta de usarem o seu dinheiro com o critério da racionalidade. Nossa intenção neste artigo, consolidada na discussão de teóricos da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica, é explicitar que a não contemplação do caráter simbólico e cultural nas discussões sobre consumo, por exemplo, pode acarretar em uma educação financeira que não pressupõe os fatores sociais que influenciam nessas decisões.

Desse modo, em nosso entendimento, os estudantes que expõem dificuldades com o tema podem ser vistos como não educados financeiramente, legitimando assim o discurso sobre as razões da inadimplência e o insucesso na vida econômica, sujeitos ao fracasso enquanto agentes/consumidores no mundo social e econômico.

Metodologicamente, o artigo se inspira em uma análise documental<sup>4</sup>, que leva em conta as informações colhidas nos documentos produzidos com a instituição da Enef, envolvendo os materiais didáticos produzidos pelo Comitê Nacional de Educação Financeira – Conef. Para análise da temática na escola, analisaremos os livros didáticos *Educação Financeira e Valores* (I e II), publicados pela editora FTD. Como suporte teórico, dialogaremos com autores como Bourdieu, Abramovay, Müller, Jardim, entre outros.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a apresentação do tema nessa introdução; três itens nos quais discutiremos a educação financeira e o discurso de legitimação do tema no espaço escolar e, por fim, um texto de conclusão no qual tentaremos inferir sobre alguns sentidos que empreendemos neste estudo. No item 1, articularemos a questão do percurso do tema e sua inserção na escola; no item 2, examinaremos o material didático publicado pela FTD a fim de entender como a autora dos livros tem estruturado o tema para crianças e jovens; e, no último item, focalizaremos a temática à luz da teoria sobre capital cultural de Bourdieu e como parte de um todo.

#### **A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR BRASILEIRO**

O tema da educação financeira foi recentemente incorporado na *Base Nacional Comum Curricular – BNCC* –, mas assuntos relacionados ao tema já vem sendo articulados no espaço escolar, como, por exemplo, indicado nos *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN* – envolvendo tópicos como consumo, trabalho e meio ambiente (BRASIL, 1997, 2018).

Em 2010 instituiu-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef – objetivando trabalhar a temática no país incluindo a escola de educação básica. No Artigo nº 1 da Enef consta que ele tem por finalidade “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). Por meio da Enef criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira – Conef –, responsável por “[...] definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF” (CONEF, 2013), que por sua vez criou o Grupo de Apoio Pedagógico para assessorar o Comitê quanto aos assuntos pedagógicos (BRASIL, 2010).

Para justificar a necessidade de um programa como esse no país, alguns fatores foram considerados, como, por exemplo, alterações na distribuição de renda e o acesso da população a diversos produtos financeiros, o que pode ter contribuído para cenários de inadimplência e endividamento, concluindo-se que

[...] as pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demoram para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes (OCDE, 2013, p. 2).

Levando em consideração a realidade brasileira, a Enef – inspirada no conceito de Educação Financeira dada pela OCDE – determina que esse é um processo capaz de levar as pessoas e a sociedade como um todo a uma melhor compreensão de assuntos atinentes às finanças. Nessa compreensão, busca-se desenvolver competências que conduzam à consciência de oportunidades e riscos e que as pessoas possam adotar “ações

<sup>4</sup> Alguns documentos e materiais considerados neste artigo compõem os materiais analisados na pesquisa de doutorado da primeira autora.

que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (OCDE, 2013, p. 3).

Para nortear o trabalho em escolas de educação básica, publicou-se uma coleção de materiais didáticos referentes aos 12 anos de escolarização – ensinos Fundamental e Médio – com um modelo pedagógico que teve como objetivo a construção de um pensamento financeiro sólido nos jovens e o desenvolvimento de comportamentos relacionados à autonomia e que sejam saudáveis (OCDE, 2013).

Com o desencadeamento do trabalho com o assunto nas escolas, vimos surgir um mercado editorial sobre a temática. São várias editoras e autores publicando, visando suprir a ausência de materiais didáticos específicos – ausência que se justifica pela recente inserção do tema nas escolas. Destacamos, neste momento, os materiais da Editora DSOP, que possui uma coleção de livros destinados à Educação Infantil e à Educação Básica intitulada Coleção Dsop de Educação Financeira (DOMINGOS, 2001)<sup>5</sup>, e paradidáticos sobre o tema; Editora FTD, com a publicação de livros voltados para o Ensino Fundamental I e II, intitulado Educação Financeira e Valores (HORNOS, 2015), bem como os livros publicados pelo Comitê Nacional de Educação Financeira, já mencionados neste texto, com a finalidade de trabalhar a temática desde o 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, com o título Educação Financeira nas escolas (CONEF, 2013, 2014).

Como a educação financeira aqui em foco se conjuga ao trabalho em sala de aula, cabe salientar alguns aspectos da teoria de Bourdieu sobre este cenário. Hey e Catani (2008), que tratam sobre a teoria do autor, fazem uma importante observação sobre o trabalho do sociólogo francês. Eles relatam que Bourdieu procurou compreender as formas de dominação de determinados grupos sobre outros na sociedade, ou seja, insistiu na

[...] compreensão de como e por que pequenos grupos de indivíduos conseguem se apoderar dos meios de dominação, permitindo nomear e representar a realidade, construindo categorias, classificações e visões de mundo às quais todos os outros são obrigados a se referir (HEY; CATANI, 2008, p. 62).

Para os autores, a escola como um espaço que legitima a cultura das classes privilegiadas tem seu ensino voltado para a autenticação de conhecimentos dessas classes, criando um espaço onde há a dominação de certos conteúdos que presumem “representar a realidade” como única e verdadeira.

Para Valle (2013, p. 424), “[...] a cultura não é um conjunto de transmissões transcendentais, mas um conjunto de atitudes, de modos de ver, pensar e sentir”, existindo assim, diversas culturas. E continua dizendo que nas “[...] sociedades desiguais, o grupo dominante tende a fazer reconhecer sua cultura como a única cultura legítima, ocultando os mecanismos de imposição de seu ‘arbitrário cultural”.

Nesse sentido, vemos que, se a educação financeira torna-se um conhecimento legitimado nas escolas, valores e visões das classes dominantes são legitimadas, abarcando tipos específicos de consumo voltados a satisfazer interesses desses grupos específicos. Igualmente, os ideais que permeiam algumas publicações sobre a educação financeira querem prescrever como os indivíduos devem se comportar diante de uma compra, como devem fazer uma escolha e outras ações favoráveis a alguns agentes financeiros que estão envolvidos no discurso e que visam controlar a economia do país.

Portanto, esses diversos materiais didáticos, impulsionados pelo mercado editorial concernente à temática da educação financeira, buscam inculcar nas pessoas mais um modo de consumir do que proporcionar estratégias para problematizar o porquê do consumo e as necessidades implicadas que, muitas vezes, são criados pelo próprio sistema financeiro.

#### **A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

O material didático do *Programa Educação Financeira nas Escolas*, publicado por iniciativa da Enef, contém atividades que almejam trabalhar a Educação Financeira nas duas dimensões propostas pelo programa: a espacial e a temporal. O objetivo proposto é fazer com que os estudantes sejam capazes de compreender as relações entre a sua vida individual e a sociedade, a fim de assimilarem suas atitudes como ações que podem modificar não só a sua vida particular, como também o mundo social a sua volta. Visando a uma formação voltada para a cidadania, constam no material alguns objetivos e competências a serem desenvolvidos. Os conhecimentos que abrangem a Educação Financeira têm por objetivo o desenvolvimento de competências que preparem o estudante a,

<sup>5</sup> DOMINGOS, R. *Coleção DSOP de Educação Financeira*. São Paulo, SP: DSOP, 2001.

[...] consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo (CONEF, 2013, p. 1).

Para alcançar esses objetivos, os conteúdos devem ser disponibilizados de forma progressiva. São atividades criadas especificamente para cada grupo de estudantes, conforme a faixa etária, que começam no primeiro ano e vão até o terceiro ano do Ensino Médio.

Para além da publicação do material didático pelo Conef, expomos neste artigo a análise do material publicado pela Editora FTD. Seguem os livros que serão examinados:

**Quadro 01** - Livros didáticos selecionados para a análise.

ANO DE PUBLICAÇÃO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	NÍVEL ESCOLAR
2015	HORNOS, A. P. Educação financeira e valores: ensino fundamental I. São Paulo: FTD, 2015. A obra conta com o Livro da Família.	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental
2015	HORNOS, A. P. Educação financeira e valores: ensino fundamental II. São Paulo: FTD, 2015. A obra conta com o Livro da Família.	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental

**Fonte:** Arquivo dos autores.

Esses livros selecionados são de caráter didático e se direcionam aos estudantes do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. De acordo com a Editora FTD, já de bastante visibilidade no mercado de materiais didáticos<sup>6</sup>, a publicação na temática foi desencadeada pelo interesse da autora Ana Paula Hornos. Formada em Engenharia pela USP e MBA em finanças pelo Insper, ela possui especialização pela FVG e pelo *International Institute for Management Development*, na Suíça. Além de autora, ela atua como educadora financeira e também como coach, palestrante e mediadora de conflitos<sup>7</sup>. Ademais da publicação do material didático pela FTD, a autora possui duas outras publicações na área<sup>8</sup>.

Neste artigo, analisaremos apenas os livros publicados pela Editora FTD. Nesses livros, a educação financeira se sustenta em pressupostos da ciência econômica e em estudos sobre Psicologia, além de obras tangentes à educação, aos valores e à ética.

No início da obra, a autora dá indicações de que o material, que busca unir os conceitos de educação financeira com os valores humanos, se propõe a realizar uma educação integral, auxiliando os estudantes em seu crescimento enquanto cidadão consciente. Para a autora, como o dinheiro tem uma “participação importante em nossa vida”, o melhor é saber lidar com ele adotando um bom gerenciamento de recursos e aprendendo a estabelecer prioridades (HORNOS, 2015).

É importante sublinhar também que a autora menciona que os livros, ao usarem uma linguagem simples e acessível, permitirão o desenvolvimento de alguns conteúdos matemáticos, incluindo aqueles da matemática financeira. Com essa indicação, os livros lançados pela autora mostram uma convergência com os documentos oficiais. Os PCN, a Enef e a BNCC sugerem que, com o trabalho na temática da educação financeira, a proposta é articular conteúdos da disciplina matemática e, mais especificamente, aqueles próprios da matemática financeira.

Os livros valem-se de uma linguagem próxima do universo financeiro. Possui seções identificadas como ampliação do patrimônio, investindo no conhecimento, consumindo o texto, entre outros. Ao trabalhar sobre o valor das coisas, além do cunho financeiro, consideram-se também valores sentimentais e morais relaciona

<sup>6</sup> De acordo com a escolha do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de 2017, as cinco editoras que mais venderam para o MEC foram, respectivamente: FTD, Ática, Saraiva, Moderna e SM. Informações disponíveis em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4864/entenda-o-pnld-e-saiba-quais-sao-os-livros-didaticos-mais-distribuidos-em-2017>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

<sup>7</sup> Informações retiradas do site da autora. Disponível em: <<https://www.anapaulahornos.com.br/perfil.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

<sup>8</sup> HORNOS, Ana Paula. *O bê a bá do dinheiro*. Editora: Scortecci. 2014. Livro didático. Público: Ensino Fundamental (4º ao 6º ano). HORNOS, Ana Paula. *Crise Financeira na Floresta*. Editora: Geração Zinha. 2015. Livro paradidático. Público: Ensino Fundamental (3º ao 7º ano).

dos a determinado bem que possuímos. Nesse aspecto, as atividades propõem dar importância na discussão com os estudantes a esses outros valores.

No texto do livro (volume I), ao abordar o tema do consumo, ressalta-se a importância de se diferenciar desejo de necessidade. Para Hornos (2015),

[...] as necessidades são os aspectos básicos da condição humana: alimentar-se, vestir-se, ter um lugar para morar etc. Elas variam de pessoa para pessoa, de família para família e são específicas da época em que se vive. Os desejos são manifestações da nossa vontade: um televisor maior, um celular com mais recursos. É possível controlar, mudar e adiar os desejos (HORNOS, 2015, p. 49).

Na discussão citada acima sobre desejos e necessidades, relacionam-se somente bens consumíveis que se diferem quanto aos aspectos ligados ou não à primeira necessidade. As discussões não abordam a temática de forma mais ampla, com a inclusão do aspecto simbólico do que consumimos.

Essa educação financeira ortodoxa calcada na racionalidade, típica do universo econômico, tende a valorizar um cálculo racional e consciente para o consumo, enquanto, seguindo os pressupostos de Bourdieu sobre as estruturas sociais, esse cálculo não é puramente racional ou consciente. As pessoas tenderiam a possuir um senso prático, ou como afirma o autor, o senso do jogo, um *habitus*, que orquestraria suas decisões de consumo, que estariam de acordo com as condições objetivas de cada um. Os sujeitos investem no que lhes é mais rentável, e o rendimento aqui não é só financeiro, é também simbólico, ou seja, consumir algo pode representar um investimento no capital social. O consumo passa por disposições e estratégias diferentes em cada grupo social. Elas oscilam de acordo não somente com o capital econômico, mas abrangem também outros tipos de capital.

As classes que possuem menos volume de capital (social, econômico, político) estão mais sujeitas ao consumo material e utilitário das coisas. Procuram comprar produtos que lhe tragam um retorno imediato escolhendo somente o necessário (BOURDIEU, 2017). Para o autor, ao inculcar objetivamente as chances do que consumir ou não, cria-se nos agentes um senso prático, que determina o espaço dos possíveis, interferindo nos tipos de sonhos que podem ter. Em uma comparação com a economia, quando os riscos são altos (poucas chances de retorno) há baixo investimento (por exemplo, as classes populares com a educação). Outro fator que interfere é o retorno em longo prazo. Tendo em vista que os capitais econômicos e sociais são reduzidos, o retorno dos diplomas fica comprometido, pois esses capitais precisam ser mobilizados; desse modo, buscase por estudos mais curtos, como, por exemplo, os cursos técnicos, que preparam mais rapidamente para o mercado de trabalho.

Já as classes médias são as que mais investem na educação dos filhos. Conseguem vislumbrar um retorno seguro dos investimentos na educação, principalmente porque acreditam na ascensão social propiciada pela escolarização. Uma característica dessa camada da sociedade é que estão propensos à poupança, pois estão dispostos a renunciar aos prazeres do consumo imediato para esperar uma recompensa futura.

Assim como a compreendemos, a educação financeira trabalhada por Hornos (2015) tem essa característica. A autora fala para um público que tem uma vida financeira estável, tranquila, pois a linguagem utilizada, com exemplos de investimentos, poupança e doação nos parecem se aproximar desse público. Na camada mais popular, esse discurso não tem sentido, uma vez que a escassez de recursos os impedem de mobilizar recursos extras para a poupança.

Por outro lado, a ideia de quem ganha pouco é quem precisa se planejar é naturalizada na sociedade. Para a antropóloga Lucia Müller<sup>9</sup>, esse discurso nem sempre é verdadeiro, ou seja, quem tem pouco recurso financeiro também pode ter uma boa educação financeira, e acrescenta, “[...] quem mais sabe lidar com dinheiro é quem tem pouco” (MÜLLER, 2014).

Com as mudanças ocorridas no mundo das finanças e com as novas informações sobre os produtos financeiros, se faz necessária uma Educação Financeira que aborde essas questões. Para Müller (2014), essa Educação Financeira deve ser dirigida a todos os públicos, das classes populares e da classe média. Para a autora, é preciso desenvolver uma alfabetização sobre o sistema que envolve as finanças.

Para a antropóloga, o discurso da Educação Financeira para as classes populares tem um tom moralista,

<sup>9</sup> Lúcia Helena Alves Müller é Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. Reportagem disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=smEwIC8BGfE>>. Acesso em: 08 fev. de 2018.

tornando falsa a ideia de que os indivíduos dessa classe não saibam lidar com dinheiro. E acrescenta que, o que está em discussão não é a capacidade intelectual desses indivíduos, mas sim a “lógica da inserção” no mercado financeiro, que seria o motivo das classes populares serem vulneráveis, por exemplo, ao endividamento (MÜLLER, 2014). Para compreender essa inserção, segundo a autora, ela deve ser interpretada sob o ponto de vista das condições que foram criadas pelas instituições bancárias e oferecidas a esse público. Ao considerar que vivemos em um sistema capitalista, o acesso ao crédito configura-se uma inclusão, mas é preciso ter atenção a todas as variáveis que essa inclusão implica, ressalta a autora.

Para as atividades a serem articuladas na escola, por meio do material didático proposto (HORNOS, 2015), tudo se passa como se a decisão de consumo se baseasse em precisar ou não do produto, evitando ser impulsivo. Nesse sentido, discussões sobre a necessidade ou não do produto é a explicação para o indivíduo decidir ou não pela aquisição. Na interpretação de Bourdieu (2017), as diferentes posições dos agentes no espaço social interferem nas despesas que são definidas como necessidades. Para o autor, “[...] a loucura de uns é a necessidade primordial dos outros” (p. 351). Desse modo, definir um item de necessidade, implica, por essa lente teórica, falar do gosto, de certo *habitus* de classe, associado à posição do agente na classe social a qual pertence. Bourdieu (2017) relata que, para as classes populares,

[...] a necessidade abrange perfeitamente tudo o que se entende, habitualmente, por esta palavra, ou seja, a privação inelutável dos bens necessários. A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável [...] (BOURDIEU, 2017, p. 350).

Nesse sentido, ainda que um agente da classe popular adquira, de forma repentina, capital econômico suficiente para consumir outros bens, fora do que é necessário para ele, mesmo assim, nessa nova condição, talvez não consuma produtos que ele antes considerou desnecessário.

Devemos deduzir também que, pressupondo o aspecto simbólico do consumo, os bens vistos como desnecessários não são julgados como desperdício, pois o consumo pode significar um “certo estilo de vida” e, portanto, serem vistos como uma aplicação “que permite acumular capital social” (BOURDIEU, 2017, p. 351). Ou seja, consumir sempre poderá ser interpretado como algo imprescindível. Para uns, o consumo está estreitamente ligado a atender demandas básicas de alimentação, saúde e bem-estar; para outros, a necessidade poderá estar vinculada a um rendimento em capital social crucial para se manter no grupo social a que pertence.

Para a Economia, esse consumo é visto de forma diferente. Nesse caso, o indivíduo teria total autonomia nas escolhas dos produtos a consumir, não importando os motivos de rentabilidade dados pelo meio social. Abramovay (2004) assevera que, nesse sentido, o consumo

[...] é a expressão máxima da racionalidade humana: cada indivíduo tem sua curva de preferências e, independentemente da maneira como ela é formada, obedece a regras de funcionamento invariáveis quanto à relação entre meios e fins. O pressuposto aqui é a completa autonomia do indivíduo em suas escolhas. Sua preferência é irreduzível a qualquer instância ou esfera explicativa que não seja o que ele efetivamente fez por meio de suas escolhas (ABRAMOVAY, 2004, p. 43).

No entanto, de acordo com os pressupostos da Sociologia Econômica, a interpretação pode ser diferente. Segundo Abramovay (2004),

A sociologia econômica contemporânea tem justamente essa característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social, e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva (ABRAMOVAY, 2004, p. 44).

Nesse sentido, com base na discussão apresentada sobre alguns aspectos presentes no livro didático da Hornos (2015), nossa indicação é de que a educação financeira preparada para o universo da sala de aula tem seus pressupostos em conhecimentos da Economia e não pretendem questionar diversos assuntos na sua interface com o mundo social. Exemplo disso encontramos na argumentação sobre o consumo, explicitado anteriormente.

### A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO CAPITAL CULTURAL E PARTE DE UM TODO

Para ampliarmos o questionamento dos conhecimentos alusivos à temática da educação financeira, vamos interpretá-la como um capital cultural. De acordo com Bourdieu, julgamos que o capital cultural se vincula às atividades culturais, tais como visita a museus, ouvir determinadas músicas, gosto pelas obras de arte etc. De forma análoga, vislumbramos que, de acordo com o contexto estudado neste artigo, conhecer melhor o mundo financeiro e obter lucros graças a um bom desempenho nesse mundo é uma forma de possuir uma espécie de capital cultural, tendo em vista estarmos inseridos em uma cultura de cunho capitalista, em que o dinheiro é uma peça fundamental em sua dinâmica. Portanto, reunir aprendizados de como lidar de forma eficiente com o dinheiro nos parece, analogicamente, possuir um tipo de capital cultural.

Pela discussão dos três estados do capital cultural de Bourdieu (2015), atentamo-nos para os três estados da educação financeira escolarizada<sup>10</sup>. O primeiro é o institucionalizado, definido pela sua inserção na escola básica e pela instauração de cursos de formação do professor para capacitá-los a trabalhar com o tema em sala de aula. O segundo estado é o objetivado. Aqui incluímos os materiais didáticos produzidos, as pesquisas acadêmicas sobre o tema e outros recursos materiais utilizados. E, por último, a forma incorporada, representada por um *habitus* de um agente educado financeiramente, no qual haveria disposições para uso consciente do dinheiro.

Para Bourdieu (2015), esse estado incorporado são “disposições duráveis do organismo”. Desse ponto de vista, “exige uma *incorporação* que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, *custa tempo* que deve ser investido *pessoalmente* pelo investidor” (BOURDIEU, 2015, p. 82, grifos do autor).

A produção de materiais didáticos, tal como a coleção publicada pelo Conefe e os livros publicados pela Editora FTD, compõe o estado objetivado da educação financeira. Nesse caso, a educação financeira é transmissível em sua materialidade.

Já os cursos de especialização e as pesquisas acadêmicas conferem aos agentes, ou, em nosso caso, aos professores/educadores, uma forma institucionalizada da educação financeira. Em alguns casos, esses cursos lhes conferem o título de *educadores financeiros*. Os que possuem essa forma institucionalizada executam o que Bourdieu (2015, p. 87, grifos do autor) chama de “[...] magia *performática* do *poder de instituir*, poder de fazer ver e de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer *reconhecer*”. Esse capital cultural institucionalizado pode ser transmutado em capital econômico que, em nosso caso, entendemos como a venda de palestras, cursos e materiais produzidos.

Em nosso parecer, então, sobre a inserção da educação financeira no ambiente escolar como um processo de escolarização de temas financeiros e afins, o que se procura é a forma incorporada da educação financeira. Quando esses saberes, em sua forma incorporada nos estudantes, tornam-se práticas ou disposições duráveis, os estudantes passam a ser vistos como educados financeiramente. Para Bourdieu (2015, p. 83), o capital cultural em sua forma incorporada é “[...] um ter que se tornou ser”, ou seja, se tornou corpo e, portanto, um *habitus*.

Diante dessa discussão e levando em conta as atividades que trabalham o tema na escola, percebemos que a educação financeira escolarizada, vista como um capital cultural, será mais bem assimilada por estudantes que, no âmbito familiar, já estejam imersos em um universo de controle de gastos e de consumo consciente. Nesse sentido, entendemos a proposta da Enef em fazer com que os estudantes se tornem multiplicadores desses conhecimentos, levando para suas casas e sociedade o que aprenderam no âmbito escolar.

Diante do exposto até então, outro ponto relevante a ser levantado na discussão está na análise dos livros didáticos como um artefato histórico. Segundo Strathern (2014, p. 493), artefatos são “[...] itens que são simultaneamente significativos em sua especificidade e dão acesso a entendimentos mais amplos”. Dessa forma, o material didático carrega um conjunto de conhecimentos responsável pelo entendimento do mundo e pela forma na qual são constituídas relações para o entendimento de uma parte e ao mesmo tempo de um todo, tido como educação financeira. O material didático temático, além de ser compreendido como formação de *habitus*, pode ser identificado como uma parte de conhecimentos, que em seu contexto e conjunto de ações, apresenta-se a educação financeira.

Em face do material estudado, os livros, por eles mesmos, como estão relacionados a um conjunto amplo de informações, traduzem a maneira de compreender o contexto no qual estão inseridos. Dessa forma, ao analisarmos o material produzido como um artefato, como uma parte representando o todo, conseguimos observar as noções de conhecimento não só de educação financeira, mas também do significado de Economia

<sup>10</sup> Pensamos que escolar é algo que apenas diz respeito à escola, enquanto escolarizada nos dá uma dimensão de submissão ao ensino, ou seja, o que pode e passa a ser ensinado, em nosso caso a educação financeira.

nele implícito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentados nas discussões estabelecidas nos itens anteriores, atentando à educação financeira no espaço escolar brasileiro, no material didático para a educação básica e a educação financeira como capital cultural e parte de um todo, esboçamos uma interpretação para o *habitus* de consumidor que essa educação financeira busca inculcar nos jovens brasileiros.

Todos os discursos sobre endividamento e crise no sistema econômico deixaram um cenário propício para a construção social do mercado da educação financeira escolarizada no Brasil. A instituição da Enef (2010) e as orientações contidas no documento da BNCC (2018), são fatores que fortaleceram e legitimaram a inserção da temática em sala de aula.

No material didático analisado, procura-se trabalhar a educação financeira num espectro somente objetivo (objetivação de situações envolvendo as finanças), quando na realidade não são fatores puramente objetivos que permeiam uma decisão de compra. Entendemos que, nesse aspecto, é como se os conhecimentos lógicos, matemáticos e racionais, fossem suficientes para formar um consumidor consciente. Mesmo pressupondo valores éticos e morais, as discussões sobre necessidades e desejos não integraram os aspectos simbólicos que o consumo pode representar.

Esses conhecimentos, quando introduzidos na escola, que é um espaço legitimado, tornam-se conhecimentos voltados para a centralidade no racionalismo e no conhecimento científico. Quando inseridos em um modelo de escola democrática, com princípios voltados para o individualismo e a autonomia dada ao estudante, temos uma educação financeira escolarizada que atende a esses princípios. Para Nogueira (2009),

[...] o objetivismo tenderia a descrever as regularidades que estruturam um espaço social e a supor que os sujeitos obedecem às regras dessa estruturação, sem demonstrar como essas regras, de fato, operam na prática como princípios estruturantes das ações e representações dos sujeitos e são reproduzidas nesse processo (NOGUEIRA, 2009, p. 23).

Esse objetivismo está presente na educação financeira que é colocada para o ambiente escolar. Nessa educação, os sujeitos são induzidos a calcularem seus gastos levando em consideração consumos escolhidos racionalmente entre o que é desejo e o que é item de necessidade, com a utilização de fórmulas e planilhas. De acordo com isso, se a receita for positiva, define-se que esse indivíduo é educado financeiramente, ou seja, atende aos padrões de alguém que “gasta menos do que ganha”.

Portanto, avaliamos que a educação financeira, quando interpretada sociologicamente, nos possibilita captar os aspectos sociais envolvidos na temática. O método de busca do conhecimento do mundo social proposto por Bourdieu, a saber, o método praxiológico, propõe resolver os problemas do olhar puramente subjetivista ou objetivista, no qual se estaria preocupado em entender como as estruturas objetivas “encontram-se interiorizadas nos sujeitos constituindo um conjunto estável de disposições estruturadas que, por sua vez, estruturam as práticas e as representações das práticas” (NOGUEIRA, 2009, p. 24). Tendo em vista isso, reforçamos que a educação financeira inculcada pela escola pretende constituir um tipo *habitus* que, em nossa ponderação, só se realizará se as condições sociais dos estudantes estiverem próximas das discussões desenvolvidas na escola. É como levar em conta as “bases sociais do sucesso escolar” (NOGUEIRA, 2009, p. 75), em que as aptidões culturais e linguísticas de origem contribuem para o sucesso escolar ou o fracasso.

Para ampliar a discussão, vamos trazer alguns aspectos da Sociologia Econômica. Inspirado em Abramovay (2004), que faz uma discussão sobre o mercado, tem-se que duas faces bem opostas são assim colocadas, uma enaltecida e outra demonizada. Jardim (2015), analogicamente, trata o mercado como fato social total interpretando-o como algo “[...] nem sagrado, nem profano” (p. 7). Para Jardim e Campos (2012), a Sociologia Econômica situa o mercado em oposição àquele da teoria econômica clássica. Segundo os autores,

[...] trata-se de uma formação historicamente definida no tempo e no espaço, formada por indivíduos, os quais, diferentemente do *homo racional* pregado pelos economistas, são homens e mulheres de carne e osso, cujas decisões, **nada racionais**, são orientadas pela cultura e pela formação simbólica na qual estão envolvidos (JARDIM; CAMPOS, 2012, p. 1, grifos dos autores).

Nessa perspectiva, para Jardim (2015), a Economia, ao disseminar uma interpretação do mercado baseada nos cálculos racionais, acaba produzindo e reproduzindo uma ideia de indivíduos considerados “racionais, livres, interesseiros” e que buscam sempre a otimização ao empregar os seus recursos, supondo-os em um ambiente que seja livre de intervenções dadas pela cultura e pelo social. Para a autora, as consequências desse tipo de interpretação, depois de naturalizadas, acabam por legitimar “[...] as desigualdades econômicas e sociais” na sociedade (JARDIM, 2015, p. 8).

O material de educação financeira produzido para a escola brasileira traz os fundamentos da Economia clássica como referência. Outras discussões presentes no material remetem à psicologia ou, considerando o ambiente escolar, livros relacionados às disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, tomadas pelo material como disciplinas que devem ser desenvolvidas pressupondo o contexto da educação financeira. Portanto, admitidas as ideias contidas nesse material e, de acordo com Jardim (2015), a educação financeira desenvolvida para a escola, desde a instituição da Enef, pode ter como consequência a inculcação de um indivíduo racional que pretende, mediante um planejamento e organização dos gastos, maximizar o rendimento de seus recursos financeiros, marcadamente racional, em que, para se fazer uma boa escolha de compra, basta pensar entre a necessidade e o desejo. Isso configuraria, para Bourdieu (2006, p. 21), uma visão escolástica do mundo expressa “no mito do *homo economicus*”.

Para o caso brasileiro, dadas as nossas necessidades e pluralidade cultural, pensar em introduzir as discussões de caráter sociológico parece ser perfeitamente pertinente. Uma educação financeira brasileira fundada em pressupostos da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica se mostram eficientes por estimularem certas discussões importantes para a nossa realidade.

Em vista da análise empreendida neste artigo, a educação financeira projetada para a Educação Básica brasileira, parece traduzir um mecanismo de transposição das crenças do capitalismo das finanças em capital cultural. Isso por que a educação financeira da escola vai muito além da transmissão de um conteúdo útil e de formação para os estudantes, pois evidencia o propósito de constituir, na prática, em uma verdadeira construção social, um sujeito consumidor apto a imergir em assuntos financeiros. Destarte, esse conhecimento na escola promove um crescimento econômico que tende a favorecer os grandes produtores, no qual os estudantes seriam, a priori, apenas consumidores de uma *doxa* dominante.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017. 556 p.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 79-88.
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das letras. 2006. 338 p.
- BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. **Sociologia**. São Paulo, SP: Ática, 1983, p. 122-155.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC\\_19dez2018\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf)> Acesso em: 17 jan. 2019.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental**. 1. ed. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília, DF: CONEF, 2014.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino médio**. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília, DF: CONEF, 2013.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. Bourdieu e a Educação. **Cult**: Revista Brasileira de Cultura, n. 128, ano 11, set/2008.

HORNOS, A. P. **Educação Financeira e Valores**. vol. I. São Paulo, SP: FTD, 2015.

HORNOS, A. P. **Educação Financeira e Valores**. vol. II. São Paulo, SP: FTD, 2015.

JARDIM, M. C. Nem sagrado, nem profano: mercados como fato social total. *In*: JARDIM, M. C. (Org.). **MercadoS**: Nem sagrado, nem Profano. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, p. 7-18, 2015.

JARDIM, M. C.; CAMPOS, R. A. A construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica. **REDD** – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

NOGUEIRA, M. A. **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p.

OCDE, Brazil: Implementing the National Strategy. *In*: **Advancing National Strategies for Financial Education**. Presidência Russa do G20 e OCDE, 2013. Disponível em: <[http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20\\_OECD\\_NSFinancialEducation.pdf](http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 493 p.

VALLE, I. R. O Lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013.